

Júlia Adão Bernardes  
Ève Anne Buhler  
Marcos Vinícius Velozo da Costa  
(organização)



# AS NOVAS FRONTEIRAS DO AGRONEGÓCIO

## TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM MATO GROSSO



**Júlia Adão Bernardes**

Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), professora colaboradora do Departamento de Geografia da UFRJ e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

**Ève Anne Buhler**

Doutora em Espaços, Sociedades Rurais e Lógicas Econômicas (Essor) pelo Institut National Polytechnique de Toulous e professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Igeo/UFRJ).

**Marcos Vinícius Velozo da Costa**

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Professor EBTT do Instituto Federal do Espírito Santo.

As novas fronteiras do agronegócio



Júlia Adão Bernardes  
Ève Anne Buhler  
Marcos Vinícius Velozo da Costa  
(organização)

# As novas fronteiras do agronegócio

Transformações territoriais em Mato Grosso





<u>Apresentação</u>	7
Júlia Adão Bernardes Ève Anne Buhler Marcos Vinícius Velozo da Costa	
<u>1. As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais?</u>	11
Ève Anne Buhler Martine Guibert Denis Requier-Desjardins	
<u>2. O processo de construção da nova fronteira do capital na BR-163 mato-grossense</u>	33
Marcos Vinícius Velozo da Costa	
<u>3. Técnica, território e impactos ambientais no "celeiro" das <i>commodities</i> agrícolas</u>	53
Fabio Giusti Azevedo de Britto Simone dos Santos Sodré da Silva Bernardo Mansur Anache	
<u>4. Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense</u>	83
Júlia Adão Bernardes Emilia Jomalinis de Medeiros Silva	
<u>5. O processo da produção e os agentes modeladores das cidades do agronegócio</u>	101
Israella Pires Alves Gabrig	
<u>6. A logística e os circuitos espaciais da produção do agronegócio: uma análise do cenário mato-grossense</u>	122
Francisco Vieira da Silva	
<u>7. De "espaço vazio" ao mercado mundial de <i>commodities</i> agrícolas: estratégias e relações territoriais na Chapada dos Parecis nos anos 1960 e 1970</u>	142
Roberta Carvalho Arruzzo	



# Apresentação

Júlia Adão Bernardes  
Ève Anne Buhler  
Marcos Vinícius Velozo da Costa

Este livro é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Geoambientais (Nuclamb) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no âmbito do desenvolvimento do projeto “Os novos *fronts* da cadeia carne-grãos: o Cerrado mato-grossense como modelo de referência”, apoiado pelo CNPq, com a participação de estudiosos do tema vinculados à Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (Reagri) e ao projeto Capes/Cofecub – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil. Reúne trabalhos de pesquisadores com diferentes níveis de formação, permitindo o diálogo entre jovens pesquisadores e profissionais consagrados na área, dando visibilidade a pesquisas em distintos estágios de desenvolvimento. Esse diálogo entre gerações constitui um dos objetivos delineados pelos organizadores, por considerar que a construção do conhecimento passa também pela interlocução entre pesquisadores com experiências variadas.

O projeto que deu origem ao livro tinha como escopo a realização de estudos e pesquisas vinculados à expansão da agropecuária tecnificada e cientificizada no âmbito da economia mundializada, privilegiando o conhecimento e a análise da dinâmica de produção e reprodução dos espaços produtivos no Cerrado mato-grossense, bem como a compreensão dos processos que instituem os novos *fronts*, hoje representados pela cadeia carne-grãos, associados às ações geradoras do sistema de fixos e fluxos e às formas espaciais resultantes (Santos, 1996). Nesse caminho analítico, foi fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço no intuito de apreender de que modo e em que condições essa região está sendo adaptada às novas necessidades de inserção do país na economia mundializada.

No contexto dessa linha de pesquisa que conduz o livro, a temática foi trabalhada na escala internacional, nacional e regional, uma vez que as escalas são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização da sociedade e das lutas políticas, como afirma Harvey (2004), con-

siderando que aquilo que parece relevante em uma escala nem sempre se manifesta nas outras.

Na escala internacional, os autores do capítulo 1, “As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais?”, procuraram detectar a ampliação da organização do sistema de mercado, com enfoque na agricultura empresarial desses três países, estabelecendo conexões entre as formas atuais de acumulação do capital e o setor agrícola moderno, o que se traduz em um maior interesse por espaços com abundância em recursos locais, os quais, por sua vez, são requalificados e integrados aos circuitos ampliados.

Na escala nacional, foi selecionado o Cerrado mato-grossense, onde os mais recentes processos vêm ocorrendo. No capítulo 2, “O processo de construção da nova fronteira do capital na BR-163 mato-grossense”, o pesquisador Marcos Vinícius Velozo da Costa procura avançar em alguns aspectos fundamentais do novo, como a concepção de *fronteira* no Cerrado brasileiro nos anos 1970, adotando a técnica como fio condutor, a fim de analisar as formas iniciais de implantação da fronteira agrícola moderna nesse período e os impactos desses processos, reconhecendo a especificidade do novo, bem como as combinações com os fatores herdados no movimento mais amplo do capital. Contudo, ao tratar do processo atual de expansão da fronteira agrícola na BR-163 mato-grossense, o autor aborda como os distintos subespaços vêm revelando graus diferenciados de capacidade de integração na teia regional, na medida em que os lugares e suas áreas de influência apresentam diferentes tipos de dificuldades para alcançar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, integrar-se na dinâmica geral da região.

No capítulo 3, “Técnica, território e impactos ambientais no ‘celeiro’ das *commodities* agrícolas”, a preocupação dos autores está voltada para o aprofundamento das pesquisas sobre as relações entre sociedade e natureza, colocando-se como alguns dos objetivos a avaliação e a sistematização dos impactos ambientais das novas atividades que envolvem a expansão da nova fronteira agrícola moderna, principalmente no que se refere ao desmatamento, seja na BR-163 mato-grossense ou paraense. A experiência da fronteira, reconstruída nesse artigo, revela uma das suas faces traumáticas a partir dos dados apresentados sobre o desmatamento na medida em que a nova ordem territorial, associada à eficácia sistêmica, impõe-se à custa da destruição ambiental e sociocultural.

Uma outra abordagem da fronteira, que não se opõe à anterior, mas a complementa, condensando qualidades da última modernidade, é reconstruída no capítulo 4 – “Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense” –, tendo como fio condutor o sistema técnico, o sistema de ações, os novos tempos e os novos espaços (Santos, 1996). O trabalho revela a logística territorial do capital e do Estado, tendo a escolha das *tradings* como epicentro da observação da

análise econômica. O reconhecimento da complexidade na análise da estruturação do espaço e dos limites para a sua homogeneização levou os autores a incluírem outros personagens no cenário da fronteira, como a presença dos pequenos produtores agrícolas, revelando que aquela, configurada pelo agronegócio como produção de *commodities* para os mercados mundiais, também elimina circuitos produtivos e desenraiza culturas (Ribeiro, 2009).

No que tange à expansão e à integração dos núcleos urbanos, o texto de Israella Pires Alves Gabrig privilegiou as novas funções exercidas pelas cidades do agronegócio, lócus por excelência da gestão das novas atividades, identificando as estruturas emergentes associadas às novas formas em Lucas do Rio Verde. A autora analisa, no capítulo 5, “O processo de produção e os agentes modeladores das cidades do agronegócio”, como os novos espaços urbanos constituem expressão do encadeamento das atividades agrícolas modernas, do processamento e da distribuição, valorizando fluxos, cadeias e percursos seguidos, permitindo identificar agentes e operações envolvidas, revelando forte inter-relação entre agricultura, indústria e serviços. Ou seja, o espaço urbano é condicionado pelas dimensões quantitativas e qualitativas dos circuitos produtivos e dos círculos de cooperação (Santos, 1986).

No que diz respeito à logística de transportes, o geógrafo Francisco Vieira da Silva nos mostra, no capítulo 6 (“A logística e os circuitos espaciais da produção do agronegócio: uma análise do cenário mato-grossense”), como a política viária de Mato Grosso vem sendo direcionada no sentido Sul–Norte. Isso, por meio de valorização do transporte intermodal, envolvendo a rodovia, a hidrovía e a ferrovia, seja em direção a Santarém (PA), no caso da BR-163, seja para Porto Velho (RO), via BR-364, ou por meio da ligação das rodovias federais 163 e 158 em direção ao Pará ou ao Tocantins, como também em direção aos portos do Sul e do Sudeste do país, como já vem ocorrendo. As novas atividades que vêm sendo implantadas em função dessa logística significam novas possibilidades de revitalização de espaços, implicando a criação de infraestruturas e de novos processos produtivos.

Por fim, no intuito de abordar as diferentes formas de se pensar e atuar no espaço, a pesquisadora Roberta Arruzzo discute no capítulo 7, “De ‘espaço vazio’ ao mercado mundial de *commodities* agrícolas: estratégias e relações territoriais na Chapada dos Parecis nos anos 1960 e 1970”, como “diferentes territorialidades se encontraram e, muitas vezes, se chocaram, confrontando significados e formas de agir territorialmente bastante diversos”, em uma perspectiva analítica que nos remete a José de Souza Martins (1997), revelando a existência de diversas temporalidades na Chapada dos Parecis em uma nova interpretação de fronteira, “construída pelo desencontro entre a velocidade exigida pelos impulsos globais e as permanências oriundas das lutas sociais” (Ribeiro, 2009, p.10). É nesse contexto que a autora procura apreender como se deu o processo de apropriação do território pelas atividades do agronegócio, ocupado pelo grupo étnico Paresi, enfocando os programas e

projetos de colonização que entendiam aquele espaço como um “vazio” a ser preenchido, em especial durante as décadas de 1960 e 1970.

Em suma, os textos apresentados aqui representam um estudo coletivo, valorizado pelo trabalho de campo, e produzidos por pesquisadores de diferentes titulações e saberes diversos. O livro trata de transformações econômicas que exigem uma leitura geográfica, considerando que o conceito de *espaço* é de grande valia para interpretar as estratégias modernizantes dos processos econômicos. Avalia situações concretas, explicita relações sociais que ameaçam outras formas de sobreviver. Nossa intenção com esta publicação é tornar mais transparentes as implicações de ordem socioespacial da expansão do agronegócio e seus determinantes, procurando identificar o novo padrão de acumulação e analisar o arranjo espacial no atual período técnico-científico-informacional.

### Referências

- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RIBEIRO, A. C. T. Prefácio. In: BERNARDES, J. A.; ARRUIZZO, R. C. *Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de (organização). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- , *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

# As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais?

Ève Anne Buhler  
Martine Guibert  
Denis Requier-Desjardins

No último decênio, a Argentina, o Brasil e o Uruguai confirmaram seus papéis como abastecedores importantes dos mercados internacionais de bens agrícolas e agroalimentares, e a inserção em tais mercados tem produzido efeitos significativos em suas economias. Segundo o Banco Mundial, no início dos anos 2010, a agricultura representava de 5 a 6% do PIB no Brasil, de 10 a 11% na Argentina, e de 8 a 9% no Uruguai. Acrescentando as produções agroindustriais e agroalimentares, esses valores ficaram entre 21 e 26% em 2011 no Brasil (Cepea), em 16,4% em 2008 na Argentina (Minagri) e em 17% em 2008 no Uruguai (Ministério da Indústria, Energia e Minas). Essas produções constituem a primeira fonte de divisas dos respectivos países. Atualmente, representam, em valor, mais de 70% da pauta exportadora uruguaia (MGAP), mais da metade na Argentina (Minagri) e cerca de 40% das exportações brasileiras (Conab, 2013). Além disso, atestam um processo de “reprimarização” das economias nacionais. No Brasil, por exemplo, a participação dos produtos manufaturados nas exportações recuou entre 2000 e 2010, ao passo que no mesmo período a produção primária ampliou sua participação, passando de 20% para 46% do valor total das exportações (Carvalho e Carvalho, 2011; Cunha et al., 2011; e Funcex, 2013).

O *boom* das *commodities* nesses países tem relação com a crescente demanda internacional por *flex crops* (Borras et al., 2012), valorizados em

Este capítulo constitui uma versão prévia e remanejada de artigo submetido à revista *Géographie, Economie et Société*, cujo título original é “Agricultures entrepreneuriales et globalisation des espaces ruraux. Éclairages à partir de l’Argentine, du Brésil et de l’Uruguay.”

Traduzido do francês por Pascal Rubio.

função dos seus preços relativos no mercado alimentar, forrageiro, energético ou industrial, e com o aumento da presença de capitais obtidos nos mercados financeiros internacionais. Isto evidencia uma mudança de hábitos das empresas agrícolas bem como a chegada de atores recém-envolvidos na atividade, revolucionando o setor e as dinâmicas dos espaços rurais. Experimentam uma dinâmica de aceleração da padronização e intensificação dos processos produtivos inerentes à organização das cadeias agroalimentares globalizadas (Rastoin e Gherzi, 2010; Mc Michael, 2009; e Gereffi, Hemphrey e Sturgeon, 2005). Esta conexão entre as formas atuais de acumulação do capital e os setores agrícola e agroalimentar se traduz em um maior interesse por espaços com abundância em recursos locais (terra, clima, infraestruturas, saber-fazer etc) que, por sua vez, são requalificados e integrados aos circuitos ampliados. Nesse sentido, a globalização dos espaços rurais se efetiva na medida em que as empresas agrícolas definem sua localização conforme os constrangimentos e especificidades que esses espaços oferecem. Através das atividades que fomentam e que dependem cada vez mais de laços estreitos entre rural e urbano, bem como a recorrência a um constante jogo de escalas que vai do local ao global, elas modificam os meios locais. Em consequência, Bonanno, Marsden e Silva (1999) defendem a ideia de uma crescente diferenciação dos espaços rurais devido ao processo de globalização. Esses autores associam, em particular, a entrada das cadeias de *commodities* no fordismo com a construção de especializações locais, provocando a integração de certos espaços rurais a novas centralidades, enquanto outros são marginalizados.

A partir dos três países alvos da pesquisa, este capítulo propõe uma discussão sobre a forma de reorganização da produção agrícola em grande escala, aquela inserida nos circuitos financeiros ampliados (que designamos “agriculturas empresariais”), tentando estabelecer uma relação entre a unidade produtiva, com seu funcionamento particular, e os espaços por ela solicitados e modificados. Após realização de trabalhos de campo e de revisão da literatura sobre as agriculturas empresariais, desenvolvemos uma reflexão sobre as suas formas de organização produtiva (parte 1). Apresentamos, em seguida, as evoluções dos espaços rurais, particularmente daqueles que, devido à globalização, estão em processo de inserção nas lógicas de produção e de atratividade (parte 2). Lembramos que o objetivo é caracterizar as empresas e seu funcionamento, com a finalidade de abrir a “caixa-preta” da categoria *agronegócio*, destacando seus modos de organização da produção agrícola. Por essa razão, não focamos as questões de justiça espacial, social ou de concentração da terra e de outros recursos produtivos. Consideramos que as análises aqui desenvolvidas podem contribuir para diminuir a escassez, nas ciências sociais e humanas, de reflexões sistematizadas acerca da atuação das empresas agrícolas. O texto visa, nesse sentido, a possibilitar à sociedade civil, aos operadores de políticas públicas e aos pesquisadores perceber a diversidade interna ao agronegócio e, portanto, os desafios diferenciados que lhe são associados.

Durante os trabalhos de campo desenvolvidos entre 2011 e 2014,<sup>1</sup> foram realizadas entrevistas com representantes de empresas agrícolas (cerca de quarenta nas províncias de Santa Fé e Entre Ríos na Argentina e no Oeste do Uruguai, o mesmo número no Brasil, na região de Matopiba,<sup>2</sup> em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul), com seus prestadores de serviços, financiadores e *tradings* (cerca de trinta no total, nos três países) que permitiram reunir dados procedentes de instituições, da imprensa e de documentação profissional. As entrevistas, semiestruturadas, visavam a coletar informações sobre os modos de funcionamento e de organização das empresas agrícolas e consolidar um conjunto de indicadores sobre o tema. Os tópicos abordados foram previamente definidos a partir de um levantamento na literatura regional sobre a questão, além de experiências de campo anteriores, exploratórias ou aprofundadas. Envolviam a espacialização das empresas (terra, localizações e laços com os lugares), a organização do trabalho, as modalidades de gestão, o capital envolvido ou ainda a dinâmica das inovações. Também foram abordados os produtos, seus mercados e as modalidades de comercialização. Foram tratados de forma qualitativa, com a finalidade de identificar, para cada indicador, os fatores de similitudes e diferenciação entre atores. Esses elementos foram reunidos em função das suas associações dominantes nas empresas visitadas, com o intuito de elaborar uma tipologia de empresas representativa das regiões estudadas nos três países.

### **1.1. Agriculturas na Argentina, Brasil e Uruguai: inovações, efeitos seletivos e expansão espacial**

Depois de múltiplas crises, as décadas de 1980 e, sobretudo, de 1990 marcaram o início de uma nova fase de intensificação agrícola (Barsky e Gelman, 2009; e Reza, Lema e Food, 2010). A abertura comercial, no bojo de políticas de estabilidade monetária, de liberalização e de integração regional (Mercosul), estimulou as culturas de exportação e a aquisição de insumos importados (Fernández, 2012; e Bisang, 2003). Nesse cenário, as inovações atinentes aos itinerários técnicos fortaleceram ainda mais os laços internacionais, constituindo-se, na escala nacional, em relevantes vetores da transformação das unidades de produção agrícola. A adaptação local de inovações nas variedades, nos produtos ou nos processos renovou por completo as condições de produção dos grãos, a começar pela generalização das plantas

1. Em especial por meio dos programas "Caracterização das formas de organização social e econômica vinculadas à agricultura 'de firma'" (ANR Agrifirme, 2011–2013), "Transformações dos sistemas de inovação agrícola e crescimento dos operadores privados de pesquisa e desenvolvimento. Olhares cruzados Argentina–França" (Ecos-Argentina, 2011–2014), experiência "Cambios productivos y organizacionales en el sector agropecuario e implicancias territoriales. Provincia de Entre Ríos" (2012) e programa "Capital financeiro, expropriação de terras e produção agrícola moderna" (Capes-Cofecub, 2014–2016).

2. Na fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

geneticamente modificadas, paralelamente com a crescente adoção do plantio direto e com o uso cada vez mais comum de máquinas potentes, da pulverização aérea e das técnicas de precisão (GPS etc). A soja resistente ao glifosato foi autorizada na Argentina na safra de 1996–1997 (Rodríguez, 2010), e no Brasil, a partir de 2002–2003. Está no centro de rotações com o milho nos dois países, com o trigo, o girassol ou a canola na Argentina e, às vezes, o algodão no Brasil. No Pampa úmido argentino, a depender das condições edáficas, a soja pode ser cultivada em dupla cultura com trigo, milho ou soja (“soja de segunda”). Em grande medida, ela substituiu as pastagens e se tornou uma feroz concorrente da criação bovina, agora relegada às terras menos aptas ou praticada em espaços confinados. No Centro-Oeste e no Matopiba, no Brasil, a difusão da soja de ciclo curto permite também semear, em uma segunda safra, algodão ou milho (safrinha).

Requisitadas pelos atores privados do agronegócio, pela pesquisa pública e pelas empresas agrícolas, tais inovações contribuem para aprimorar as eficiências técnicas – simplificação das tarefas do cultivo, diminuição das passagens com máquinas e tratores nos campos – e econômicas das fazendas – normalização do trabalho, lotes de tamanho ampliado ou reagrupados. Tais inovações também estão por trás das profundas alterações na organização das empresas agrícolas, ensejando a homogeneização dos itinerários técnicos e o declínio dos conhecimentos locais. Com isso, ficam facilitadas a divisão e a terceirização do trabalho, bem como a formalização das operações contábeis. Os engenheiros agrônomos são solicitados, o que vem transformando essa profissão (Grosso, 2011), sendo contratados diretamente pelos grandes produtores e por atores associados à gestão de vários estabelecimentos, às vezes em regiões diferentes, para acompanhar projetos de cultivo planejados e seguidos, graças a meios informatizados.

Assim opera-se a seleção: os produtores capazes de combinar recursos, informações e *know-how* providenciam a expansão espacial do cultivo de *commodities*. Os demais enfrentam dificuldades, desistem ou arrendam a sua fazenda. Na Argentina, entre os dois censos de 1998 e 2002 (Indec), o número de unidades de produção passou de 378 mil para cerca de 298 mil. As cinco províncias dos Pampas (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Pampa e Entre Rios) teriam perdido 50 mil delas, passando de 184 mil para 134 mil. Diminuiu muito o número de fazendas com menos de 500ha, enquanto aumentava o das propriedades com 1.000ha e mais. Enquanto o pós-convertibilidade (fim da paridade fixa peso-dólar e desvalorização em janeiro de 2002) alterou o cenário macroeconômico, muitos pequenos e médios proprietários, por falta de capital e de porte crítico, passaram a arrendar suas terras ou as entregaram a uma empresa de serviços agrícolas (contratista). Além disso, o corolário da concentração fundiária é a concentração da produção nas mãos de um universo restrito de atores (por causa do arrendamento das fazendas, ou dos lotes, por entidades em busca de melhor escala de produção). Em conse-

quência, os proprietários param a produção durante o tempo do contrato de arrendamento e voltam a ela depois, ou buscam novamente entregar a terra para terceiros. No Brasil, embora aumente o número de propriedades rurais, devido a políticas de apoio à agricultura familiar, a produção permanece extremamente concentrada: em 2006, 8% dos estabelecimentos agrícolas geraram 84% do valor bruto da produção e, desse grupo, 0,4% proveram 51% do valor total (Alves e Rocha, 2010). Portanto, a concentração fundiária tem como corolário a concentração da produção em um número restrito de atores, refletindo o alto peso dos maiores estabelecimentos que trabalham, neste caso, em terras essencialmente próprias. Isso reflete uma diferença importante entre os dois países, a Argentina tendo exacerbado a tendência histórica em terceirizar o trabalho agrícola e arrendar terras, enquanto no Brasil o que predomina é a aquisição da terra e de maquinário.

Uruguai, Argentina e Brasil registraram os mais altos ganhos de produtividade agrícola do subcontinente sul-americano no período 1975–2002 (Barros, 2010). Tal aspecto explicaria 70% do aumento da produção brasileira entre os dois últimos censos (1996–2006), em todos os produtos (Bastos et al., 2010), sendo o restante imputável à expansão das áreas cultivadas (Bernardes e Filho, 2005; e Sauer e Leite, 2012). As áreas de culturas anuais (e horticultura) passaram de 34 para 84 milhões de hectares entre 1996 e 2006, isto é, a quarta parte dos 330 milhões de hectares agropecuários totais (IBGE, 1996 e 2012) (tabelas 1 e 2). Já na Argentina, o incremento das áreas é o maior fator de crescimento da produção: depois de estagnar entre a década de 1960 e o início dos anos 1990 em cerca de 22 milhões de hectares, a área de cereais e óleo-proteaginosas (Aizen, Garibaldi e Dondo, 2009) alcançou, em 2013–2014, cerca de 40 milhões de hectares (dos 177 milhões de hectares no total, incluindo pecuária e outras produções) (tabelas 3 e 4). Na Argentina, a soja passou de 37 mil hectares, em 1970–1971, para 6 milhões em 1995–1996, para mais de 12 milhões de hectares em 2002–2003, e cerca de 20 milhões em 2013–2014 (Minagri), ou seja, quase metade da área agrícola cultivada do país. Deveria alcançar perto dos 100 milhões de toneladas de grãos (isto é, o dobro de uma década atrás). As mesmas tendências estão se firmando aos poucos nos países vizinhos, no Uruguai em primeiro lugar.

Estes resultados produtivos enfrentam, apesar de tudo, fatores limitantes:

a. Os insumos são, em grande parte, importados, o que encarece os custos de produção.

b. Nos espaços agrícolas afastados dos terminais portuários, as infraestruturas de transporte precárias ou de difícil manutenção constituem gargalos.

c. Os altos custos do frete repercutem no custo de produção e o transporte por caminhão é pouco conectado à malha ferroviária que, por sinal, é quase inexistente, e o transporte fluvial segue sendo marginal.

d. Em relação à estocagem, os silos existentes não conseguem absorver o acréscimo dos volumes colhidos e ficam concentrados em atores a jusante da

**Tabela 1**

Evolução das principais grandes culturas no Brasil

<b>Culturas</b>	<b>Superfície colhida</b>		
	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>
Soja	11.487.000ha	13.657.000ha	23.968.663ha
Milho	11.394.300ha	11.890.000ha	13.219.004ha
Algodão	1.394.000ha	801.600ha	1.405.000ha
Cana-de-açúcar	4.272.000ha	4.804.000ha	9.601.000ha
<b>Culturas</b>	<b>Produção</b>		
	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>
Soja	19.898.000t	32.820.000t	74.815.000t
Milho	21.348.000t	32.321.000t	55.660.000t
Algodão	1.783.000t	2.007.000t	5.071.000t
Cana-de-açúcar	262.674.000t	326.121.000t	734.006.000t

IBGE, 2012

**Tabela 2**

Evolução do rendimento das principais grandes culturas no Brasil

<b>Culturas</b>	<b>Rendimento médio</b>		
	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>
Algodão	1.281kg/ha	2.503kg/ha	3.608kg/ha
Arroz	1.880kg/ha	3.038kg/ha	4.895kg/ha
Cana-de-açúcar	61.000kg/ha	67.000kg/ha	76.000kg/ha
Milho	1.873kg/ha	2.718kg/ha	4.210kg/ha
Soja	1.732kg/ha	2.403kg/ha	3.121kg/ha

IBGE, 2012

produção. No Centro-Oeste brasileiro, as ajudas do governo permitiram aos produtores investir, mas as instalações continuam insuficientes (Conab, 2015). Na Argentina, a inovação consistiu, no início dos anos 2000, em desenvolver o silobolsa, um tipo de recipiente de polietileno no qual o grão é estocado a vácuo e deixado diretamente no campo ou no estabelecimento. Esse meio de armazenamento se espalhou no Uruguai e está começando a aparecer no Brasil.

**Tabela 3**

Evolução das principais grandes culturas na Argentina

<b>Culturas</b>	<b>Superfície colhida</b>			
	<b>1990/1991</b>	<b>1996/1997</b>	<b>2002/2003</b>	<b>2012/2013*</b>
Soja	4.774.500ha	6.393.780ha	12.420.000ha	20.010.572ha
Trigo	5.797.500ha	7.099.510ha	6.050.210ha	3.160.138ha
Milho	1.900.100ha	3.410.385ha	2.322.857ha	6.111.378ha
Girassol	2.301.150ha	3.007.470ha	2.324.510ha	1.657.071ha

<b>Culturas</b>	<b>Produção</b>			
	<b>1990/1991</b>	<b>1996/1997</b>	<b>2002/2003</b>	<b>2012/2013</b>
Soja	10.862.000t	11.004.890t	34.818.550t	49.306.201t
Trigo	10.992.400t	15.913.600t	12.301.442t	8.197.855t
Milho	7.684.800t	15.536.820t	15.044.530t	32.119.211t
Girassol	4.033.400t	5.450.000t	3.714.000t	3.104.420t

Minagri-Siia

**Tabela 4**

Evolução do rendimento das principais grandes culturas na Argentina

<b>Culturas</b>	<b>Rendimento médio</b>			
	<b>1990/1991</b>	<b>1996/1997</b>	<b>2002/2003</b>	<b>2012/2013</b>
Soja	2.275kg/ha	1.721kg/ha	2.803kg/ha	2.539kg/ha
Trigo	1.896kg/ha	2.241kg/ha	2.033kg/ha	2.715kg/ha
Milho	4.044kg/ha	4.555kg/ha	6.477kg/ha	6.604kg/ha
Girassol	1.752kg/ha	1.812kg/ha	1.598kg/ha	1.916kg/ha

Minagri-Siia

\* superfície semeada

Safrã agrícola e contexto macroeconômico:

1990/1991 – paridade peso–dólar;

1996/1997 – introdução da soja OGM;

2002/2003 – pós-paridade e desvalorização do peso.

Consequentemente, as áreas agrícolas apresentam plasticidades exacerbadas: enquanto as regiões consolidadas e voltadas para a agricultura e a pecuária (Pampa argentina, oeste uruguaio, Mato Grosso do Sul ou extremo Sul brasileiro) estão em plena intensificação, o centro de gravidade espacial das culturas mais apreciadas está se deslocando dessas áreas de produções tradicionais para as suas margens (Cerrado brasileiro, Amazônia, noroeste argentino). As grandes culturas (soja) vêm substituindo as produções regionais ou a vegetação natural, gerando localmente fortes tensões socioambientais. O gado bovino é empurrado para as periferias (Centro-Oeste brasileiro, Chaco argentino ou paraguaio) ou confinado. A pecuária está padecendo com o *boom* agrícola, mas ela também se deixa subjugar pela intensificação, aumentando a carga animal por hectare e profissionalizando o manejo do rebanho.

Por outro lado, as transformações brasileiras e argentinas influenciam o subcontinente. Além do Paraguai e da Bolívia, onde os brasileiros desenvolveram atividades de criação e o cultivo da soja, o Uruguai se tornou produtor deste grão devido à chegada das empresas argentinas que introduziram os modelos técnico-econômicos atualmente utilizados (Arbeletche e Gutierrez, 2010). A área agrícola duplicou entre 2004–2005 e 2011–2012, alcançando 1,8 milhão de hectares. A soja (870.000ha), o milho (128.000ha) e o trigo (593.000ha) triplicaram as áreas semeadas (MGAP). A ampliação da área agrícola, em detrimento da área de pecuária, vem acompanhada pelo *boom* das plantações de eucalipto, ligado a capitais chilenos, entre outros.

Brasil, Argentina e Uruguai registraram uma expansão de seus espaços agrícolas sobre biomas ainda próximos das condições naturais ou sobre pastagens consideradas como degradadas. A exploração desses espaços se torna mais intensiva e especializada devido a sucessões de culturas que privilegiam aquelas demandadas pelo mercado (soja, milho, algodão). Em contextos relativamente livres no plano da legislação ambiental (o código florestal brasileiro e a legislação argentina sendo pouco coercitivos), os três países reúnem dois dos fatores identificados por Deininger e Byerlee (2012) como favoráveis ao desenvolvimento das grandes unidades de produção mecanizadas, isto é, grandes necessidades de capital para intensificar o uso do solo, muitas vezes combinadas com a baixa disponibilidade de trabalho nas áreas de baixa densidade populacional, além das inovações técnicas que ajudam a dispensá-la e a incrementar a escala de produção. O terceiro fator, a demanda dos consumidores (rastreadabilidade OGM, padrões ambientais, por exemplo), está em marcha.

As empresas agrícolas são atores da incorporação dessas novas superfícies e da intensificação dos modos produtivos, realizando-os a partir de modalidades que os diferenciam em função da sua natureza, da sua organização e do seu lugar na cadeia de valor.

## **1.2. Diversidade empresarial agrícola e organização produtiva**

Embora as agriculturas chamadas de “familiares” ainda sejam maioria, os modos de organização de tipo empresarial medram e contribuem, por sua vez, para a globalização.

### **1.2.1. Uma produção cada vez menos familiar**

Embora a maioria das propriedades rurais sejam chamadas de “familiares”, os membros das famílias diversificam as fontes de renda fora da fazenda (Schneider et al., 2009). Nas grandes culturas, parte das empresas familiares pende para o assalariamento agrícola, ao passo que o chefe de família lidera a transição para formas de gestão mais empresariais. Muitas vezes, uma sociedade (pessoa jurídica) é criada, o que permite distinguir a gestão em si do estabelecimento agrícola e o patrimônio familiar. Além disso, ele domina as tecnologias da informação e os instrumentos comerciais de cobertura do risco, inclusive na bolsa de valores (mercados a prazo, contratos de opções etc), que o poder público e as organizações profissionais multiplicaram. Familiarizados com os modos de gestão empresarial e a aplicação das inovações biotecnológicas e técnicas, os filhos (graduados em Agronomia) separam empresa e família. Da mesma forma que os profissionais da assessoria agrícola e da agroindústria, o agricultor se profissionaliza, a gestão contábil da atividade é adotada rigorosamente, incorpora inovações biotecnológicas e novas técnicas de produção; tudo isso é possibilitado pela formação em Agronomia ou a partir de “Dias de campo”, evento organizado por determinadas empresas para possibilitar a difusão de seus produtos e o compartilhamento de experiências entre produtores. Paralelamente, a captação de capitais externos viabiliza a compra de maquinário, o que leva a oferecer serviços agrícolas para outros agricultores ou a angariar mais recursos fundiários, quer por meio da aquisição (regra no Brasil), quer por meio de arrendamento (tendência na Argentina e no Uruguai). Nos três países, essas empresas agrícolas movimentam, portanto, consequentes volumes de recursos e gerenciam sua empresa em função de oportunidades de negócio e de metas produtivas e financeiras. Essas corporações são classicamente integradas às cadeias de valor e têm pouca margem de manobra, pois, por um lado, são compradores de insumos agroindustriais, e, por outro, entregam sua produção aos atores a jusante.

Mais diretamente conectadas com os preços internacionais e suas flutuações, mais mecanizadas, mais especializadas e mais flexíveis, as propriedades familiares estão adotando modos de organização mais empresariais (Navarro, 2010; e Graziano da Silva, 2001). Com isso, as entidades profissionais, desde os atores da produção agrícola até os outros elos dos complexos agroalimentares, estão evoluindo no compasso da hibridação entre as formas clássicas de integração e diversificação das atividades (Muzlera e Salomón, 2013; Gras e

Hernández, 2013; Errea, Peyrou, Secco e Souto, 2011; Cloquell, 2007; e Anlló, Bisang e Campi, 2013).

Está aberto o debate visando a legitimizar a contribuição respectiva do agronegócio e da agricultura familiar, tanto nas produções nacionais, quanto nos espaços rurais (Veiga, 1995; Abramovay, 1998; Fernandes et al., 2008; Manzanale Neiman, 2010; Ameghino, 2007; e Sabourin, Samper e Sotomayor, 2014). De fato, uma constatação emerge: as agriculturas empresariais, vistas como integrando de fato o agronegócio, são frequentemente pensadas em oposição à agricultura familiar, mas raramente em termos de hibridação.

### 1.2.2. Uma tipologia de empresas agrícolas

Em função das observações realizadas em campo entre 2011 e 2013, foram identificadas diferentes formas de organização empresarial da produção agrícola. Quatro grandes tipos se destacam, o primeiro sendo usado como referência para a descrição dos outros. Nem todos estão sempre presentes na sua forma mais pura nos três países estudados, sua coexistência e seu peso dependem dos contrastes em termos de características nacionais (macroeconomia, dispositivos jurídicos e regulamentações) ou das especificidades de produção.

Tipo 1 (padrão histórico), a empresa agrícola integrada na cadeia de valor – nos três países: Essa forma “clássica” é a da propriedade rural capitalizada, familiar ou não: a empresa evolui ao desenvolver a estrutura de produção (inovações biotecnológicas e infraestruturas), otimizando a produtividade dos fatores de produção e expandindo suas terras (compra, locação temporária). Cede os bens obtidos à agroindústria ou pode se lançar no beneficiamento *in loco*. Os custos fixos são majoritários devido aos investimentos em material, fundiários etc. A dinâmica empresarial é de acumulação e patrimonial (acumulação de capital e de bens e desenvolvimento da atividade). A fazenda familiar capitalizada integrada ao mercado e à cadeia de valor tem um forte entrosamento territorial, em termos de desdobramentos econômicos (empregos diretos e indiretos, venda da produção, reinvestimento do lucro) e de vida local em geral.

Tipo 2, a grande propriedade organizada em sociedade e em processo de intensificação – nos três países: A grande propriedade está passando por um acelerado processo de modernização. A gestão, inicialmente patrimonial e familiar (família ampliada), da estância ou da fazenda, está se orientando para uma organização mais empresarial (empresa dirigida por um membro da família), com maior rentabilidade dos ativos (aumento da carga animal, cultivo com técnicas de ponta, controle dos custos, otimização dos momentos de venda, beneficiamento *in loco*) e elevados custos fixos. Tornam-se norma o

emprego de pessoal qualificado e o uso crescente de assessoria técnica, ou até da terceirização. Ao se associar a um parceiro financeiro, o grande proprietário consegue maior acesso ao capital e à terra, quer momentaneamente, visando a otimizar determinados investimentos, quer definitivamente, aumentando o porte do seus bens. A busca por terra ocorre em um perímetro local ou regional, mantendo os vínculos administrativos e funcionais da empresa com a cidade vizinha.

A grande propriedade também pode se tornar, depois da compra, um bem em uma carteira administrada em nome de acionistas (distantes) que pretendem extrair dividendos e mais-valia. O mesmo ocorre com os produtores, de porte médio a grande, que investem os lucros oriundos da produção primária em unidades agroindustriais (etanol de milho, biodiesel de soja, moinhos, produtos animais etc), frequentemente em sociedade. Controlam melhor a venda de suas produções e se associam para aproveitar inovações tecnológicas. A proposta empresarial mantém forte viés patrimonial. A grande propriedade que intensifica e que se equipa com unidades agroindustriais permanece envolvida na vida econômica e social local (empregos, importância socioeconômica), embora mantendo densas relações com uma grande cidade próxima.

Um exemplo de grande propriedade que intensifica: Na Argentina, a estância El Potrero, perto de Gualaguaychú, na província de Entre Rios (na margem do rio Paraná), estende-se, em 2012, por 32 mil hectares, distribuídos em 6.000ha de cultivos (base milho, trigo e soja), cerca de 7.000 para a criação de bovinos, 4.000 de plantações silvícolas e 15 mil hectares de reservas florestais. Foi comprada em 2007 pelo grupo Bermejo, que possui outras três estâncias na província de Buenos Aires. A população local não tem conhecimento disso e vê a grande propriedade como uma estância tradicional. Recusando-se a imobilizar capital e visando a se beneficiar de tecnologias atualizadas, os novos proprietários optaram por terceirizar as atividades para sete grandes empresas de serviços agrícolas, cinco delas de origem local. O dirigente do grupo supervisiona em Buenos Aires as compras de insumos e sementes, a venda dos grãos enviados aos portos exportadores, e dos animais para o abate e a exportação. Ele administra a parte de financiamentos (bancos, oferta dos fornecedores). A esses dois centros de gestão e decisão somam-se os da produção propriamente dita. Os assessores agrônomos e técnicos externos são responsáveis pelo monitoramento da execução dos planos de cultivos, decididos no topo da hierarquia em colaboração com cada estabelecimento. O uso de insumos é generalizado, como também o do GPS, o monitoramento das culturas e da produtividade; a conservação dos solos é considerada como uma dimensão importante. O gado é engordado em *feed lots* durante os 90 a 100 últimos dias. Segundo o gerente da estância, jovem, recém-chegado de Buenos Aires e que vive no local, “a estância, meio abandonada, retomou vida”. A estratégia, no curto prazo, é modernizar (construindo terraços se-

guindo as curvas de nível para combater a erosão provocada pelas chuvas, ou testando a irrigação) e crescer comprando terras e agregando valor aos grãos através da pecuária. (Entrevistas com a população local, 2012)

Tipo 3, a sociedade de investimento – nos três países: Essa forma empresarial está sendo reformulada pela escala de atuação internacional de grupos constituídos em torno de um projeto econômico e financeiro que pode envolver a agricultura, seja de forma temporária, seja de forma complementar a outros tipos de investimento. Isso também se deve à natureza de seus sócios, mais urbanos, mais diversificados. Investidores reúnem um capital, aplicam-no em terras e na ferramenta de produção, e apostam em um duplo movimento: crescimento das margens geradas por uma gestão apurada (controle de custos, otimização da venda, incremento da produtividade dos fatores, efeitos de escala) e geração de mais-valia em uma operação de compra e venda de curto prazo (renovação ou construção de infraestruturas, trabalho do solo, desmatamento de áreas etc). O investimento é de médio prazo (cinco anos no mínimo), com uma organização piramidal (funcionários qualificados; divisão vertical do trabalho; nível e diversidade das competências). A sociedade pode ter um grande proprietário como parceiro, para aproveitar suas competências e redes locais. Os consideráveis volumes de produção alavancam a formação de valor agregado, sendo o poder de negociação consequente, reagregando valor na ponta inicial das cadeias produtivas. Por conta da origem geográfica dos dirigentes da sociedade, mas também da segmentação das funções na empresa, o enraizamento local é baixo, limitado a aspectos práticos. As funções de comando e de representação estão desvinculadas dos locais de produção e se deslocam para os centros urbanos, nacionais e fora do país. E, principalmente, as unidades estão geograficamente distribuídas conforme as vantagens comparativas que cada centro urbano proporciona, às vezes relacionadas com incentivos fiscais, outras vezes, com efeitos de centralidade (instituições financeiras, parceiros econômicos, serviços especializados) ou com a proximidade dos mercados. Embora parte das empresas junte muitas vezes essas funções na metrópole, outras, em uma lógica de otimização, separam a sede social, os locais de representação (próximos das bolsas de valores e/ou dos acionistas) e os centros de comando. A lógica empresarial ostenta um viés financeiro inegável (rentabilidade maximizada do capital investido).

Um exemplo de sociedade de investimento: No Brasil, a Agrifirma Brasil é, ao mesmo tempo, uma empresa de produção agrícola e uma agência imobiliária registrada em Jersey, criada em 2008 por dois investidores do Reino Unido, já experiente em aplicações em matérias-primas. Adquiriu três fazendas no oeste do estado da Bahia, uma empresa de assessoria, a Raro, e captou neste momento 154 milhões de dólares (Mackintosh, 2009), sendo 24% oriundos da RIT Capital Partners Plc, presidida por L. Jacob Rothschild. Em 2013, a Agrifirma possuía 70 mil hectares de terras, todas no oeste da

Bahia, das quais 16 mil eram cultivadas no fim de 2011. Envolvida na produção, a empresa também apostou na valorização dos ativos (intensificação, desmatamento). Em 2011, celebrou uma *joint venture* com um fundo brasileiro especializado em *private equity*, o Brasil Agronegócios FIP, criado pelo Banco do Brasil. A empresa passou a se chamar Agrifirma Brasil Agropecuária (ver o site), enquanto os investidores iniciais se reuniram sob o nome de Genagro Ltda, mantendo a atividade financeira da Agrifirma Brasil, o escritório em Londres e a exploração de uma das fazendas. Genagro passou a possuir 49,95% das ações da Agrifirma Brasil Agropecuária SA depois desta operação. (Dados secundários, 2013)

Tipo 4, a empresa de produção agrícola (empresa-rede) – presente na Argentina: Na sua forma mais completa, este tipo predomina na Argentina, aparece muito raramente no Brasil e aquelas que se aproximam deste modelo, grande parte foi implementada por grupos argentinos. No Uruguai, elas são originárias da Argentina.

Essas empresas de produção agrícola, muitas vezes oriundas do próprio setor, diferenciam-se por uma organização em rede. A partir da cidade monitoram todas as atividades tendo, antes de mais nada, objetivos de rentabilidade financeira dos ativos que lhes foram entregues. A terra é, muitas vezes, arrendada e soma-se aos demais ativos reunidos (capital, terceirização dos serviços agrícolas, assessoria técnica) visando a gerar o mínimo possível de custos fixos. A empresa constitui muitas vezes um *fidéicomis* que assegura juridicamente a valorização dos ativos e que se relaciona com os proprietários da terra por contratos de um a três anos, no geral. Flexibilidade, horizontalidade e rede, custos variáveis, terceirização, menos funcionários, proposta de curto a médio prazo, perenidade muito relativa: este é o modelo socioeconômico desses consórcios que administram, em nome de sócios oriundos de setores diversos (agrícolas ou não), ativos e informações agronômicas e comerciais. Essas associações de gestão de ativos separam decisão e ato produtivo. Dada a divisão horizontal do trabalho e a organização em rede dos meios de produção, podem ser vistos como polos de contratos. Poderia, portanto, ser chamada de “agricultura de firma” (Baudry e Dubrion, 2009; Purseigle e Hervieu, 2012; e Purseigle e Chouquer, 2013) ou de agricultura em rede (Martinelli, 2008; Hermelo e Reca, 2010; Bisang, Anlló e Campi, 2010; e Guibert et al., 2011). Está presente na Argentina e no Uruguai, na figura dos *pools de siembra*, formados entre atores locais e suas redes de conhecidos, ou das megaempresas de produção agrícola, que são *pools* de atores locais e globais, estabelecidos nos dois países e em outros da região.

Esse tipo de empresa é emblemático da agricultura argentina, tendo fortalecido a predominância da terceirização nos modos de valorização do potencial produtivo pampeano. Tais empresas possibilitam que, mesmo aqueles atores que não possuem maquinário, possam investir no arrendamento. No

Uruguai, esse formato de empresas tem ganhado maior expressão devido à chegada dos argentinos e, no Brasil, é praticamente insignificante. Neste último, a legislação que limita a terceirização constrangeu a difusão desse modelo, e as empresas devem jogar com as possibilidades de alugar o maquinário com mão de obra própria ou então terceirizar apenas algumas tarefas autorizadas (colheita, por exemplo).

Um exemplo de associação para a gestão de ativos agrícolas (empresa-rede): O Grupo Los Grobo SA iniciou-se em 1984, quando os irmãos Grobocopatel assumiram – o primeiro, o armazenamento com silos; o segundo, as terras da família –, perto da cidade de Carlos Casarès (província de Buenos Aires), em plena Pampa do trigo. No começo dos anos 2010, o Los Grobo SA estava presente na Argentina, no Uruguai (subsidiária ADP – Agronegocios del Plata), no Paraguai (Empresa Tierra Roja) e no Brasil (Grupo Los Grobo Brasil). Cultivava 255 mil hectares arrendados (menos as terras em mãos dos membros da família). Seus locais de armazenamento, de financiamento e de comercialização são autônomos e interdependentes: “Não se trata de unidades de negócios independentes, posto que estão em relação: a produção de grãos induz a venda de insumos que a sustenta, por sua vez, e permite captar novos clientes para conseguir alimentar a rede.” (Entrevista, 2013) Na produção, um parceiro local administra, para cada região, a rede de empresas ligadas e monitora técnicos e agrônomos. Na comercialização, os gerentes dos silos, dos insumos agrícolas e da venda de grãos, estão vinculados a uma equipe de *marketing* e vendedores voltados para as maiores empresas de produção agrícola e os corretores. A transmissão das informações, das ordens e dos resultados ocorre em tempo real. A sede do grupo fica em Carlos Casarès, com 120 funcionários em 2013, em grande parte naturais da região. Recebe parceiros e visitantes (delegações estrangeiras) e organiza os treinamentos. O escritório de Buenos Aires administra as atividades de comunicação, de representação e de exportação.

Redes de silos em toda a Pampa e além, rede de associados, cada um trazendo um recurso, rede de funcionários que dividem monitoramentos e desenvolvimentos, rede de clientes situados antes e depois da produção primária: a Los Grobo SA apresenta uma organização horizontal e desenvolve suas associações ao sabor dos riscos, da conjuntura internacional e das realidades locais. Em 2012 e 2013, a Los Grobo SA cedeu seus ativos no Paraguai e no Brasil (manteve os silos), concentrando a produção primária na Argentina (cerca de 60 mil hectares em 2013) e no Uruguai. Comprou na Argentina um segundo moinho (farinha de trigo) e uma planta de produtos fitossanitários, além de construir uma fábrica de massas alimentares – a etapa de agregação de valor se inicia. (Entrevista, 2013; e acompanhamento da atualidade da empresa)

Presentes principalmente nas grandes culturas e, às vezes, na pecuária bovina, as quatro formas identificadas na Argentina, no Brasil e no Uruguai são destaques do capitalismo agrícola na região. Constituem realidades que geram novas coordenações e regulações, com mais transversalidades e flexibilidade entre as atividades. A governança das cadeias produtivas longas pode se deslocar para o seu início e está ocorrendo um encurtamento da cadeia de valor, nos casos dos tipos 3 e 4. Na megaempresa, a organização horizontal do trabalho é acirrada, a sua complexidade (variedade e variabilidade de seus “negócios”) e o seu porte (reunião de várias fazendas e grandes volumes produzidos) propiciam uma força de negociação mais incisiva com os diversos elos da cadeia produtiva (Requier-Desjardins, Guibert e Buhler, 2014). O peso da informação, da inovação e dos aspectos financeiros é fundamental no gerenciamento dos riscos. As múltiplas localizações atendem a opções espaciais estratégicas que definem uma “territorialidade eletiva” (Debarbieux, 2008) ao sabor dos locais escolhidos (Guibert, 2013).

Em todos os casos, essas realidades complexas, baseadas em estratégias de otimização dos recursos locais, articuladas com as dos atores extra-agrícolas, questionam a relação com o recurso fundiário, com o local e com a ruralidade. Modificam a própria profissão do agricultor, começando por seu estatuto de agricultor e o de empresário, e a atividade de produtor agrícola. Da mesma forma, estando no âmago de relações que ligam atores situados em espaços urbanos e em espaços agrícolas distantes entre si, essas organizações empresariais, mais horizontais, colocam os espaços rurais diante do desafio da globalização.

### **1.3. Empresas agrícolas e globalização dos espaços rurais**

As modalidades de inserção dos produtores empresariais nos espaços agrícolas e rurais e sua inclusão na escala local passam pelo envolvimento em redes mantidas com atores urbanos. As empresas são estruturadas espacialmente entre suas unidades – fazenda(s), lote(s) etc – mais ou menos distantes e as cidades de médio porte próximas, que se constituem em ponto focais no espaço. Com isso, os meios urbanos oferecem um lugar de representação (sede), facilitam relacionamentos e transações e fornecem os principais serviços. Essas cidades se beneficiam do dinamismo agrícola; os funcionários ou os terceirizados moram nelas, elas recebem os executivos em sua passagem, oferecem oficinas mecânicas, escritórios de assessoria agrônômica, centros de treinamento, agrofornecedores, armazenamento, beneficiamento agroindustrial (unidades às vezes situadas nas encruzilhadas rodoviárias), hotéis e serviços etc. São as cidades do agronegócio (Elias e Pequeno, 2006), chamadas à sua época, e com as devidas diferenças, de “agrocidades” por Collin-Delavaud (1971), “cidades ativas” por Gaignard (1979), ou ainda “cidades do campo” por Santos (1988).

Para as maiores empresas e os consórcios de gestão de ativos, os centros de decisão estão localizados nas metrópoles, nacionais ou internacionais, enquanto que os centros de gestão operacional (caixa, suprimentos, gerência de recursos humanos agrícolas, comercialização) ficam em cidades de médio porte, próximas às unidades de produção. Dessa forma as empresas organizam em rede as diversas áreas, entre as quais as informações circulam intensamente, bem como os executivos e os proprietários-investidores.

A produção em si mesma está dispersa, pois, assim, os riscos produtivos são minimizados pela escolha das melhores localizações e pela diversificação em termos agropedológicos e edafoclimáticos. O crescente domínio sobre esses fatores, enfim, consolida os modelos de organização que aliam gestão dos riscos ao uso otimizado dos recursos. Paralelamente, a presença de infraestruturas para o transporte e para o escoamento da produção é um aspecto fundamental do sucesso das grandes culturas em espaços como o Cerrado (Frederico, 2013). Em outro registro, na Argentina, a introdução do silobolsa desempenhou papel fundamental (ver acima).

Assim, as formas mais inovadoras de agriculturas empresariais (tipos 3 e 4) se desenvolvem preferencialmente em espaços recém-incorporados, sem ser inteiramente novos. Os demais também são dinâmicos, como atestam as transformações das grandes propriedades dos Pampas, por exemplo, ou dos empresários que lançam mão das culturas para a terminação do gado (tipo 2). Está claro que as novas áreas são cobiçadas, mas menos procuradas pelas empresas mais financeirizadas, que necessitam de um conjunto de prestadores de serviços especializados, ausentes dessas frentes agrícolas. Em outros lugares, diversificando riscos, as empresas criam realidades produtivas que batem de frente com aquelas já enraizadas localmente (Chaco argentino; frente agrícola de Matopiba no Brasil).

Por fim, a terra é a mola-mestra da inserção de espaços rurais na globalização por meio das empresas agrícolas que avaliam seu preço e acessibilidade, a área contínua, de um bloco só ou quase, além das oportunidades de intensificação (perspectiva de valor agregado). Recurso “fixo” (Aubert, 2011) no espaço e dotado de características distintas conforme os lugares, a terra está no cerne de suas estratégias de localização: as mais flexíveis entre elas (tipo 4), dando preferência à apropriação temporária, com o arrendamento (na Argentina, no Uruguai), e organizando-se em torno do projeto produtivo. Dessa forma podem ingressar na atividade com um capital inicial limitado ou aplicado em outros ativos. Para outros (tipos 2 ou 3), a aquisição de terras é parte integrante do modelo econômico e coaduna-se com uma dimensão especulativa, como no Brasil (Guibert e Buhler, 2013).

Esse atual entusiasmo está gerando forte pressão sobre a terra (Borras, Kay, Gómez e Wilkinson, 2012; Wilkinson, Reydon e Di Sabbato, 2012; Piñeiro, 2012; e Murmis e Murmis, 2012). No Uruguai, os preços passaram de U\$450,00/ha, em 2000, para cerca de U\$3.000,00 em 2011, na média,

sem distinção entre tipos de terras (MGAP, 2012). No Brasil, Sauer e Leite (2012) estimam que a década de 2000 marcou uma fase de valorização sem precedente das terras destinadas às grandes culturas: seu preço mais do que quadruplicou, passando de uma média de R\$1.800,00, no início da década, para R\$7.500,00 no final, sendo os aumentos mais significativos notados nos estados do Centro-Oeste e em São Paulo. Desde 2014, a conjuntura é desfavorável, observa-se uma diminuição no arrendamento de terras na Argentina e no Uruguai.

As modalidades de apropriação da terra assumem, portanto, características específicas conforme os espaços. As transações ocorrem em escalas locais, extralocais e internacionais. A oferta é divulgada através da mídia profissional e da internet, às vezes em vários idiomas (ver anexo 1). Áreas situadas às margens tornam-se atraentes e projetadas na globalização via circuitos econômicos do sistema agrícola e agroalimentar mundial.

## **Conclusão**

Da mesma forma que os outros setores, a agropecuária se inscreve na globalização, imbricando cada vez mais os espaços dos seus atores econômicos desde a produção até o consumo, sobre um pano de fundo de generalização das lógicas do capitalismo financeiro (desregulamentação, dissociação entre a economia real e a economia financeira). Nos países com alto potencial produtivo, como a Argentina, o Brasil e o Uruguai, as agriculturas empresariais são sensíveis a essas evoluções, pois são progressivamente envolvidas em modos de funcionamento mais submetidos às influências externas. A pressão exercida para captar melhor e valorizar os recursos necessários à produção, ou para integrar outros recursos (ativação de novos espaços até então pouco solicitados), participa da expansão das produções de cereais e de grãos, sendo responsável pelas profundas transformações atuais nas agriculturas argentina, brasileira e uruguaia. À sua produção massiva, fadada a aumentar ainda, acrescenta-se a diversificação das possibilidades de aproveitamento, sendo o uso alimentar ameaçado pelo uso industrial e o energético, tendo como pano de fundo a demanda mundial exacerbada, de crescimento demográfico e urbano e de crescentes necessidades nacionais.

Sobre as empresas agrícolas, a tentativa de tipologia aqui realizada proporciona ensinamentos a serem aprofundados: entre o tipo da empresa integrada no mercado e o da empresa em rede, o leque está aberto e é grande a permeabilidade entre as formas de organização do trabalho. Do produtor familiar capitalizado ao estabelecimento agrícola flexível, as estratégias de acumulação e de desenvolvimento da atividade assumem um viés cada vez menos patrimonial, mais financeiro e “industrial”. A reivindicação do termo agronegócio e da imagem a ele vinculada pelos atores e suas entidades profissionais constitui um sinal de mudança profunda nas identidades profissionais:

o dono da propriedade ou o líder do consórcio de investidores em agricultura se autodenomina empresário, ou seja, profissional, racional, moderno e conectado ao mundo.

Além da reformulação das estratégias para captar os recursos localizados, a globalização se reflete na organização das empresas agrícolas: possuem unidades em diversos locais e atuam entre meios urbanos e rurais, em diferentes escalas. Sob a influência acumulada da sua inserção nos fluxos internacionais e dos fatores nacionais de diferenciação, as dinâmicas agrícolas ligadas à globalização interrogam na forma de espelho aquelas dos espaços rurais.

O método de trabalho das empresas agrícolas leva, ainda, à intensificação das relações diretas dos espaços rurais com os centros urbanos e com lugares distantes: bolsas de valores, paraísos fiscais, metrópoles. Esses laços nascem através dos atores envolvidos na empresa e com os setores em cada ponta da cadeia produtiva. Os locais que mobilizam, ao sabor das vantagens oferecidas a cada atividade da empresa, formam um sistema de lugares, não encaixados no jogo hierárquico das escalas administrativas (Amin, 2002). Essas modalidades de funcionamento alteram a apreensão do lugar: “As localidades e as práticas locais podem se constituir em sistemas de escalas múltiplas, operando em várias escalas simultaneamente, e não apenas na vertical, graças às novas possibilidades das comunicações.” (Sassen, 2009, p.49) A dispersão geográfica das unidades e das atividades das empresas, combinada com o reposicionamento dos lugares, é mesmo uma marca da globalização; tem como corolário, a concentração das funções centrais (direção, coordenação) nas metrópoles.

Ao lado da requalificação ou da ativação dos recursos locais, a inserção dos espaços rurais em redes ampliadas contribui para tornar mais complexos a sua natureza e o seu funcionamento (Murdoch, 2006). Essas redes produtivas e sociais, permeadas de influência externa, tornam-se aspectos fundamentais da governança local e alavancam o desenvolvimento rural muito particular e setorial. Levam também a repensar os indicadores clássicos das desigualdades econômicas e da concentração dos recursos nos espaços rurais: como medir a distribuição do fundiário, quando os proprietários ou os estabelecimentos formais não controlam seu uso, ou quando as relações contratuais sobre seu usufruto se multiplicam? Multiescalas (Offner e Pumain, 1996), as redes propiciam novas interfaces para se pensar a regulação e o desenvolvimento desses espaços (Marsden et al, 1993), mas supõem também a elaboração de novas ferramentas para avaliar as desigualdades e as relações de poder. Tornam menos operacionais os raciocínios em termos de endógeno ou exógeno, e menos eficiente qualquer tentativa para controlar os fluxos que atravessam e transformam os espaços. Ao mesmo tempo, produzem efeitos bem reais nos espaços rurais e interferem com os processos democráticos e participativos habituais. Aliás, será que esses espaços podem ainda ser qualificados como rurais? Já não são (apenas) agrícolas?

## Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AGRIFIRMA BRASIL AGROPECUÁRIA SA. Putting into production Brazilian farmland. 2013. Disponível em <http://www.agrifirma-brasil.com>. Acesso em 2 de agosto de 2013.
- Aizen, M. A.; Garibaldi, L. A.; Dondo, M. Expansión de la soja y diversidad de la agricultura argentina. *Ecología Austral*, n.1, p.45–54, 2009. Disponível em [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1667-782X2009000100004](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1667-782X2009000100004). Acesso em 31 de julho de 2013.
- ALVES, E.; ROCHA, D. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.
- AMEGHINO, E. A. Producción familiar, producción capitalista y descampesinización: aspectos teóricos y problemas interpretativos. In: GRACIANO, O.; LÁZARO, S. (compilação). *La Argentina rural del siglo XX: fuentes, problemas y métodos*. Buenos Aires: La Colmena, 2007.
- AMIN, A. Spatialities of globalisation. *Environment and planning*, n.34, p.385–399, 2002.
- ANLLÓ, G.; BISANG, R.; CAMPI, M. (compilação). *Claves para repensar el agro en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Eudeba, 2013.
- ARBELETTCHE, P.; GUTIERREZ, G. Crecimiento de la agricultura en Uruguay: exclusión social o integración económica en redes. *Revista Pampa*, v.6, p.113–138, 2010.
- AUBERT, F. Entrepreneuriat et territoire: illusion ou perspective de développement en milieu rural? Apresentado na Rede Rural Francesa, 2011. Disponível em [http://www.reseaurural.fr/files/entrepreneuriat\\_et\\_territoire-v2.pdf](http://www.reseaurural.fr/files/entrepreneuriat_et_territoire-v2.pdf). Acesso em 9 de junho de 2013.
- BARROS, G. Política agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. V.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.
- BARSKY, O.; GELMAN, J. *Historia del agro argentino: desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori, 2009.
- BAUDRY, B.; DUBRION, B. (direção). La diversité des théories contractualistes de la firme: complémentarité ou substitutabilité. *Analyses et transformations de la firme: une approche pluridisciplinaire*. Paris: La Découverte, 2009.
- BERNARDES, J.; FILHO, O. L. F. (organização). *Geografias da soja – BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.
- BISANG, R. Apertura económica, innovación y estructura productiva: la aplicación de la biotecnología en la producción agrícola pampeana Argentina. *Desarrollo Económico*, n.171, p.423–442, Buenos Aires: 2003.
- BISANG, R.; ANLLÓ, G.; CAMPI, M. Organización del agro. La transición de un modelo de integración vertical a las redes de producción agrícola. In: RECA, L. G.; LEMA, D.; FOOD, C. (edição). *El crecimiento de la agricultura argentina – medio siglo de logros y desafíos*. Buenos Aires: Ed Fauba, 2010.
- BONANNO, A.; MARSDEN, T.; SILVA, J. G. da. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J. S. B. (organização). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999.
- BORRAS, S. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *Journal of Peasant Studies*, v.39, n.3–4, p.845–72, 2012.
- BORRAS, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, v.33, n.4, p.402–416, 2012.
- BUHLER, E. A.; OLIVEIRA, V. L. La localisation des entreprises agricoles dans l'ouest de l'État de Bahia au Brésil. *Études rurales*, v.191, n.1, p.91–113, 2013.
- CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea em um contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. *Revista Economia Ensaios*, v.26, n.1, p.35–64, 2011.
- CEPEA, PIB do agronegócio – dados de 1994 a 2011. Piracicaba: Esalq, s.d. Disponível em <http://cepea.esalq.usp.br/pcb/>. Acesso em 31 de julho de 2013.
- CLOQUELL, S. *El fin de la historia en el inicio de una nueva agricultura*. Buenos Aires: H. Sapiens, 2007.

- COLLIN-DELAUVAUD, A. Moyennes et petites villes en Uruguay. Tese de doutorado em Geografia. Paris: Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine, 1971.
- CONAB. Balança comercial e do agronegócio 1985–2012, 2013. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=547&t=2>. Acesso em 28 de julho de 2013.
- CUNHA, A.; LÉLIS, M.; SANTOS, C. R. dos; PRATES, D. A intensidade tecnológica das exportações brasileiras no ciclo recente de alta nos preços das commodities. *Indicadores Econômicos*, v.39, n.3, p.47–70. Porto Alegre: FEE, 2011.
- DEBARBIEUX, B. A-t-on vraiment besoin du concept de territorialité? *Geodoc*, n.55, p.19–33, 2008.
- DEININGER, K.; BYERLEE, D. The rise of large farms in land abundant countries: do they have a future? *World Development*, v.40, n.4, p.701–714, 2012.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (organização). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- ERREA, E.; PEYROU, E.; SOUTO, G. *Transformaciones en el agro uruguayo: nuevas instituciones y modelos de organización empresarial*. Montevideo: Universidade Católica, 2011.
- MANÇANO, B. F. *Campesinato e agronegócio na América latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola no Brasil. *Confins*, n.17, p.1–17, 2013.
- FUNCEX. *Boletim de comércio exterior*, ano XVII, n.1, janeiro de 2013. Disponível em [http://www.funce.org.br/publicacoes/boletins/pdf/BCEX\\_JAN2013.pdf](http://www.funce.org.br/publicacoes/boletins/pdf/BCEX_JAN2013.pdf). Acesso em 2 de agosto de 2013.
- GAIGNARD, R. *La Pampa argentina: ocupación, poblamiento, explotación de la conquista a la crisis mundial, 1550–1930*. Buenos Aires: Ed Solar, 1979.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v.12, n.1, p.78–104, 2005.
- GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (compilação). *El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, n.43, p.37–50, 2001.
- GROSSO, S. Les agronomes de terrain face à une nouvelle agriculture pampéenne: stratégies pour la reterritorialisation des connaissances agronomiques. Tese de doutorado em Estudos Rurais. Toulouse: Universidade de Toulouse, 2011.
- GUIBERT, M. Les formes associatives de production agricole en Argentine et en Uruguay: entre territoire et réseau? *Études rurales*, n.91, p.77–90, 2013.
- GUIBERT, M.; BUHLER, E. A. El recurso suelo en las lógicas productivas de las agriculturas empresariales en Argentina y en Brasil. 31st International Congress of the Latin American Studies Association (Lasa). Session Track. Washington: AGR, 2013.
- GUIBERT, M. et al. Les nouvelles formes d'agricultures entrepreneuriales en Argentine et en Uruguay. *Économies et Sociétés*, n.33, 1813–1831, 2011.
- HERMELO, F. D.; RECA, A. Asociaciones productivas (APs) en la agricultura: una respuesta dinámica a fallas de mercado y al cambio tecnológico. In: RECA, G. L.; LEMA, D.; FOOD, C. (edição). *El crecimiento de la agricultura argentina: medio siglo de logros y desafíos*. Buenos Aires: Fauba, 2010.
- IBGE. Censo Agropecuário – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – segunda apuração. 2012. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006\\_segunda\\_apuracao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm).
- , Censo Agropecuário de 1995–1996. 1996. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm).
- INDEC (Argentina). Censos Nacionales Agropecuarios 1988 et 2002. Disponível em <http://www.indec.com.ar>.
- MACKINTOSH, J. Agrifirma scraps hedge fund-style fees. *Financial Times*, 9 de março, 2009. Disponível em <http://www.ft.com/cms/s/0/8708d4a4-0cd8-11de-a555-0000779fd2ac.html>. Acesso em 2 de agosto de 2013.
- MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (compilação). *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus, 2010.
- MARSDEN, T. et al. *Constructing the countryside*. Londres: UCL Press, 1993.
- MARTINELLI, G. de. Pools de siembra y contratistas de labores. Nuevos y viejos actores sociales en la expansión productiva pampeana reciente. In: Balsa, J.; Mateo, G.; Ospital, M. S. (edição). *Pasado, presente y futuro en el agro argentino*. Buenos Aires: Lumière, 2008.

- McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *The journal of peasant studies*, v.36, n.1, p.139–169, 2009.
- MGAP/DIEA. Ministério da Agricultura do Uruguay. Disponível em <http://www.mgap.gub.uy>.
- MINAGRI/SIIA. Ministério da Agricultura da Argentina. Disponível em <http://www.minagri.gob.ar>.
- MURDOCH, J. Networking rurality: emergent complexity in the countryside. In: CLOKE, P.; MARDSEN, T.; MOONEY, P. *Handbook of rural studies*. Londres: Sage, 2006.
- MURMIS, M.; MURMIS, M. R. Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, v.33, v.4, p.490–508, 2012.
- MUZLERA, J.; SALOMÓN, A. (coordenação). *Sujetos sociales del agro argentino: configuraciones históricas y procesos de cambio*. Buenos Aires: Prohistoria, 2013.
- NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J.; FILHO, J. V.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.
- OFFNER, J.-M.; PUMAIN, D. (edição). *Réseaux et territoires: significations croisées*. LaTour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1996.
- PIÑEIRO, D. El caso de Uruguay. In: BAQUERO, F. S.; GOMEZ, S. *Dinámicas del mercado de la tierra en América latina y el Caribe: concentración y extranjerización*. Roma: FAO, 2012.
- PURSEIGLE, F.; HERVIEU, B. (coordenação). Les agricultures de firme. 1. Organisation et financiarisation. *Études Rurales*, n.190, 2012.
- PURSEIGLE, F.; CHOUQUER, B. (coordenação). Les agricultures de firme. 2. Délocalisations et évictions. *Études Rurales*, n.191, 2013.
- RASTOIN, J.-L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. Paris: Quae, 2010.
- RECA, G. L.; LEMA, D.; FOOD, C. (edição). *El crecimiento de la agricultura argentina: medio siglos de logros y desafíos*. Buenos Aires: Fauba, 2010.
- REQUIER-DESJARDINS, D.; GUIBERT, M.; BUHLER, E.-A. La diversité des formes d'agricultures d'entreprise au prisme des réalités latino-américaines. *Économie Rurale*, n.344, 2014/6, p.45–60, 2014.
- SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (coordenação). Políticas públicas y agriculturas familiares en América latina y el Caribe. *Balance, desafíos y perspectivas*. Red PP-AL. Cirad: Cepal, 2014.
- SANTOS, M. *Metamorphoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SASSEN, S. La globalisation. *Une sociologie*. Paris: Gallimard, 2009.
- SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign invest in land, and land prices in Brazil. *Journal of Peasant Studies*, n.39, p.873–898, 2012.
- WILKINSON, J.; REYDON, B.; SABBATO, A. Di. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, v.33, n.4, p.417–438, 2012.

### **Ève Anne Buhler**

Doutora em Espaços, Sociedades Rurais e Lógicas Econômicas (Essor) pelo Institut National Polytechnique de Toulouse e professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Igeo/UFRJ).  
eve.buhler@gmail.com

### **Martine Guibert**

Doutora em Estudo Rurais em Geografia pela Universidade de Toulouse II Le Mirail. Professora adjunta do Departamento de Geografia, Ordenamento e Meio Ambiente no Centro de pesquisa Dynamiques Rurales da Universidade Toulouse – Jean Jaurès.

### **Denis Requier-Desjardins**

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade de Lyon II. Professor titular emérito Sciences-Po Toulouse / Lereps / Universidade de Toulouse.  
denis.requier-desjardins@ut-capitole.fr

**Anexo 1**

Anúncio bilíngue para a venda de uma fazenda, oeste do estado da Bahia.  
O preço de venda é fixado em sacas de soja (de 60kg) por hectares.

Fazenda Metropolitana 6.195ha  
(Anúncio de empresa)  
Preço: R\$50 milhões



Vendo fazenda no oeste da Bahia – Correntina (BA) – com 6.195ha, dos quais 1.500há são em lavoura. Topografia bastante plana e teor de argila de 17 a 35%. Índice pluviométrico de 1.700mm/ano e 8km de beira de rio. Altitude de 800m e Reserva Legal (20%) averbada.

Fazenda ótima para agricultura ou pecuária.

Benfeitorias: 3 casas (12 quartos), 2 barracões para máquinas, 1 secador de cereais e outros.

Energia trifásica. Pista de pouso para aviação agrícola. Georreferenciamento feito e documentação em dia.

Coordenadas GPS: 013 37' 34" S 45 40' 42" W.

Investimento à vista: 160 sacas de soja/ha.

Investimento a prazo: 170 sacas de soja/ha.

*Farm west of Bahia – Correntina (BA) – 6.195ha (15,031 acres), of which 1.500ha (3,705 acres) are crop. Extremely flat land with 17–35% clay. Rainfall of 1.700mm/year (66in) and 8km (12.8 mi) of river coast. 800m (2,624ft) elevation and 20% of the legal reserve already documented.*

*Great farm to plant or raise cattle.*

*Improvements: 3 houses (12 bedrooms), 2 sheds, 1 grain dryer and others. Three-phase power. Air field for agricultural aviation. Georeferencing ready. Documentation to date.*

*GPS: 013 37' 34" S 45 40' 42" W.*

*Investment: 160 soybean bushels/ha. About R\$49.560 thousands (USD\$24.787.430,00).*

*Long term investment: 170 soybean bushels/ha. About R\$52.657 thousands (USD\$26.336.400,00).*

# O processo de construção da nova fronteira do capital na BR-163 mato-grossense

Marcos Vinícius Velozo da Costa

No estado de Mato Grosso, é possível constatar mudanças na organização espacial devido ao dinamismo de suas atividades econômicas nas últimas décadas. Essas mudanças estão vinculadas, em grande parte, à agricultura moderna, tendo como principal produção a soja. Atualmente, esse estado possui três grandes regiões produtoras de soja, sendo a área de influência da BR-163 a que possui maior destaque. Toda essa dinâmica influencia no desenvolvimento econômico, político e social regional, alterando e criando formas espaciais representativas dos novos espaços de produção e de circulação nesse território.

Este artigo busca entender o processo histórico da área sob influência da BR-163 mato-grossense, desde a implantação da rodovia, a colonização da região e a expansão da fronteira com a implementação do cultivo de grãos utilizando elevado nível tecnológico, até a instalação da indústria de carnes. A partir de todos esses processos, indaga-se: como ocorreu o processo de produção do território na área de influência da BR-163 mato-grossense no contexto das diferentes ideologias existentes a partir da década de 1970?

Para dar conta da proposta, trabalhamos inicialmente com o conceito de *fronteira*, principalmente sob a visão de Machado (1992), que aponta características que envolvem sua expansão e podem ser identificadas no território mato-grossense. Na segunda parte, nos detemos na área de influência da BR-163 demonstrando como ela se destaca pelos avanços da cadeia de grãos e, mais recentemente, com a introdução da cadeia de carnes, as quais, no âmbito da conjuntura de novas possibilidades logísticas, desenham nesse território subáreas que se diferenciam quanto à produção de soja.

Como a *commodity* soja é negociada no mercado internacional, a dinâmica de sua espacialização no território está atrelada a processos da economia mundial. Daí a importância da análise de como cada área produtora apresenta graus diferenciados em sua capacidade de integração a uma teia regional, e como os lugares apresentam diferentes condições para alcançar, seja o cres-

cimento horizontal, estando atrelado diretamente à produção de soja, ou o vertical, por meio dos processos de circulação, já que essa instância é regulada pelas forças hegemônicas e pelas políticas públicas.

### **2.1. A fronteira econômica da agricultura moderna: o caso do Cerrado mato-grossense**

Trataremos inicialmente das condições que propiciaram o avanço da fronteira agrícola moderna em território mato-grossense a partir da década de 1970. A partir desse contexto, será possível analisar como ocorreu o processo de produção e com que efeitos territoriais essa região se insere no processo de globalização. Todo esse processo se inicia com o plantio de grãos utilizando altos recursos tecnológicos até a entrada da cadeia de carnes a partir dos anos 2000 que intensificou a diferenciação de subáreas na área de influência da BR-163 mato-grossense.

O estudo sobre a expansão do agronegócio no Cerrado, frequentemente reconhecido como fronteira do capital, nos induz a uma reflexão sobre o conceito de fronteira. Neste artigo, não objetivamos uma profunda discussão sobre a utilização deste conceito, mas se faz necessário uma breve discussão para entendermos a dinâmica das intensas transformações ocorridas no território mato-grossense.

O termo “fronteira” foi originalmente empregado por Turner na descrição e análise da marcha para o Oeste que ocorria nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX. O historiador americano elucida que, com o avanço da fronteira, existiam os confrontos entre a civilização e a barbárie (índigenas), e justamente o domínio sobre as terras livres explicava o desenvolvimento norte-americano. Muitos autores brasileiros resgataram a ideia de Turner em seus estudos. Machado (1995) critica o fato de Turner não ter incluído em sua análise os conflitos pela terra, que é marcante no movimento de expansão capitalista.

Segundo Turner (apud Bernardes, 2006), em sua concepção da história americana, o avanço da fronteira ocorria com a ocupação dos chamados espaços “vazios”, em uma visão de que o território, já ocupado pelos índios americanos, era o mundo selvagem que precisava ser ocupado pelo mundo civilizado. A fronteira era justamente o contato entre esses dois mundos. E este pensamento influenciou os estudos latino-americanos, sendo essa a concepção na Ditadura Militar brasileira, quando se iniciou a abertura de estradas na região Centro-Oeste e na Amazônia.

A concepção de Machado (1995) nos ajuda a perceber que desde a introdução do cultivo de grãos no Cerrado mato-grossense, na década de 1980, essa ocupação sempre esteve vinculada a um projeto nacional e internacional. A autora revela uma nova visão da expansão da fronteira no Cerrado e na Amazônia no contexto dos anos 1970.

Diferente do passado, as fronteiras agrícolas das últimas décadas estão localizadas em áreas de floresta tropical, savanas úmidas e secas e campos. Genericamente, observa-se que:

a. O padrão espacial está estritamente vinculado à expansão das vias de circulação.

b. São constituídas por movimentos espontâneos de imigração, e por iniciativa de projetos de colonização oficial e privada.

c. Podem estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, ou mesmo na pecuária, com plantio de pastagens.

d. Diferem quanto ao grau de significação, podendo ser excepcionalmente modernas, como as frentes pioneiras das savanas e campos, ou extensivas, como as frentes pioneiras em área de floresta tropical.

(Machado, 1992, p.35 e 37)

Como a Amazônia Legal corresponde a 42% do território brasileiro e sua participação no PIB nacional ficava em apenas 2%, o projeto de integração nacional do Regime Militar buscava alargar as fronteiras agrícolas do país, estimulando o aumento das zonas de produção agroexportadora, a fim de incluir essa região como área de maior participação na economia nacional (Costa, 1979 apud Smith, 1982, p.10). A ideia de desenvolvimento perpetuada naquele período previa que a integração nacional só seria realizada com a ocupação e o desenvolvimento econômico-agrícola da região amazônica, na qual se incluía o Cerrado mato-grossense. Dessa forma, o Programa de Integração Nacional (PIN) surgiu para realizar este objetivo de união e desenvolvimento territorial. Implementado pelo decreto-lei 1.106, em 16 de junho de 1970, o PIN possuía em seu bojo, dentre os principais objetivos, deslocar a fronteira econômica e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e criar as condições para a incorporação de uma faixa da população à economia de mercado. Essa integração seria feita, na visão do plano, por meio de três projetos prioritários, sendo que dois contemplavam a Amazônia Legal: a construção da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém e o plano de colonização associado às citadas rodovias. A construção dessas duas rodovias representou a primeira tentativa racionalizada de ocupação do território amazônico.

A abertura da rodovia e a concessão de incentivos fiscais não foram os únicos condicionantes que incentivaram a ocupação da região. Não podemos esquecer o enorme potencial dos recursos naturais, como a topografia plana – que favorecia economias de escala –, a luminosidade e a distribuição regular das chuvas. Tudo isso se configurava como vantagens competitivas no mercado internacional. É nessa lógica que o Cerrado mato-grossense se constituiu como uma fronteira, onde coexistiam interesses diversos de ordem

econômica e política que envolviam diferentes escalas, do local ao global (Bernardes, 2004).

Outro ponto destacado pela autora que se aplica à constituição dessa fronteira no estado de Mato Grosso é a evolução do padrão espacial de produção vinculado aos eixos de circulação, sendo a ocupação realizada por meio de processos de colonização, principalmente privados, com base em poucos produtos – como o arroz, a soja e o gado –, utilizando certo nível técnico desde o início com o intuito de aumentar a produtividade.

A implementação das rodovias na Amazônia Legal representaria, nesse contexto, uma viabilização infraestrutural do desenvolvimento econômico-agrícola. Por um lado, promoveria o desenvolvimento das regiões marginais à rodovia; por outro, proporcionaria um canal de comunicação e escoamento da produção.

O governo militar definia as áreas não cultivadas da região Amazônica como “espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona dos ‘cerrados’), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste” (Brasil, 1970, p.89), tendo como objetivo para sua ocupação uma “renovação” no setor agrícola. Com a incorporação da região Amazônica no cenário das fronteiras agrícolas brasileiras, conformava-se a meta de expansão do produto agrícola em 26%, entre os anos de 1969 e 1973, e, ainda, a meta de ampliação das exportações de gêneros agrícolas, como arroz, milho e soja, de 388%, 213% e 62%, respectivamente, no mesmo período. (Brasil, 1970, p.93)

O histórico de ocupação demonstra que, nesses avanços territoriais, a integração se fez via produção agrícola, principalmente da soja, constituindo a nova fronteira econômica vinculada a um projeto de modernização de âmbito nacional. Na história brasileira, a agropecuária possuiu um grande papel nas dinâmicas espaciais, sendo o elemento motivador de migrações em regiões ainda não exploradas no interior do país. Segundo Machado, esta fronteira representa “o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica.” (Machado, 1995, p.193)

Essa seria a frente pioneira que se caracteriza, sobretudo, pela construção de novas formas e usos da terra, vista como mercadoria, estando intrínsecas as relações capitalistas. Nesse caso, temos a mercantilização da terra, aprofundando as relações capitalistas no campo. De acordo com Martins, “A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que

supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. ... A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica.” (1996, p.29 e 45)

Dessa maneira, a fronteira do capital se caracterizava por uma nova racionalidade econômica, estando atrelada à expansão dos mercados, configurando novas concepções de vida (Bernardes, 2006). A incorporação de novas áreas pelos pioneiros sulistas com certo nível de investimentos em técnica, induzindo à modernização, constituiu os atuais territórios do agronegócio, eliminando o tradicional e impondo o novo. Os pioneiros das frentes pioneiras do Cerrado nos anos 1970 eram representados pelos sulistas, que modificaram a paisagem agrária principalmente pelos investimentos em técnica. Logo, o avanço da fronteira mato-grossense reproduziu a história da expansão de outras fronteiras nacionais vinculadas à concentração de terras e à modernização agrícola.

E todo esse contexto estava atrelado a dinâmicas que ultrapassavam a escala nacional. O grande impulso para a expansão da produção de soja no Brasil, nas décadas 1970 e 1980, foi o aumento da demanda do produto no mercado internacional. Assim, direcionaram-se para o setor, além da infraestrutura, a pesquisa e a assistência técnica, além de volumes expressivos de crédito subsidiado. O desenvolvimento de um pacote tecnológico direcionado à produção de soja nos solos do Cerrado, altamente ácidos, foi proporcionado pelas pesquisas de caráter governamental, destacando-se o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nesse sentido, o Cerrado brasileiro é um caso bastante exemplar da expansão da soja no país, já que foi nele que se constituiu o processo de avanço da fronteira agrícola moderna, com raízes no aumento da demanda internacional por grãos e pela identificação de vantagens comparativas, principalmente em termos de oferta de terras baratas e escala de produção, necessitando de um esforço tecnológico e de investimentos públicos que viabilizassem o cultivo da soja nesse bioma.

Portanto, o que possibilitou a expansão da agricultura moderna em Mato Grosso a partir da década de 1980 foram os estudos realizados anteriormente, que propiciaram a inovação mecânica, físico-química e biológica, já que a utilização de variedades adequadas aos solos do Cerrado, de insumos como fertilizantes e agrotóxicos e de maquinário agrícola possibilitou o aumento dos rendimentos médios, ampliando a escala de produção e, conseqüentemente, o aumento da velocidade da circulação do capital. Porém, isso só foi possível devido a elevados investimentos, o que acarretou alto nível de concentração de terra – já que só agentes capitalizados conseguiam utilizar esse coeficiente técnico – e também tornou o produtor dependente da utilização de insumos químicos, em grande parte importados das *tradings* internacionais.

**Tabela 1**

Área colhida de soja

<b>Anos</b>	<b>Brasil</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>Participação</b>
1980	7.783.706ha	56.514ha	0,73%
1985	9.434.686ha	822.821ha	8,72%
1990	11.487.303ha	1.527.754ha	13,30%
1995	11.675.005ha	2.322.825ha	19,90%
2000	13.656.771ha	2.906.448ha	21,28%

Censo Agropecuário (1970–1985) e Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

**Tabela 2**

Rendimento médio da produção de soja

<b>Quinquênios</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>Brasil</b>
1991–1995	2.460,4kg/ha	2.014,8kg/ha
1996–2000	2.784,8kg/ha	2.334,8kg/ha
2001–2005	2.943,4kg/ha	2.523,0kg/ha

Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

Como pode ser visto na tabela 1, apesar da construção da rodovia ter ocorrido na década de 1970, a expansão sojifera em Mato Grosso ocorreu a partir da década de 1980, quando o estado teve um salto em sua participação na área colhida de soja no país, chegando a 8,72% em meados da década. Já na segunda metade dos anos 1980, a área colhida de soja dobrou, fazendo com que a participação do estado alcançasse 13,30% em apenas cinco anos. Esses números apontam que o marco nesse período foi uma expansão horizontal do plantio.

Nos anos 1990, a produção de soja quase triplicou no estado de Mato Grosso, partindo de 3.064.715t, em 1990, para 8.774.470t em 2000. No comparativo dos maiores estados produtores do país, Mato Grosso alcançou a produção do Rio Grande do Sul e do Paraná em meados dos anos 1990, e a partir de 2000 ultrapassou esses estados, assumindo a liderança da produção sojifera no Brasil. Todo esse aumento produtivo é explicado, em grande parte, pela ampliação do rendimento médio da produção de soja, uma vez que nesse mesmo período esta triplicou, tendo um avanço maior do que da área plantada. Logo, foi a introdução de técnicas que permitiu maior rendimento médio da produção de soja em Mato Grosso.

Como é possível visualizar na tabela 2, desde o início da década de 1990 o estado de Mato Grosso sempre teve o rendimento médio de sua produção sojifera superior ao do país, demonstrando o uso de técnicas de alto nível empregadas no cultivo na região. Todo esse avanço já configurava essa área como uma das mais importantes no cultivo do grão no país.

Diante do exposto, deduz-se que a fronteira agrícola mato-grossense na década de 1970 foi delineada seguindo interesses e estratégias de agentes econômicos poderosos, os quais, em aliança com o Estado, viabilizaram um projeto de desenvolvimento capitalista nessa região, de modo que o padrão espacial estava vinculado à expansão das vias de circulação. A partir disso, veremos como a construção da rodovia Cuiabá–Santarém ocorreu em um contexto de expansão dessa fronteira agrícola moderna para a Amazônia.

Todo esse processo se desenvolveu com a instalação de procedimentos de colonização pública e privada, incentivando o movimento de migração para a região. As ações do poder público favoreceram a expansão da agricultura moderna em grandes propriedades. Todas essas características vão ao encontro das fronteiras agrícolas das últimas décadas explicitadas por Machado (1992).

## **2.2. A dinâmica da expansão da cadeia carne–grãos na BR-163 mato-grossense**

Devido à posição atual de destaque de Mato Grosso na conjuntura do agro-negócio do país, optamos pelo estudo de caso da BR-163, uma das áreas mais dinâmicas. Atualmente, os municípios da área de influência da rodovia respondem por 48,52% da produção do estado e por 13,90% da produção do país. Somente utilizando esses números, já é possível demonstrar a importância do estudo sobre essa região. Apesar da cadeia de grãos estar consolidada em alguns municípios da área de influência da BR-163 mato-grossense, ela continua avançando sobre outros municípios. Portanto, trataremos neste item da evolução da cadeia carne–grãos nessa região até a atualidade. Todo esse processo se iniciou na década de 1970.

Como destacamos anteriormente, a construção da BR-163, em sua ligação de Cuiabá a Santarém, foi iniciada em 1973, durante o Governo Médici, no contexto do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento – 1º PND (1972–1974), por meio do Plano de Integração Nacional (PIN). Ocorreu no mesmo período da rodovia Transamazônica, que também delineava um plano de colonização associado às citadas rodovias, as quais foram uma das condições que propiciaram o avanço da fronteira agrícola moderna a partir da década de 1970. Essas rodovias estavam inseridas na lógica da promoção da integração nacional proposta pelo Regime Militar, que tinha como duplo objetivo favorecer o controle geopolítico da região amazônica e promover o desenvolvimento econômico-agrário dessa área.

### 2.2.1. A formação da cadeia de grãos na BR-163 mato-grossense

A disponibilidade de terras, o avanço das técnicas, das pesquisas agropecuárias e as vantagens de suas características físicas – como a planura do relevo da Chapada dos Parecis, que facilitou a introdução de maquinário agrícola – fizeram com que a região já começasse a se destacar nacionalmente na década de 1990.

Conforme a tabela 3, no ano de 1990, os 12 municípios maiores produtores de soja da área de influência da BR-163 mato-grossense já correspondiam a 27,74% da área plantada e a 26,24% da produção do estado de Mato Grosso. O eixo da BR-163 sempre se destacou na produção de grãos.

No decorrer da década de 1990, os 12 maiores produtores de soja expandiram a sua importância, alcançando, no ano 2000, aproximadamente 39,22% da área plantada do estado e 39,66% da quantidade produzida. Cabe destacar também que o próprio estado teve um grande avanço na importância da produção sojifeira no conjunto nacional, passando de 15,40%, em 1990, para 26,73% em 2000. A produção altamente tecnificada já demonstrava em 1990 que o rendimento médio da produção na área de influência da BR-163 mato-grossense era superior ao registrado no país, e esse comportamento inclusive se intensificou. No ano 2000, o rendimento médio desses municípios já alcançava 2.927kg/ha, enquanto o Brasil registrava 2.403kg/ha.

As transformações que se desencadearam na área de influência da BR-163 mato-grossense estavam ligadas a um novo uso e apropriação do território, visto como importante instrumento para a reprodução do capital, sendo altamente tecnificado, segundo os interesses do agronegócio. De acordo com Santos, o espaço geográfico, que é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (2006, p.63), “sob o impulso de novos sistemas técnicos, o espaço é requalificado segundo os interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (Santos, 1994, p.33).

**Tabela 3**, ao lado

Área plantada, quantidade produzida e rendimento médio da soja em municípios da área de influência da BR-163 mato-grossense

Município	Área plantada			Quantidade produzida			Rendimento médio		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Sorriso	140.000ha	235.000ha	360.000ha	246.171t	506.160t	1.188.000t	1.860kg/ha	2.220kg/ha	3.300kg/ha
Diamantino	100.000ha	207.860ha	200.000ha	205.674t	500.940t	576.000t	2.100kg/ha	2.420kg/ha	2.880kg/ha
Lucas do Rio Verde	65.351ha	130.000ha	160.000ha	114.241t	308.306t	528.000t	1.800kg/ha	2.429kg/ha	3.300kg/ha
Nova Mutum	66.870ha	164.000ha	175.500ha	126.351t	381.330t	492.768t	1.919kg/ha	2.369kg/ha	2.810kg/ha
Nova Ubiratã	...	...	85.200ha	...	...	251.936t	...	...	2.956kg/ha
Tapurah	21.600ha	35.000ha	81.000ha	44.044t	72.240t	225.099t	2.040kg/ha	2.100kg/ha	2.779kg/ha
São José do Rio Claro	19.500ha	27.900ha	32.000ha	40.761t	64.800t	86.400t	2.100kg/ha	2.400kg/ha	2.700kg/ha
Nova Maringá	...	...	14.000ha	...	...	37.800t	...	...	2.700kg/ha
Sinop	5.888ha	7.500ha	12.000ha	9.097t	18.000t	36.000t	1.574kg/ha	2.400kg/ha	3.000kg/ha
Vera	5.497ha	36ha	9.307ha	9.895t	55t	26.060t	1.800kg/ha	1.527kg/ha	2.800kg/ha
Paranatinga	6.000ha	7.000ha	6.085ha	7.920t	15.078t	18.255t	1.320kg/ha	2.154kg/ha	3.000kg/ha
Santa Carmem	...	2.000ha	4.752ha	...	4.600t	13.781t	...	2.300kg/ha	2.900kg/ha
<b>Total dos municípios</b>	<b>430.706ha</b>	<b>816.296ha</b>	<b>1.139.844ha</b>	<b>804.154t</b>	<b>1.871.509t</b>	<b>3.480.099t</b>	<b>1.835kg/ha</b>	<b>2.232kg/ha</b>	<b>2.927kg/ha</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>1.552.910ha</b>	<b>2.338.926ha</b>	<b>2.906.648ha</b>	<b>3.064.715t</b>	<b>5.491.426t</b>	<b>8.774.470t</b>	<b>2.006kg/ha</b>	<b>2.364kg/ha</b>	<b>3.018kg/ha</b>
<b>Brasil</b>	<b>11.584.734ha</b>	<b>11.702.919ha</b>	<b>13.693.677ha</b>	<b>19.897.804t</b>	<b>25.682.637t</b>	<b>32.820.826t</b>	<b>1.732kg/ha</b>	<b>2.199kg/ha</b>	<b>2.403kg/ha</b>

Sidra/IBGE

### 2.2.2. A expansão pós-2000

O Brasil viveu um momento econômico bastante difícil na passagem do século, gerando repercussões na região de maior produção de grãos do país. De acordo com Delgado (2012), verifica-se que, a partir da crise de 1999,<sup>1</sup> ocorreu um pacto na economia política, quando o agronegócio assumiu grande importância para reverter o déficit no balanço de pagamentos, que foi um dos elementos macroeconômicos internos causadores da crise econômica brasileira. Nesse contexto, o Estado passou a investir no agronegócio para superar as deficiências encontradas no setor. Assiste-se, portanto, à expansão da agricultura moderna em várias partes do país, particularmente no Cerrado, onde se destaca o Cerrado mato-grossense.

Nas décadas anteriores, a introdução de novas técnicas promoveu modificações no espaço, expressando-se em diferenciações na área de influência da BR-163 mato-grossense, que se acentuaram na década de 2000. Como ressalta Bernardes, “na medida em que o uso de técnicas modernas constitui a base da produção do espaço em uma economia mundializada, os diferentes tipos de espaço nessa fronteira passam a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional.” (2006, p.16)

Na relação sociedade–natureza, vemos que o capitalismo tenta ao máximo a eliminação de todas as barreiras espaciais, visando a aniquilar o espaço pelo tempo, mas, para isso, é necessário construir fixos (Harvey, 2006). Assim, o capitalismo produz uma paisagem geográfica por meio das relações espaciais e da organização territorial em um momento particular da história, com práticas voltadas para alcançar determinados fins. Entretanto, é fundamental levar em conta as diferenciações espaciais. Bernardes nos diz que “as diferenciações subespaciais em distintas escalas, associadas a uma estrutura espacial hierarquizada, resultam da combinação de diferentes variáveis, a saber: de distintos níveis tecnológicos, relações de produção, taxas de lucro e de incidência das lutas de classe, acompanhados de diferentes níveis de inversão de capital e de infraestrutura.” (2006, p.248)

Na BR-163 mato-grossense, com o avanço da soja e a instalação da indústria de carnes a partir de meados da década de 2000, é possível distinguir subáreas distintas em relação à sua inserção na produção da cadeia carne–grãos, símbolo da presença do grande capital. Um fator que promoveu essa acen-

1. O irromper dessa crise teve como fator desencadeador causas externas, uma vez que, com a moratória da Rússia, gerou-se uma crise de confiança no mercado internacional acerca da credibilidade dos países emergentes, conduzindo a uma fuga maciça de capitais da economia brasileira. A visão de acadêmicos e analistas sobre as causas da crise de 1999 converge para o entendimento de que a causa primária dessa crise está associada, particularmente, a elementos internos da economia brasileira, tais como a apreciação cambial, os déficits em transações correntes e o aumento da dívida pública em nível bastante elevado.

tuação das diferenças espaciais foi a logística. Essa região sempre foi muito afetada pelos problemas de logística de transporte. A partir dos novos fixos formados na hidrovía Tapajós–Amazonas, no porto de Miritituba, no estado do Pará, mudanças na direção do movimento dos fluxos de escoamento da produção mato-grossense podem ser detectadas. Até esse momento, os fluxos eram direcionados para o Sul; entretanto, nos últimos anos alguns começaram a se dirigir para o Norte, repercutindo na organização do território, o que significou intensificação da expansão da fronteira na direção norte, já que a mesma sempre teve esse sentido. Com o asfaltamento da rodovia que está sendo executado no trecho que se encontra no estado do Pará, com a conclusão prevista para dezembro de 2016, já é possível visualizar esse movimento da produção rumo ao norte.

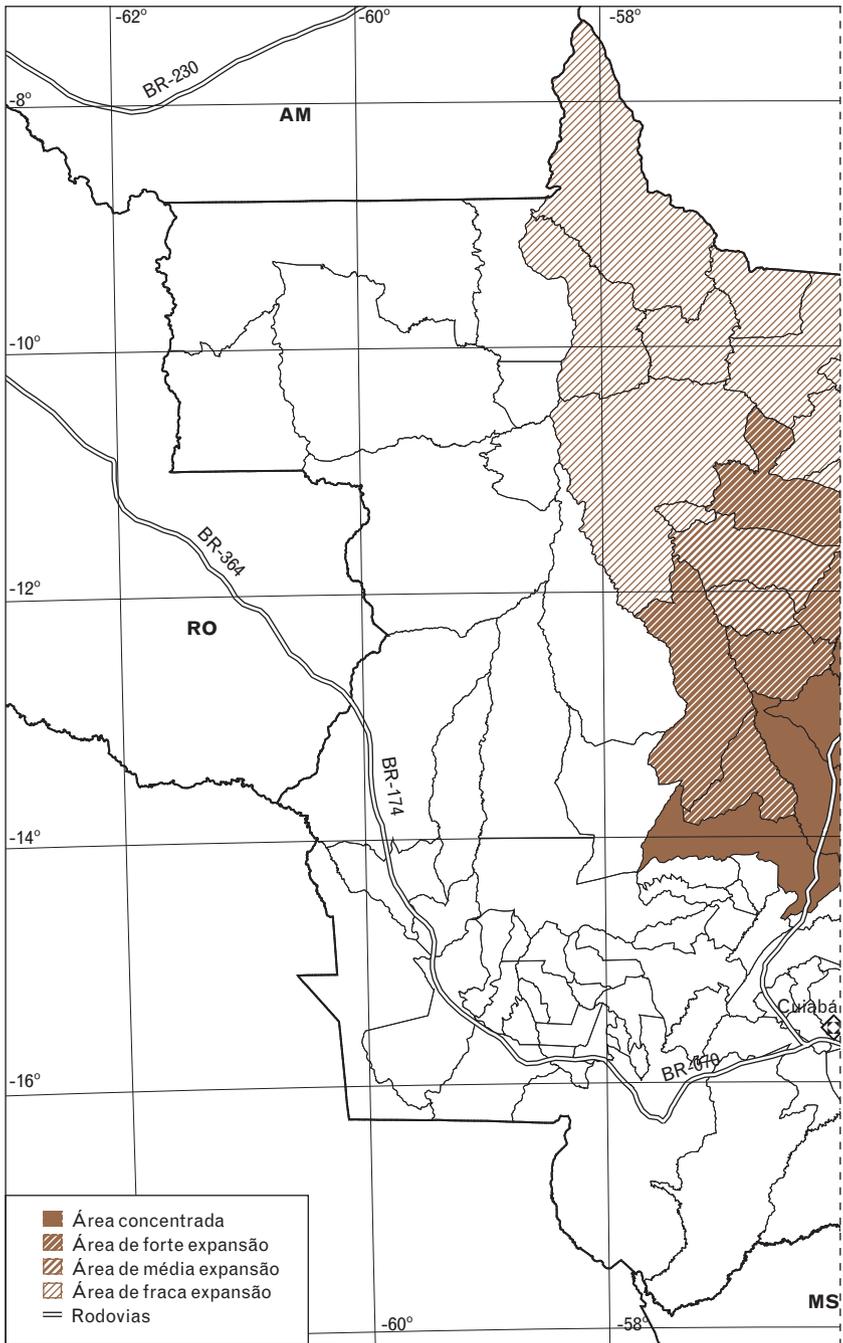
Considerando esse redirecionamento logístico, que proporciona intensificação da ampliação dessa fronteira, foi possível distinguir, com a utilização de dados da produção de soja em 2013, quatro subáreas, denominadas: área concentrada, área de forte expansão, área de média expansão e área de fraca expansão (figura 1).

A metodologia utilizada para a distinção dessas quatro subáreas foi a produção de soja nos municípios da área sob influência da BR-163 no estado de Mato Grosso. Essa área foi delimitada pelo Governo Federal, levando-se em consideração a efetiva influência exercida pela rodovia, a presença de estradas, associadas a fluxos demográficos, e relações econômicas já conhecidas, que balizam dinâmicas em áreas próximas e tendem a afetar o território em torno da rodovia (Ministério da Integração Nacional, 2004).

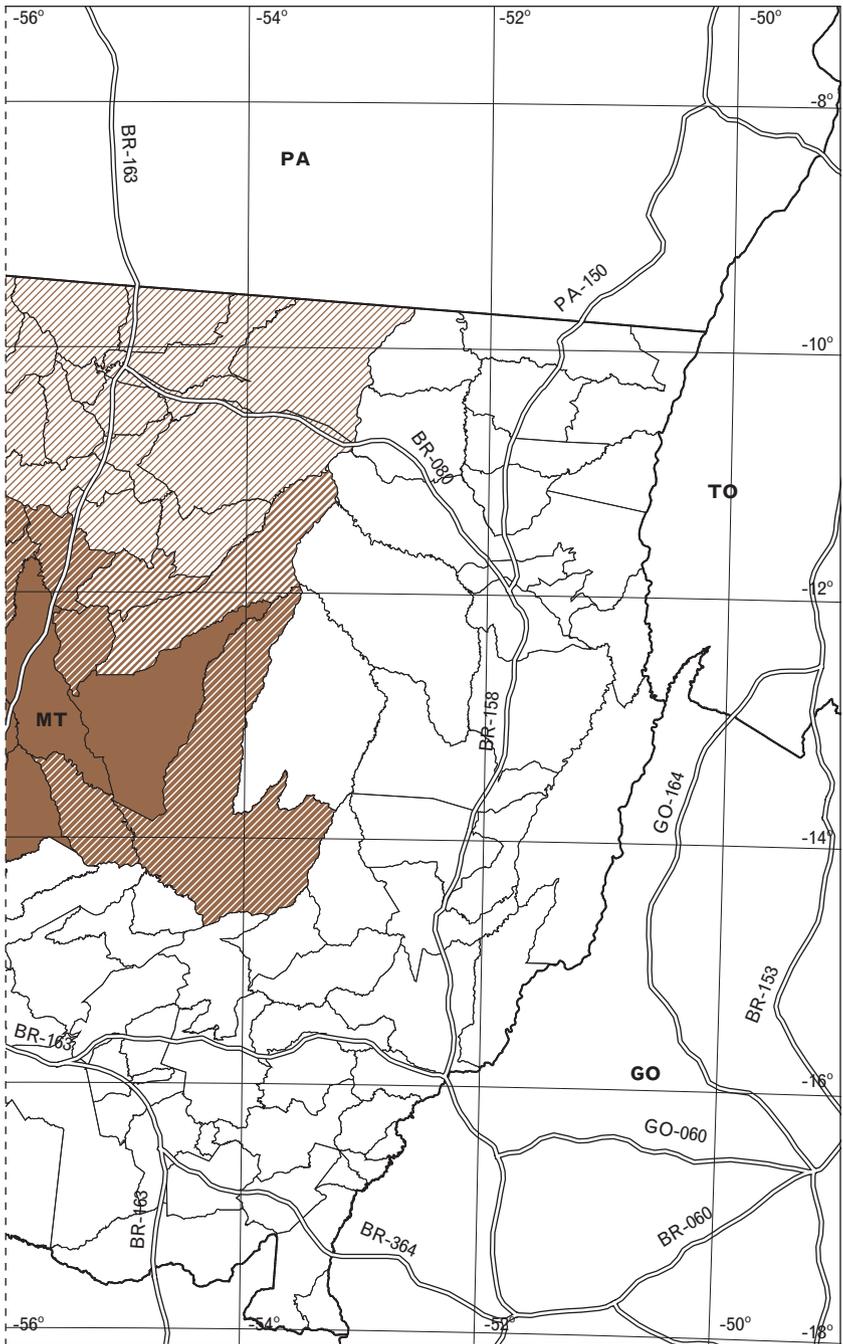
A tabela 4 mostra o avanço da área plantada e da produção nas quatro subáreas a partir do ano 2000. Quando comparamos essas duas variáveis (área plantada e quantidade produzida) no período de 2000 a 2013 nas quatro áreas classificadas, percebe-se que a área de fraca expansão foi a que obteve o maior incremento da quantidade produzida (9.694,82%). Esse fator é explicado pela pouca produção no ano 2000. Porém, é importante destacarmos que o avanço percentual da produção foi maior do que da área plantada de soja (8.314,89%). Esse valor demonstra que a produção que está se expandindo para o norte de Mato Grosso já nasce bastante tecnificada, chegando a um rendimento médio na área de fraca expansão em 2013 em torno de 3,3t/ha, bastante superior à média do país (2,93t/ha), do estado (2,96t/ha) e da área de influência da BR-163 mato-grossense (3,15t/ha).

Com base nos dados da tabela 4, caracterizaremos cada subárea sob influência da BR-163 mato-grossense. A área consolidada da soja é a mais moderna, dotada de elevada densidade técnica e que sempre teve grande interesse no asfaltamento de toda a rodovia com o intuito de ganhar maior competitividade no mercado internacional. Ela é formada por cinco municípios: Sorriso, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Diamantino e Lucas do Rio Verde. Nesse subespaço, podemos verificar o que Santos denomina de “meio

Expansão do cultivo de soja na área de influência da BR-163 mato-grossense



Expansão do cultivo de soja na área de influência da BR-163 mato-grossense



**Tabela 4**

Área Plantada e produção de soja nos grupos de área sob influência da BR-163, MT e Brasil (2013)

Áreas	Área plantada		
	2000	2005	2013
Área concentrada/consolidada	980.700ha	1.631.177ha	1.848.646ha
Área de forte expansão	155.892ha	873.202ha	1.355.669ha
Área de média expansão	6.902ha	214.290ha	387.784ha
Área de fraca expansão	2.250ha	63.332ha	189.335ha
<b>Total das áreas</b>	<b>1.145.744ha</b>	<b>2.782.001ha</b>	<b>3.781.434ha</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>2.906.648ha</b>	<b>6.121.724ha</b>	<b>7.931.905ha</b>
<b>Brasil</b>	<b>13.693.677ha</b>	<b>23.426.756ha</b>	<b>27.948.605ha</b>
Áreas	Quantidade produzida		
	2000	2005	2013
Área concentrada/consolidada	3.306.704t	5.114.666t	5.560.850t
Área de forte expansão	433.664t	2.580.014t	4.048.540t
Área de média expansão	19.886t	601.329t	1.137.690t
Área de fraca expansão	6.291t	175.017t	616.192t
<b>Total das áreas</b>	<b>3.766.545t</b>	<b>8.471.026t</b>	<b>11.363.272t</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>8.774.470t</b>	<b>17.761.444t</b>	<b>23.416.774t</b>
<b>Brasil</b>	<b>32.820.826t</b>	<b>51.182.074t</b>	<b>81.724.477t</b>

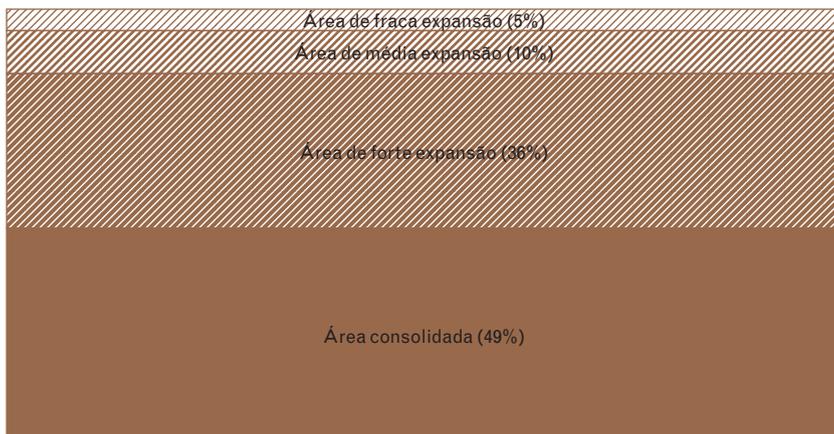
Sidra/IBGE

técnico-científico-informacional”, que é a cientificação e a tecnificação da paisagem alterada com o intuito de atender à demanda dos atores hegemônicos, resultado da relação entre técnica, ciência e informação. Santos afirma que esses “São os novos *fronts*, que nascem tecnificados, cientificizados, informatizados. Eles encarnam uma situação: a da difusão de inovações em meio ‘vazio’. Se o movimento pioneiro de São Paulo, magistralmente descrito por Mombeig e Ari França, teve o comando dos grandes plantadores capazes de construir estradas de ferro, atrair imigrantes e incorporar um maquinismo moderno, hoje as frentes pioneiras são abertas, sobretudo, pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público.” (Santos e Silveira, 2001, p. 119)

Nesse subespaço, a produção de soja apresenta maior expressão e está mais consolidada, havendo também expressiva produção de milho e algodão.

**Gráfico 1**

Participação relativa das subáreas na produção total da área de influência da BR-163 mato-grossense (2013)



SIDRA/IBGE

A partir dos anos 2000, tornou-se ainda área receptora da implantação da cadeia de carnes, com o intuito de agregar maior valor à produção – a criação de aves e suínos foi incorporada à produção agrícola, de modo que esta fornece ração para a cadeia de carnes. Consequentemente, nessa área é possível visualizar a presença de importantes *tradings* (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), da Amaggi, de capital nacional e de empresas ligadas à cadeia avícola, como a BRF, representada pela Sadia em Lucas do Rio Verde e pela Perdigão em Nova Mutum, além da empresa Marombi em Sorriso.

Cabe esclarecer que a instalação dessa cadeia de carnes demandou maior produção de soja e milho, repercutindo tanto na área concentrada como nas demais, principalmente nas mais próximas. Os municípios dessa subárea apresentaram uma produção entre 690 mil e 1,930 milhão de toneladas de soja em 2013. Como pode ser visto no gráfico 1, a soma da produção dos municípios que se encontram na área concentrada responde por 49% da produção de toda a área de influência da BR-163 mato-grossense. A produção da área de forte expansão também é expressiva, correspondendo a 36% do total.

Ao lado dos municípios da área consolidada, distinguimos outra área, a de forte expansão da soja. Nesse subespaço também ocorre a expansão de atividades modernas como a soja, o milho e o algodão. Os municípios dessa subárea registram produção entre 330 mil e 520 mil toneladas de soja em 2013. A extração da madeira, a rizicultura e a pecuária, atividades presentes na região, foram sendo substituídas. Os aspectos físicos já apresentam diferenças em relação à área consolidada, já que o nível de planura do relevo não

é tão grande, constituindo a chamada “área de transição” entre o Cerrado e o bioma Floresta Amazônica. Fazem parte dessa área nove municípios, com destaque para Santa Rita do Trivelato, Vera e Sinop. Cabe destacar que este último município é o que apresenta a maior população da região, configurando um polo econômico e educacional que até meados da década de 2000 tinha como principal atividade econômica o extrativismo madeireiro.

É possível distinguir uma terceira área denominada de média expansão, formada por cinco municípios (Santa Carmem, Porto dos Gaúchos, Feliz Natal, Itanhangá e Cláudia). Eles possuíam uma produção em 2013 entre 170 mil e 270 mil toneladas de soja. Desses cinco municípios, três estão na lista de municípios prioritários da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.<sup>2</sup> Eles se encontram nessa lista por apresentarem taxas de desmatamento significativas nos últimos anos. O município Feliz Natal, que também já fez parte dessa lista, saiu em 2013 e, atualmente, é considerado um município com desmatamento monitorado e sob controle.

Ao norte do estado de Mato Grosso e das outras áreas, chegando aos limites com o estado do Pará, na chamada Pré-Amazônia, encontra-se a área de fraca expansão formada por vinte municípios, onde é possível encontrar atividades que historicamente funcionam como precursoras para a entrada do agronegócio, tais como o extrativismo madeireiro, a pecuária e o cultivo do arroz, entre outras. Os municípios dessa subárea apresentavam produção inferior a 100 mil toneladas de soja em 2013.

Como a dinâmica da atividade agrícola voltada para a soja é recente nessa subárea, podemos relacionar esse avanço com a diminuição da importância da pecuária. Segundo entrevista do frigorífico Frialto, realizada em trabalho de campo em setembro de 2013, na unidade de Matupá (município que se encontra na área de fraca expansão), nos foi relatado que há aproximadamente cinco anos começaram a ter problemas de aquisição de gado. Antes, em cada mês, o abate era de 22 mil cabeças, mas devido à falta de gado, atualmente a empresa abate somente 15 mil cabeças. Essa dificuldade é devido ao raio limite de obtenção do gado, que é de 550km. Em direção ao norte, no estado do Pará, esse frigorífico pode adquirir gado até o município de Novo Progresso. Esse relato da empresa, juntamente com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o quantitativo de rebanho por município nessa subárea tem se reduzido nesses últimos anos,

2. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Governo Federal, por meio do decreto 6.321 de 21 de dezembro de 2007, estabeleceu uma série de ações de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal no bioma amazônico. Dentre tais ações, cita-se a Lista de Municípios Prioritários, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis. Os critérios para que os municípios compoñham a lista são: área total de floresta desmatada no município; área total de floresta desmatada nos últimos três anos; e aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos.

**Tabela 5**

Área e número dos estabelecimentos agropecuários em grupos da área de influência da BR-163 mato-grossense (2006):

Grupos de área	Área concentrada		Área de forte expansão	
	Hectares	Nº	Hectares	Nº
0-50	1,4%	42,1%	1,6%	41,0%
50-100	1,6%	18,0%	1,8%	20,9%
100-500	4,1%	14,3%	4,1%	14,5%
500-1.000	8,2%	9,1%	7,0%	8,2%
1.000-2.500	19,3%	9,5%	17,2%	8,9%
2.500-	65,3%	6,9%	68,2%	6,5%
<b>Total</b>	<b>3.007.723</b>	<b>3.886</b>	<b>2.388.400</b>	<b>2.982</b>

Grupos de área	Área de média expansão		Área de fraca expansão	
	Hectares	Nº	Hectares	Nº
0-50	1,2%	34,2%	1,8%	35,0%
50-100	2,3%	25,4%	3,8%	32,6%
100-500	4,7%	16,4%	5,9%	13,0%
500-1.000	7,3%	8,5%	9,0%	7,1%
1.000-2.500	18,2%	9,3%	22,7%	8,0%
2.500-	66,3%	6,3%	56,9%	4,3%
<b>Total</b>	<b>2.047.839</b>	<b>2.585</b>	<b>1.540.447</b>	<b>2.851</b>

Censo Agropecuário, 2006

comprovando que o gado bovino está cada vez mais se direcionando para o estado do Pará.

Por fim, é importante analisarmos o fator terra nas quatro subáreas. O sentido em direção ao norte da expansão do cultivo de grãos na área de influência da BR-163 mato-grossense é uma característica que todas as subáreas têm em comum. A importância de analisarmos os dados de área e número de estabelecimentos agropecuários reside na capacidade de demonstração dessa expansão que significa apropriação de terra. No que concerne à questão da terra é possível verificar semelhanças nessas subáreas.

A compreensão da distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários é de suma importância. Conforme Neto e Gomes (2004), o tamanho

da propriedade possui uma relação direta entre a disponibilidade de capital e a dotação de recursos naturais da unidade de produção. Dessa maneira, a grande disponibilidade do fator de produção de terra nas propriedades representa importante estoque de capital, facilitando a obtenção de crédito por parte do produtor, que possibilitará maior aquisição de ganhos em economias de escala. Por sua vez, esses produtores terão maior facilidade para conseguir vantagens nas políticas governamentais no que diz respeito aos projetos agrícolas.

De acordo com os dados de área e número dos estabelecimentos agropecuários<sup>3</sup> na área de influência da BR-163 mato-grossense (tabela 5), é possível verificar que a concentração das terras se repete em todas as áreas. Os estratos superiores a 2.500ha correspondem a mais da metade do total, chegando a 68,2% na área de forte expansão. Em contrapartida, o número de estabelecimentos nesse intervalo corresponde aproximadamente a 6% em todas as áreas, atingindo 4,3% nas unidades da área de fraca expansão.

Na realidade mato-grossense, podemos considerar como pequeno produtor aquele que possui até 500ha devido ao alto valor do módulo fiscal,<sup>4</sup> que varia entre 80 e 100ha. É importante compreender que este valor do módulo fiscal é um dos maiores do país, uma vez que esses números variam, segundo critérios do Incra, de 5 a 110ha em todo o Brasil. Conforme a pesquisa de campo, a área dos assentamentos na região se situa em 100ha.

De acordo com a tabela 5, as unidades com até 500ha correspondem a 74,4% dos produtores da área concentrada, enquanto em termos de área possuem apenas 7,1% da região. Essa dinâmica se repete nas demais áreas, detendo os pequenos acima de 75% do número de estabelecimentos e menos de 12% da área. Portanto, em toda a região, verifica-se a tendência à concentração fundiária, situação que vem se agravando nos últimos anos.<sup>5</sup>

3. Segundo a definição do IBGE, entende-se como "estabelecimento agropecuário" todo terreno que possui área contínua, independentemente do tamanho ou da sua situação seja urbana ou rural, formado por uma ou mais parcelas e que esteja subordinada a um único produtor, em que é possível visualizar algum tipo de exploração agropecuária.

4. Segundo o Incra, o módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os fatores como tipo de exploração predominante no município, renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar.

5. Cabe esclarecer que estamos trabalhando com dados do Censo Agropecuário de 2006, e, como sua realização só ocorre a cada dez anos, temos essa grande defasagem dos dados. Porém, nos trabalhos de campo realizados, foi possível verificar a tendência à elevada concentração fundiária.

### **Considerações finais**

Um primeiro aspecto a ser destacado neste artigo se vincula à noção de fronteira. A contribuição da pesquisadora Lia Osório Machado foi fundamental, na medida em que identificou como características estruturantes da fronteira agrícola moderna a construção das vias de circulação; a ocupação e a exploração do território, por meio de projetos de colonização pública e, sobretudo, privada – sendo esta última um marco no surgimento da maioria das cidades na região –; a especialização na produção de um único produto, que é a soja; e finalmente a implantação de técnicas modernas. Assim, a ocupação do Cerrado no Centro-Oeste foi delineada, a partir dos anos 1970, segundo interesses e estratégias de agentes econômicos com certo nível de capitalização que, em aliança com o Estado, viabilizaram o projeto de instalação da fronteira agrícola moderna.

Nesse contexto, e com essas características, a fronteira da BR-163 mato-grossense se desenvolveu. Entretanto, a partir do ano 2000, assistiu-se à expansão dessa fronteira na região com níveis surpreendentes de produção, intensificados pela instalação da cadeia de carnes e suas demandas, no âmbito da importância que o agronegócio assumiu no país com o objetivo de reverter o déficit no balanço de pagamentos da economia brasileira, como explica Delgado (2012).

A magnitude da produção, com destaque para a soja e o milho, demandava novas formas de escoamento da produção. Portanto, os fluxos, anteriormente direcionados para o Sul do país, começaram a direcionar-se também para o Norte, provocando nova intensificação da produção e mudanças na organização do território – que se expressaram em direção ao norte do estado. Vale destacar que todas essas adequações do território da BR-163 mato-grossense associam-se às vinculações cada vez mais estreitas com o mercado global e às novas formas de acumulação dos grupos hegemônicos.

### Referências

- BERNARDES, J. A. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. *Revista Terra Livre*, v.19, p.27–49. São Paulo: AGB, 2004.
- , Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FILHO, O. de L. F. (organização). *Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação de governo*. Brasília: 1970.
- DELGADO, G. da C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.
- MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, n.54, v.2. Rio de Janeiro: IBGE, abril–junho de 1992.
- , A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: BECKER, B.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. *Tempo Social – Revista de Sociologia*, v.8, n.1, maio. São Paulo: Edusp, 1996.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163*. Brasília: julho de 2004.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NETO, A. C.; GOMES, A. P. A dinâmica da modernização agrícola no Brasil e no estado de Minas Gerais: 1985–1995. MPC 01–05, 2004. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/conifex/anais/MPC/mpc0105.htm>. Acesso em 15 de junho de 2015.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- , *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- , *Espaço e método*, 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.
- SMITH, N. J. H. *Rainforest Corridors. Berkeley and Los Angeles*. Califórnia: University of California Press, 1982.

### Marcos Vinícius Velozo da Costa

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Professor EBTT do Instituto Federal do Espírito Santo. marcosvvc@yahoo.com.br

# Técnica, território e impactos ambientais no “celeiro” das *commodities* agrícolas

Fabio Giusti Azevedo de Britto  
Simone dos Santos Sodré da Silva  
Bernardo Mansur Anache

O Brasil figura como principal país entre o grupo de dez nações que têm o privilégio e a responsabilidade de concentrar dois terços de toda área florestal global, enquanto outros 140 países dividem o restante dos biomas florestais. O país ainda é um dos oito que abriga uma parte da Floresta Amazônica – sendo os outros Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa –, mas se destaca pela presença majoritária do bioma em seus limites territoriais.

De acordo com dados apresentados no “Global Monitoring Report 2008” – relatório anual dentro da agenda de inclusão e desenvolvimento sustentável do Banco Mundial –, o Brasil lidera o *ranking* mundial da média anual do desmatamento desde o início da década de 1990, ao custo da exploração da madeira, expansão das pastagens e lavouras de grãos.

O estado de Mato Grosso é o principal produtor de soja e de gado bovino do país, com pouco mais de 23 milhões de toneladas da oleaginosa e um rebanho de aproximadamente 29 milhões de cabeças em 2013 (Sidra/IBGE), liderando o *ranking* nacional do desmatamento entre 2000 e 2007 – posição perdida recentemente para o Pará.

Os principais municípios mato-grossenses produtores de soja estão localizados na área de influência direta da BR-163, aproveitando as vantagens logísticas dessa proximidade para o escoamento da produção. Providos de um eficiente aparato técnico-científico e informacional, esses municípios criam e reproduzem as condições técnicas e espaciais necessárias para a produção de *commodities* agrícolas, como a oferta de energia e infraestrutura, sobretudo para circulação dos fluxos de mercadoria e de informação.

No contexto logístico da produção de *commodities* agrícolas, a rodovia BR-163 é o principal eixo de escoamento da produção e está no centro das dis-

cussões sobre infraestrutura e questão ambiental na região. Sobre o primeiro aspecto, o imbróglgio se dá em virtude de a via fomentar uma reorientação dos fluxos, priorizando o vetor Sul–Norte em detrimento da atual lógica de escoamento em direção ao Sul do país, para saída, principalmente, pelos portos de Santos (São Paulo) e de Paranaguá (Paraná).

Essa reorientação dos fluxos de carga (especificamente grãos e carne) para o Norte do país significa uma considerável redução da circulação pelo modal rodoviário, cuja relação tonelada/km percorrido é logística e financeiramente menos vantajosa se comparada com outros modais, como o ferroviário ou hidroviário.

No tocante à questão ambiental, a rodovia Cuiabá–Santarém é apontada como um elemento espacial estruturante do processo de avanço do desmatamento sobre a área que se convencionou chamar de Arco do Desflorestamento da Amazônia brasileira, uma faixa que se estende do sul do estado do Acre ao oeste do Maranhão e concentra os maiores índices de desmatamento do bioma amazônico.

O presente artigo investiga o processo de desflorestamento nos estados de Mato Grosso e Pará, considerando o contexto regional da Amazônia, com o objetivo de identificar potenciais correlações entre a dinâmica do desmatamento e dois fatores em especial: a produção de soja e a posição geográfica em relação à rodovia BR-163. Assim, os municípios mato-grossenses e paraenses foram agrupados, segundo sua produção sojifera e sua localização relativa à BR-163, chegando à definição de quatro grupos de municípios:

Grupo A: os que *não produzem soja e não estão no eixo da BR-163.*

Grupo B: os que *produzem soja e que estão no eixo da BR-163.*

Grupo C: os que *produzem soja, mas não estão no eixo da BR-163.*

Grupo D: os que *não produzem soja, mas estão no eixo da BR-163.*

Foram utilizados dados da área de produção e a série mais recente de dados de desmatamento no bioma de floresta (desde o ano 2000), levantada anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), por meio do Sistema Prodes – Projeto de Monitoramento da Amazônia Brasileira, por Imagens de Satélite. Além desses, utilizamos dados e informações de levantamentos e pesquisas realizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre os processos de desmatamento e degradação ambiental na Amazônia brasileira, como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), além de outras produções acadêmicas sobre o tema.

O início da década de 2000 foi referência para as análises deste estudo, pois aquela década marcou um período de forte expansão da fronteira das *commodities* agrícolas e da pecuária na região, processo que se consolidou sobremaneira ao longo dos grandes eixos rodoviários, aproveitando condições favoráveis não apenas em virtude da presença da estrada, mas pelas características geomorfológicas (topográficas), climáticas e, principalmente, políticas

e econômicas, como a estrutura fundiária, os arranjos políticos, os incentivos estatais diretos e indiretos e a ação empreendedora de médios e grandes capitalistas do setor agropecuário.

No tocante aos dados do desmatamento, não há um monitoramento regular, em escala municipal, das taxas anuais de desmatamento do Cerrado, o que acaba por limitar as análises aos dados do desflorestamento no bioma amazônico. Por essa limitação nas bases de dados, no presente artigo, ao citar os dados de desmatamento na Amazônia Legal, e mesmo especificamente no estado de Mato Grosso, estamos nos referindo aos dados de corte raso sobre a floresta, sem poder dar conta da dinâmica do desmate do Cerrado.

Para investigar a questão proposta começaremos por uma contextualização sobre as formas de territorialização do capital e sua materialidade na incorporação de novas áreas para a produção de *commodities*, destacando o papel do Estado nesse processo. Em seguida, serão apresentados e discutidos dados sobre a dinâmica do desmatamento no que chamamos de fronteira agrícola moderna da BR-163, comparando as variações nos distintos grupos de municípios supramencionados, incluindo uma análise específica sobre os municípios que mais produzem soja na área de influência da rodovia.

Também foi feita uma breve análise sobre o desmatamento localizado dentro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas nos estados estudados, considerando esses recortes territoriais de uso e ocupação restritos como importantes instrumentos da polícia ambiental brasileira, no sentido de conter o avanço do desmatamento na Amazônia Legal.

### **3.1. O paradigma das *commodities* agrícolas e as reestruturações territoriais**

No cenário da mundialização do capital, a natureza é reavaliada e valorizada à luz das novas tecnologias e demandas criadas pelo sistema de produção capitalista. A recente revolução técnica e tecnológica que incidiu sobre a produção agrícola tem origens na chamada Revolução Verde que ocorreu na década de 1960, baseada em um conjunto de investimentos em novas técnicas organizacionais e tecnologias biofísicoquímicas e mecânicas que buscavam ampliar largamente a capacidade produtiva da agricultura empresarial. Nesse contexto, o capital corporativo e financeiro na figura de grandes grupos investidores e *tradings* transnacionais criou mais uma estratégia de aplicação de excedentes de capital e tecnologia, incorporando espaços agrícolas, antes não capitalizados, a redes globais financeiras e produtivas.

As formas espaciais de organização da economia, apoiadas em novas tecnologias, são indicativas do processo de hierarquização nas tomadas de decisão sobre os territórios, da concentração de riqueza, da maior seletividade dos espaços produtivos e da diferenciação espacial baseada em desigualdades na distribuição dos ônus e dos bônus da territorialização dos recursos na-

turais, humanos e financeiros. Como atores preponderantes nesse processo, figuram grandes corporações e outros agentes do capital transnacional, além dos Estados Nacionais em sua relação cada vez mais simbiótica com esses agentes.

Na região Centro-Oeste e na Amazônia brasileira, mais especificamente nas regiões em que se consolidou a produção em larga escala de *commodities* agrícolas, esse processo se materializa principalmente na conversão da cobertura vegetal original em extensas áreas de pastagem e lavouras de monocultura, modernas e mecanizadas. O avanço desse tipo de uso da terra segue uma lógica espacial orientada preferencialmente pelos eixos rodoviários no sentido Sul-Norte: primeiro, sobre as áreas de Cerrado, a partir da década de 1980; e, mais recentemente, sobre as áreas de transição entre o Cerrado e o bioma amazônico, em especial na faixa que se estende do sul do estado do Acre ao sul do Maranhão.

A organização da cadeia carne-grãos em Mato Grosso pode ser citada como exemplo do processo de descentralização seletiva das atividades de reprodução do grande capital. Ainda que as atividades de comando tendam a se manter concentradas nas principais metrópoles nacionais e internacionais, a rede de atividades produtivas mais modernas se expande territorialmente. Esses arranjos pressupõem a compreensão do papel do Estado, visto por meio de sua atuação no planejamento setorial e territorial, mas sobretudo em sua relação com o capital financeiro e corporativo, relação que pode se materializar, entre outras formas, na ausência ou flexibilização orientada de marcos legais, ambientais, trabalhistas e urbanísticos, a exemplo da recente mudança do Código Florestal. O chamado Novo Código Florestal (lei 12.651, de 25 de maio de 2012) reduziu as métricas das áreas de proteção ambiental permanente (APP) e de reserva legal e anistiou produtores agrícolas e pecuaristas responsáveis por passivos ambientais (neste caso, desmatamento) realizados até o ano de 2008, medidas estas que favorecem o setor do agronegócio e foram alvo de duras críticas da academia e de ambientalistas.

O Estado pode engendrar também estratégias de atração seletiva de empresas e investimentos privados, com políticas fiscais e oferta de crédito a juros baixos, além da garantia de condições de infraestrutura, como a construção e a ampliação de estradas, oferta de energia e construção de portos.

As referidas estratégias de atração seletiva de capital podem culminar na transferência ou na expansão de atividades de territórios pioneiros para outros, cujas vantagens competitivas se tornam mais atrativas, a exemplo do que ocorreu com a produção da soja, cuja área pioneira no Brasil foi a região Sul, com destaque para o Rio Grande do Sul. Aquela região, além de pioneira, foi a maior produtora do país até o início da década de 2000, chegando a produzir quase 6 milhões de toneladas do grão em 2001.

Porém, a partir das décadas de 1970 e 1980, teve início uma progressiva transferência do eixo de produção para a região Centro-Oeste, por conta da

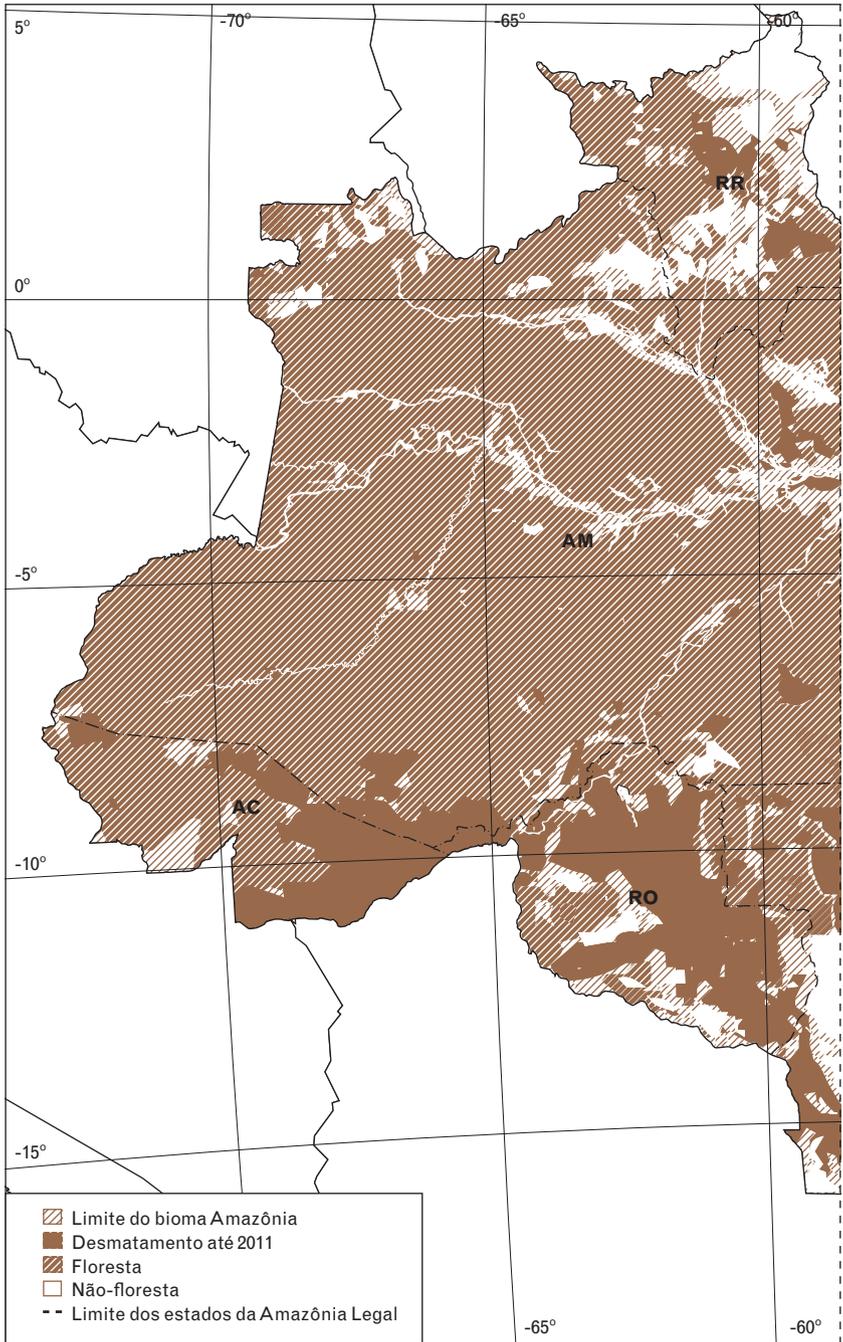
saturação das áreas ocupadas no Sul e da atração pelo baixo preço da terra no Cerrado – o que contribuiu para a consolidação da estrutura fundiária concentrada –, além de determinadas condições naturais favoráveis, em especial a topografia, que seria um fator facilitador para o novo modelo produtivo, muito mais tecnificado e mecanizado.

Nesse contexto, a região Centro-Oeste, alavancada pelo estado de Mato Grosso, ultrapassou, em 2002, a produção sulista, tomando a dianteira no setor, mantendo-se até a fase atual. Em 2013, essa região produziu quase 13 milhões de toneladas (sendo 8 milhões somente em Mato Grosso), contra 10 milhões produzidos na região Sul (PAM-Sidra/IBGE). A expansão territorial da produção de soja no Cerrado dependeu também da difusão de pacotes tecnológicos voltados à superação dos limites das condições naturais daquele bioma, como a baixa produtividade (agrícola) do solo.

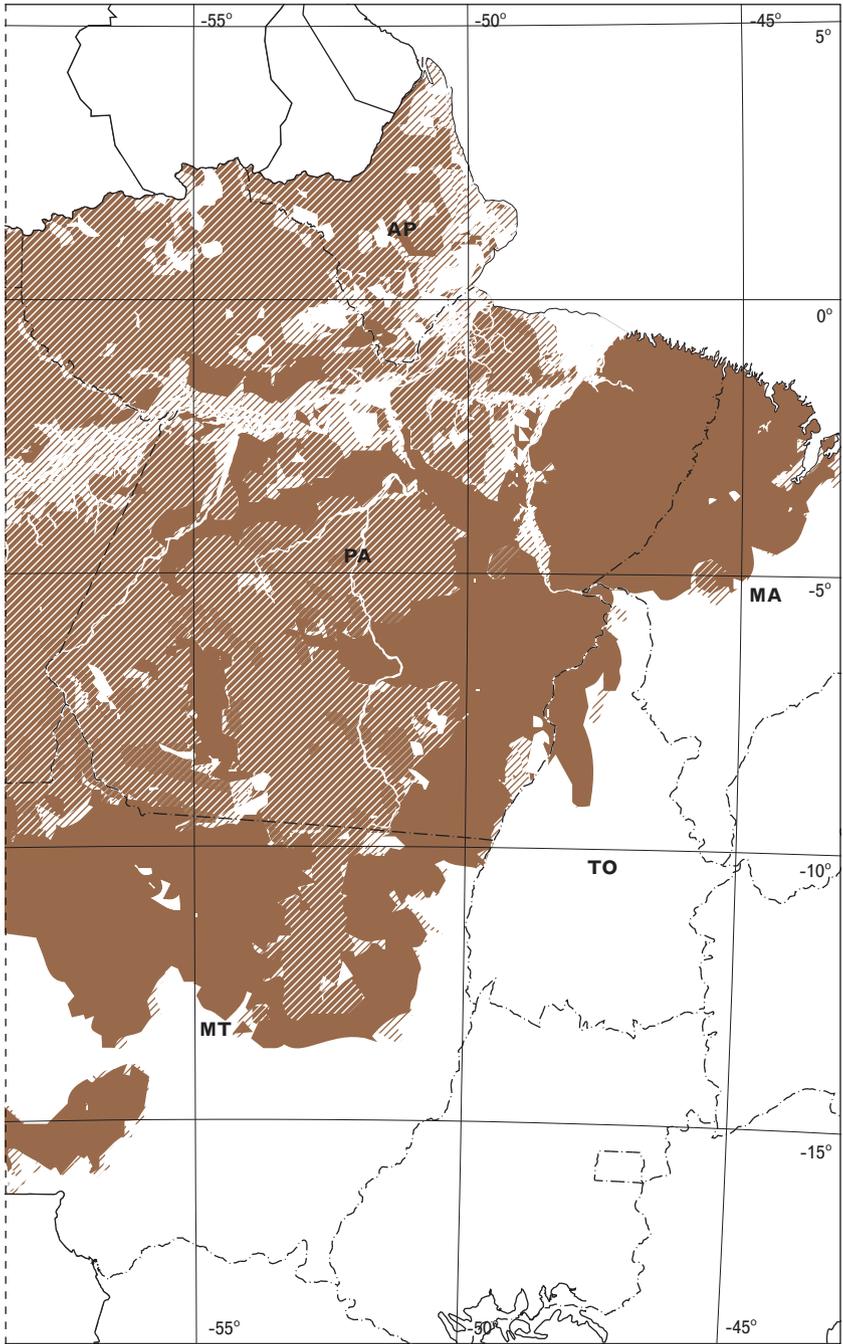
Ao ser inserido no contexto de transformação do processo de organização do território sob uma base monopolista e concentradora, parte significativa do Cerrado e florestas mato-grossenses passaram a ser transformadas, obedecendo ao modelo globalizado de produção que busca mecanismos de eliminação de qualquer natureza ou lógica entendida como ineficiente do ponto de vista econômico. Assim, os agentes capitalistas, apoiados em redes políticas e econômicas nacionais e globais, atuam impondo novas territorialidades, quase sempre alheias e conflituosas em relação à realidade socioespacial local.

Sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização em Mato Grosso, Bernardes esclarece que *os agentes hegemônicos locais introduzem* inovações que desestruturam forças produtivas anteriores, promovendo um processo de mudança estrutural na organização do espaço, em um cenário no qual as “novas” empresas desorganizam os territórios consolidados, para reorganizá-lo para si, atendendo às suas “novas” necessidades (Bernardes, 2006).

Depois que as condições naturais não mais representavam um obstáculo ao avanço da produção, em pouco menos de duas décadas a soja se consolidou como principal produto agrícola da balança comercial brasileira. Em contrapartida, o avanço das suas lavouras contribuiu para a concretização do chamado “arco do desflorestamento”, ou “arco do povoamento adensado” (Becker, 2004), representado na figura 1, e caracterizado pela concentração de centros urbanos, rodovias e, principalmente, pela intensa atividade produtiva agrícola e pecuária.



**Figura 1, continuação**  
Localização do Arco do Desflorestamento na Amazônia Legal



### **3.2. Dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal**

O processo de desmatamento está ligado a uma complexa rede de relações de poder político, econômico e social, historicamente materializada no espaço por meio de distintas formas de territorialização. Sua magnitude e frequência são resultantes de múltiplos arranjos entre Estado, capital e distintos atores sociais, do grande empreendedor do agronegócio ao pequeno produtor agrícola assentado em glebas públicas.

Processos migratórios, grandes obras de infraestrutura, políticas de desenvolvimento regional, política fiscal, agrícola, comercial e ambiental, avanços tecnológicos e oscilações nos mercados financeiros globais são alguns dos múltiplos aspectos que podem ser relacionados direta ou indiretamente à questão da perda e degradação contínuas de extensas áreas da Floresta Amazônica.

Um dos recortes analíticos possíveis para leitura desse processo é pelo viés da pressão exercida por atividades econômicas ligadas ao uso da terra, que impelem a substituição da vegetação original por outras formas de cobertura e uso. Esse processo ocorre, principalmente, porque certas atividades (das altamente tecnificadas e capitalizadas às de baixo grau de financeirização e técnica) historicamente se apresentam como melhor opção econômica do que atividades que mantenham a cobertura vegetal original. Em outros termos, enquanto for mais vantajoso cortar a floresta do que mantê-la de pé, grandes ou pequenos produtores optarão sempre por outras atividades que lhes garantam maior retorno financeiro, em curto e médio prazo.

Isso é uma regra, sobretudo, para grandes empreendedores capitalistas, cuja relação com o capital corporativo nacional e transnacional os leva à busca do mais elevado grau de eficiência econômica e lucro. Para atingir tal objetivo, adotam estratégias espaciais que não levam em conta as externalidades negativas que a busca por maior eficiência econômica venha a produzir sobre os territórios onde se instalam, ignorando impactos sobre população e ambiente em todas as suas escalas de atuação.

Como resultado da caça pela maximização do lucro e dos indicadores financeiros, atores políticos e econômicos impõem verticalmente suas territorialidades sobre as escalas locais, buscando estruturar os arranjos políticos, econômicos e espaciais de modo a garantir a manutenção de seu *status quo*.

Com recorte territorial mais amplo que a área ocupada pelo bioma, a Amazônia Legal é uma regionalização jurídica com fins de planejamento, ordenamento territorial, implantação de políticas ambientais e de desenvolvimento regional. Seus limites abrangem total ou parcialmente nove estados<sup>1</sup>

1. Corresponde à totalidade dos estados do: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste).

brasileiros e extrapolam o domínio fitofisionômico das florestas tropical e equatorial úmida, abrangendo áreas do domínio de Cerrado em suas diversas formações – dos campos abertos e buritizais às florestas de transição.

A Amazônia Legal possui uma área de 5.217.423km<sup>2</sup> e teve 19% de toda a sua cobertura florestal completamente suprimida por corte raso até 2013, sem mencionar as áreas degradadas<sup>2</sup> que, entre 2007 e 2013, somaram quase 5.500km<sup>2</sup>. Do total de áreas desmatadas, até 2013, cerca de 209.000km<sup>2</sup> de florestas sofreram corte raso somente em Mato Grosso, representando 40% do total da área original de floresta daquele estado, que é atualmente o segundo no *ranking* do desmatamento nacional, atrás apenas do Pará (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013).

Dados do TerraClass<sup>3</sup> indicam que aproximadamente 60% da área desmatada até 2008 na Amazônia esteja atualmente ocupada por pastagens. E, em algumas regiões, como nas áreas de expansão do agronegócio no estado de Mato Grosso, o Cerrado e a floresta foram substituídos por extensos latifúndios monocultores de grãos, especialmente a soja (Ministério do Meio Ambiente, 2013).

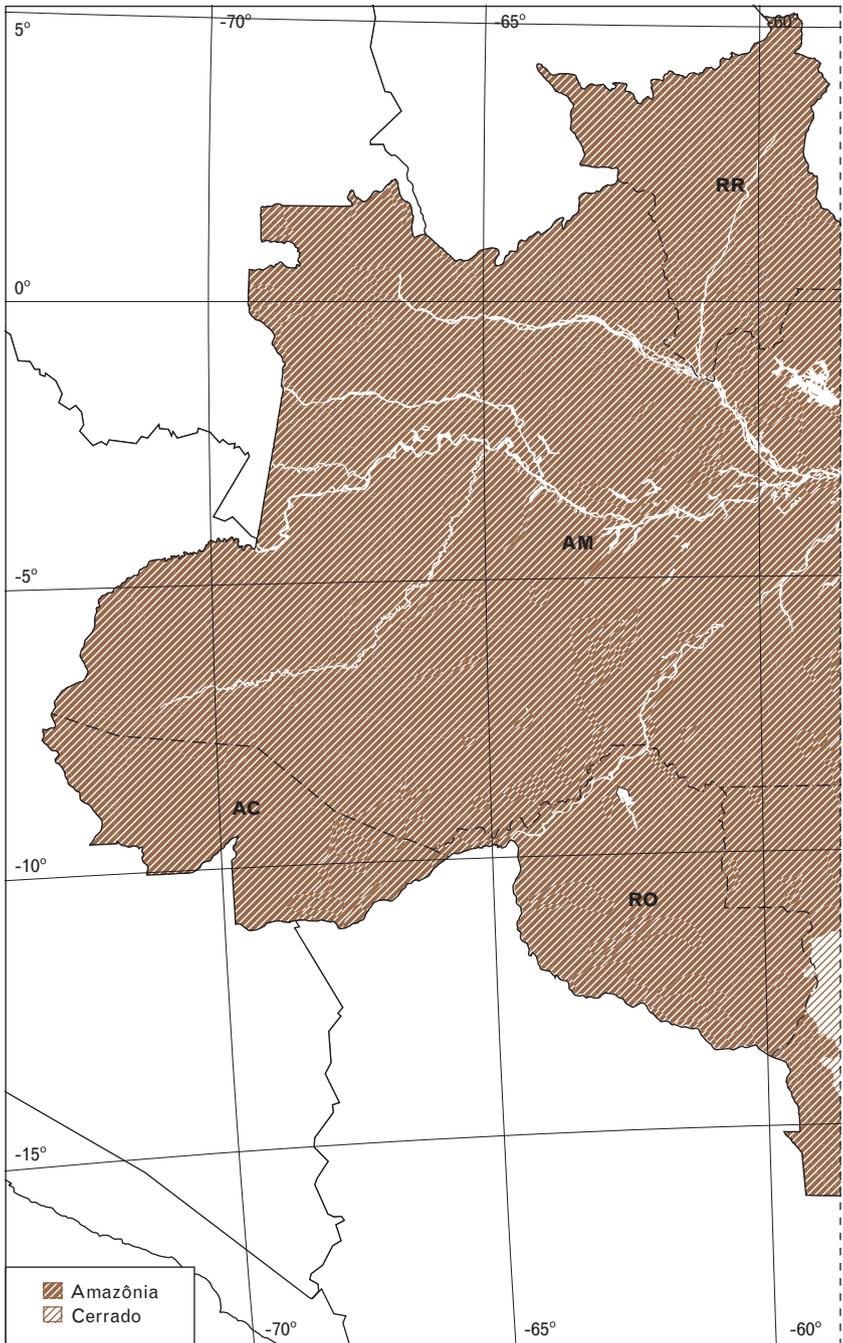
Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais foi impactado pelas atividades de uso da terra, sobretudo entre o final dos anos 1970 e o início da década de 2000, com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando a incrementar a produção de carne e grãos. Dentro do recorte da Amazônia Legal, a área original de Cerrado ocupava aproximadamente 755.000km<sup>2</sup>. A estimativa feita pelo Ministério do Meio Ambiente é de que até 2010 o Cerrado já havia perdido aproximadamente 51% de sua cobertura original. Já no estado de Mato Grosso, em 2010 a perda do bioma já tinha sido de 43% da cobertura original (PPCerrado, 2011). A figura 2 mostra a área original do Cerrado dentro dos limites da Amazônia Legal.

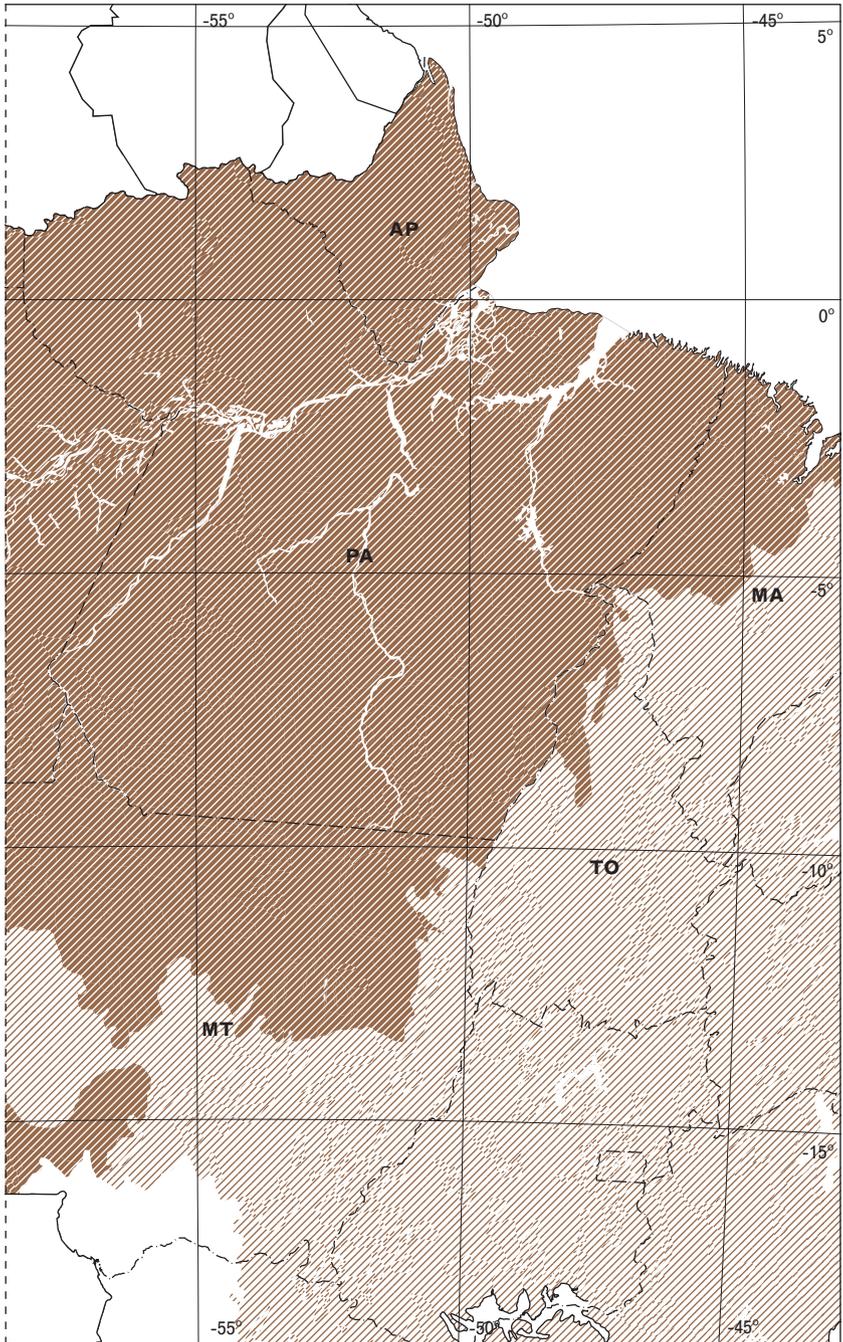
O desmatamento é um fenômeno extremamente dinâmico, apresentando alta variabilidade no tempo, no espaço e na forma. A análise da série histórica do desflorestamento na Amazônia Legal indica que, apesar da flutuação anual, o período de 1990 a 2003 apresentou uma tendência linear de aumento de 666km<sup>2</sup>/ano (Ministério do Meio Ambiente, 2013). Já no período de 2004 a 2011, a taxa anual sofreu uma inflexão, iniciando uma queda relativa

2. O Inpe classifica como áreas degradadas aquelas em que há corte seletivo da vegetação, não sendo observado na imagem grandes clareiras ou áreas de solo exposto, tal como no caso do corte raso. Por esse motivo as áreas degradadas são de difícil identificação na interpretação das imagens de satélite, pois a textura da cobertura vegetal é apenas sutilmente alterada.

3. O projeto TerraClass, cujo objetivo é qualificar o desflorestamento da Amazônia legal, tendo por base as áreas desflorestadas mapeadas e publicadas pelo projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e imagens de satélite, apresenta os resultados do mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas mapeadas pelo Prodes até o ano de 2010. Com esse resultado, é possível fazer uma avaliação da dinâmica do uso e ocupação das áreas desflorestadas, possibilitando a comparação entre o mapeamento TerraClass 2008 e o TerraClass 2010 (Inpe).

**Figura 2**  
Amazônia Legal





nas taxas anuais, apesar de ainda se manter em um patamar elevado de desflorestamento, conforme se observa no gráfico 1.

Segundo os dados do projeto Prodes/Inpe (Ministério do Meio Ambiente, 2013), entre 1993 e 2005, as maiores perdas de florestas foram verificadas nos estados de Mato Grosso e Pará. Deve-se destacar que 40% da toda área de floresta em Mato Grosso (que originalmente era de 670.000km<sup>2</sup>) já havia sido suprimida pelo corte raso até 2013, enquanto no Pará 30% da cobertura original de floresta fora extinta. Seguindo a tendência geral da Amazônia Legal, ambos os estados apresentaram redução nas taxas anuais de desmate, após 2004, tendo a partir de 2005 as posições se alterado, passando a ser o Pará o detentor das maiores taxas anuais de desflorestamento, conforme indica o gráfico 2.

O relatório final do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) aponta que, possivelmente, “a tendência de redução do desmatamento em Mato Grosso esteja relacionada não somente aos recentes esforços de comando e controle, mas também à diminuição da área de remanescentes florestais do estado.” (Ministério do Meio Ambiente, 2013)

O discurso do Governo Federal atribui, prioritariamente, a redução das taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal, observadas a partir de 2004, à implementação de ações de controle e monitoramento, em especial no âmbito do PPCDAm. Não obstante, em outro estudo (Giusti, 2009), já discutimos que o que chamamos de “fatores de demanda”<sup>4</sup> que incidem sobre a dinâmica do desmatamento teriam maior influência nas oscilações conjunturais dentro de uma série histórica recente (década 2000/2010) do que propriamente os mecanismos legais de fiscalização e ordenamento territorial disponíveis no Brasil.

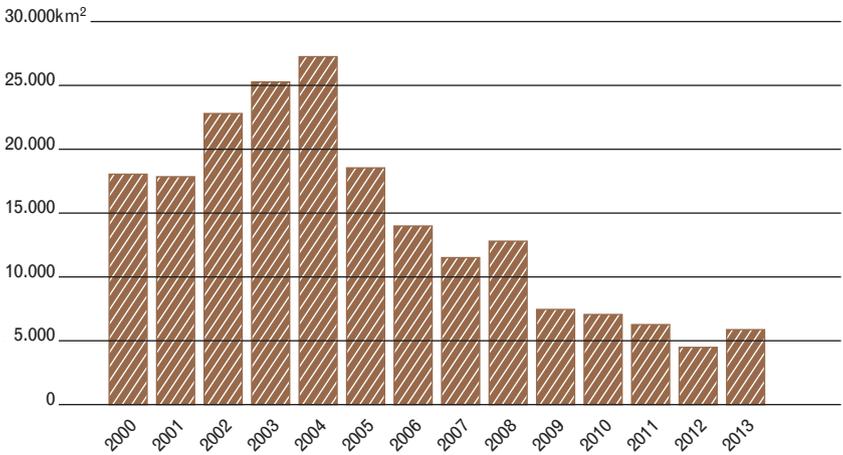
As análises feitas pelo Ministério do Meio Ambiente indicam que há uma tendência de mudança nas dimensões territoriais das áreas onde ocorre o desmatamento. Tal diferença é percebida com o uso das ferramentas de identificação e monitoramento das áreas desmatadas, baseadas na análise de imagens de satélite, por meio das quais são identificados os chamados “polígonos de desflorestamento”.

De acordo com o relatório final do PPCDAm, no início dos anos 2000, nos estados da Amazônia Legal, predominavam os polígonos de desflorestamento entre 25 e 500ha (Ministério do Meio Ambiente, 2013). Entretanto, nos

4. No capítulo 5 da dissertação de Giusti, intitulada “Desmatamento no Norte Araguaia mato-grossense: relações entre expansão das atividades agropecuárias e mecanismos de controle florestal”, o autor faz uma discussão acerca da dinâmica do desmatamento, analisando o peso das atividades econômicas vinculadas a este processo frente a frente aos mecanismos legais e ações institucionais voltadas ao controle. Considera este um procedimento dialético entre o que chamou de “fatores de demanda” (consumo, exportação, financeirização da produção etc) e “fatores de controle” (fiscalização, zoneamentos, legislação, programas setoriais e instrumentos econômicos).

**Gráfico 1**

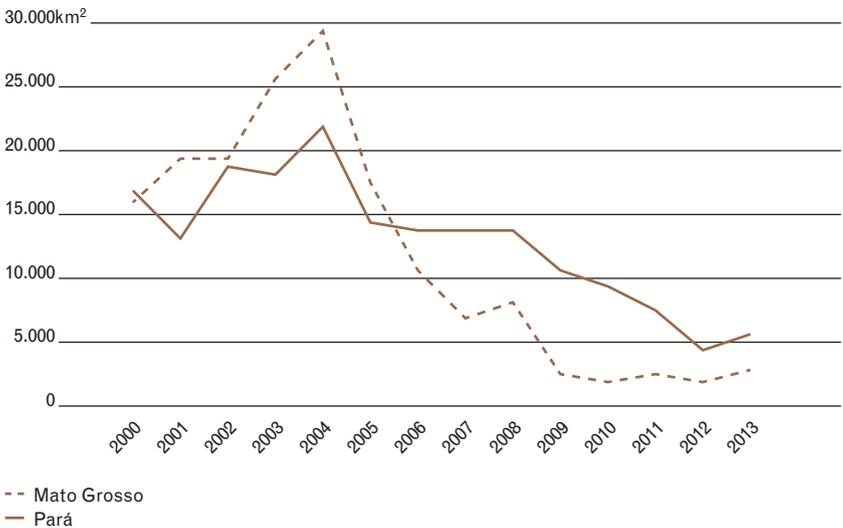
Dinâmica anual do desmatamento na Amazônia Legal (km<sup>2</sup>)



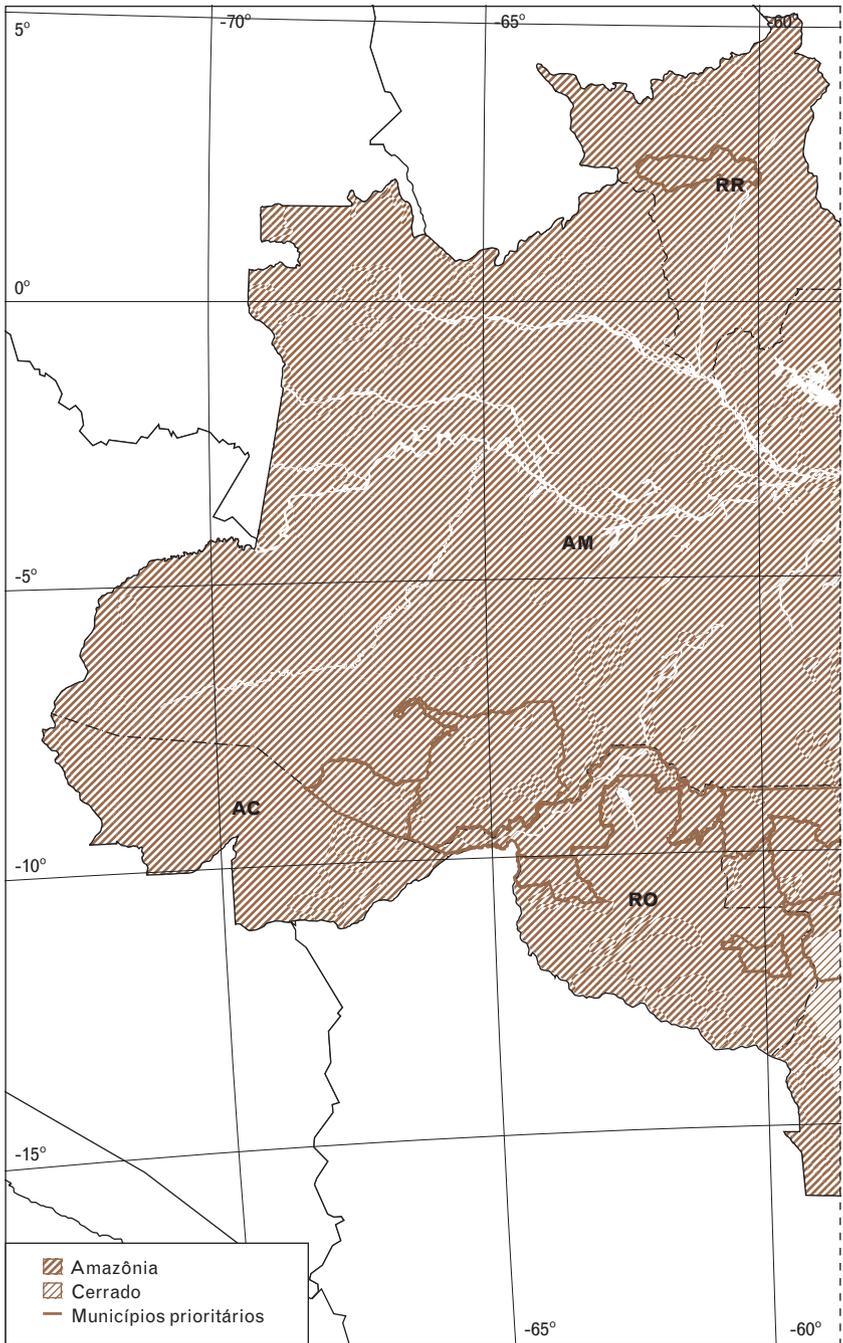
Prodes/INPE

**Gráfico 2**

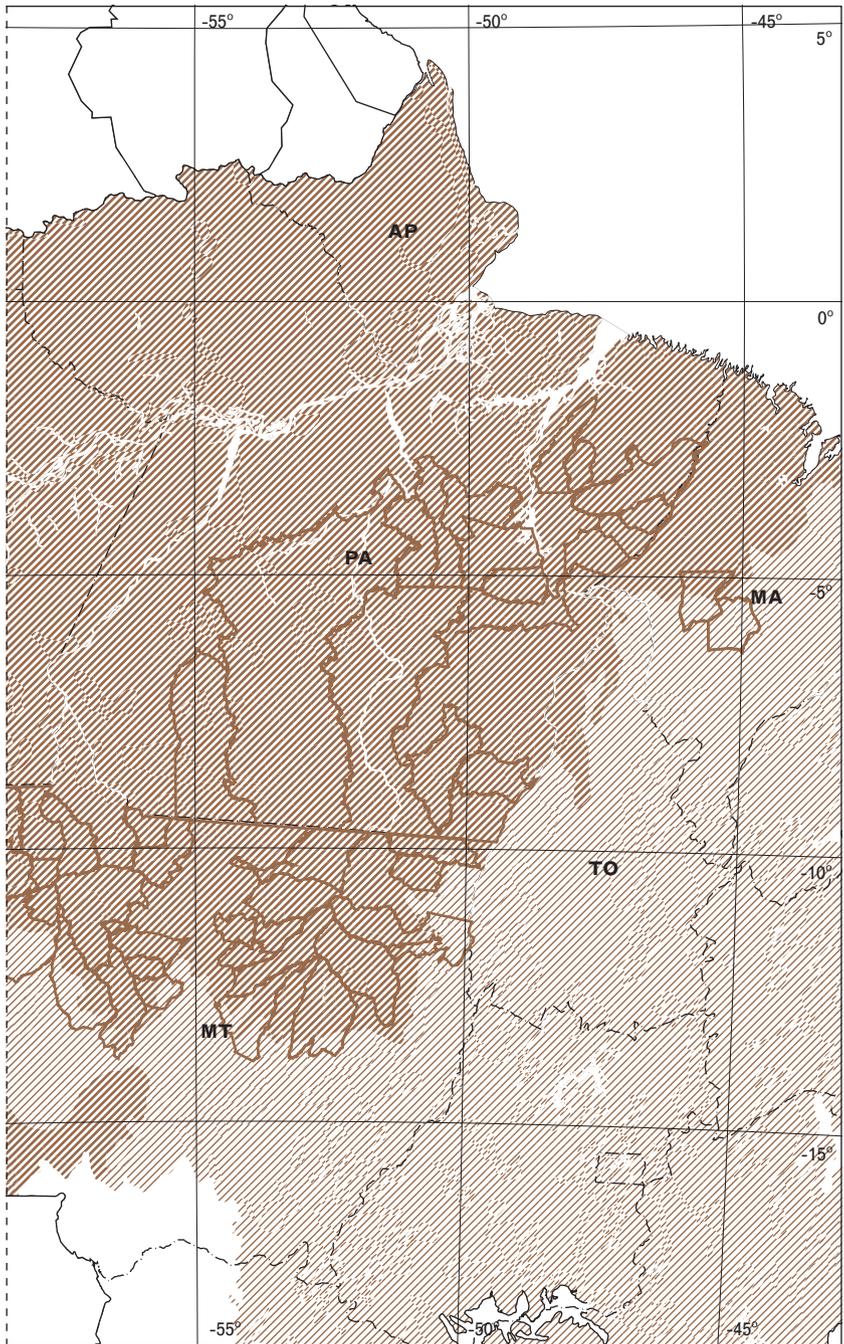
Varição anual do desmatamento em Mato Grosso e Pará



Ministério do Meio Ambiente, 2013

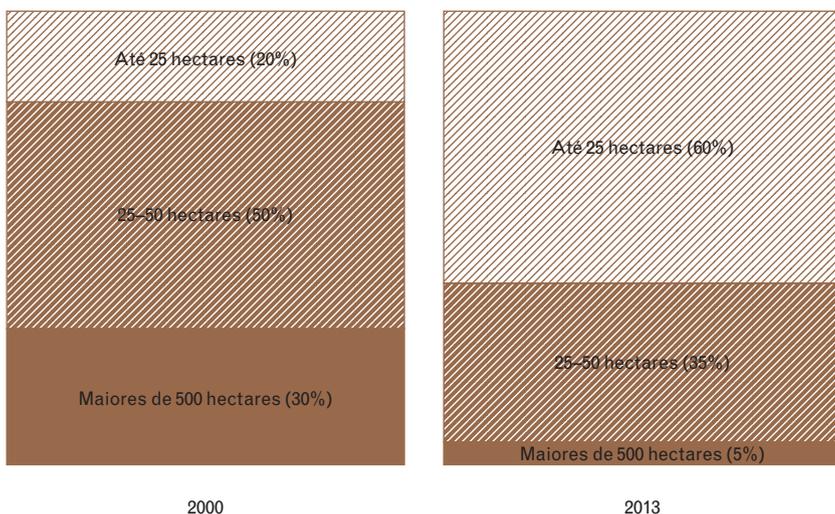


**Figura 3, continuação**  
Municípios prioritários e monitorados pelo PPCDAm, PPCFAM/MMA, 2013



**Gráfico 3**

Distribuição dos polígonos do desmatamento segundo classe de tamanho (área)



Prodes/INPE

últimos anos esse padrão vem sofrendo alterações significativas, em virtude da redução gradativa de ocorrência de polígonos maiores que 25ha, conforme é possível observar na comparação entre dois períodos no gráfico 3.

Esse padrão de distribuição dos polígonos de desflorestamento identificados pelas ferramentas de monitoramento a serviço do Ministério de Meio Ambiente é válido para a escala da Amazônia Legal de maneira geral, mas pode ser específico de acordo com o estado ou região. Por exemplo, no caso de Mato Grosso, as análises do MMA indicaram que se mantém a predominância dos polígonos de tamanho médio, acima de 20ha, mesmo que entre os anos de 2001 e 2013 tenha sido registrada uma redução na média de 40 para 20ha nos polígonos identificados. Já no estado do Pará, a redução na média do tamanho dos polígonos foi de 20ha no ano de 2000, para 10ha em 2013 (Ministério do Meio Ambiente, 2013).

Desde 2007, o Governo Federal, por intermédio do MMA, estabeleceu uma política de combate ao desmatamento específica para o grupo de municípios considerados prioritários. Por meio do decreto 6.321/2008, foram priorizados os 36 municípios responsáveis por 55% do desmatamento recente na Amazônia Legal. Nos anos seguintes, novos municípios foram incorporadas à lista, que atualmente possui 52, considerados prioritários para o monitoramento e fiscalização, sendo 24 deles no Mato Grosso e 13 no Pará.

Entre os municípios mato-grossenses considerados prioritários pelo

PPCDAm, 5 são alvo de ações de monitoramento contínuo, sendo 3 deles na área de influência da rodovia BR-163 (Alta Floresta, Feliz Natal e Marcelândia), enquanto 19 são considerados prioritários para ações de controle e monitoramento, estando 10 deles localizados na área de influência da BR-163 (Cláudia, Juara, Nova Bandeirantes, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Santa Carmem, Tapurah e Nova Maringá). No Pará, 6 municípios são submetidos ao monitoramento contínuo, porém, nenhum deles no eixo da BR-163 (Novo Brasil, Dom Eliseu, Paragominas, Santana do Araguaia, Tailândia e Ulianópolis). A figura 3 indica a localização dos dois grupos de municípios alvo de ações específicas de monitoramento pelo Ministério do Meio Ambiente. Nota-se que os referidos municípios estão basicamente localizados no chamado “arco do desmatamento”, ilustrado na figura 1.

A expansão da fronteira agrícola e pecuária e sua relação com a presença de rodovias vicinais e, principalmente, de grandes eixos rodoviários é apontada em diversos trabalhos (Fearnside, 2013, 2014 e 2015; Barni, Fearnside e Graça, 2012 e 2014; Barona, Ramankutty, Hyman e Coomes, 2010; Soares-Filho et al., 2005; e Soares-Filho e Rajao, 2014). Entretanto, outros fatores, além da influência espacial dos eixos rodoviários, podem estar relacionados à dinâmica do desmatamento, podendo a relação entre estes variar no tempo e no espaço.

Para esta análise, destacamos como elementos potencialmente relacionados ao desmatamento no período em questão a proximidade em relação ao eixo rodoviário, mais especificamente, a BR-163 (Cuiabá–Santarém), e a produção de soja. No caso da produção da oleaginosa, a relação pode se dar de maneira direta ou indireta. Direta quando é feito o corte raso visando à implantação imediata de lavouras sojíferas, e indireta, quando outras formas transitórias de uso da terra ocupam as áreas desmatadas, precedendo a chegada das lavouras de monocultura extensiva (por vezes planejadamente). Nesse caso, os ganhos dos atores econômicos, com os processos de antecipação espacial que precedem as grandes lavouras de soja, baseiam-se na especulação sobre o preço da terra, que tende a ser mais valorizada quando não mais possui sua cobertura vegetal original; na exploração seletiva da madeira resultante do corte raso; e no preparo do solo para posteriormente receber as lavouras mecanizadas.

Uma análise comparativa da dinâmica do desmatamento em quatro grupos distintos de municípios mostrou que a correlação entre os fatores pode variar no tempo e no espaço, apresentando resultados diferentes quando analisadas, por exemplo, na escala estadual.

No caso dos municípios paraenses, a correlação com a proximidade em relação à BR-163 foi menos significativa, já que os dois grupos de municípios que apresentaram maior variação percentual da área desmatada nos últimos 14 anos não estão no eixo da rodovia em questão. No tocante à produção de soja, os municípios paraenses que produzem o grão fora do eixo da BR-163 apresentaram a maior variação relativa da área desmatada no período anali-

**Tabela 1**

Comparação do percentual desmatado segundo grupo de municípios paraenses, entre 2000 e 2014

<b>Grupos de municípios Pará</b>	<b>Desmatado até 2000</b>	<b>até 2014</b>	<b>Variação</b>
A Não produz soja e não está na rodovia	30,3%	41,3%	11%
B Produz soja e está na rodovia	16,3%	20,1%	3,8%
C Produz soja, mas não está na rodovia	40,3%	55,1%	14,8%
D Não produz soja, mas está na rodovia	4,3%	8,9%	4,6%

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013

sado. Já os que produzem soja e estão no eixo da BR apresentaram a menor expansão da área desmatada, conforme indica a tabela 1.

Nos municípios paraenses do grupo A, constatou-se que aproximadamente metade deles (52 de 112 municípios), já no ano 2000, havia suprimido mais de 50% de suas áreas de floresta, e 22 tinham mais de 70% de área desmatada naquele mesmo ano, passando para 38 municípios nessa situação em 2014.

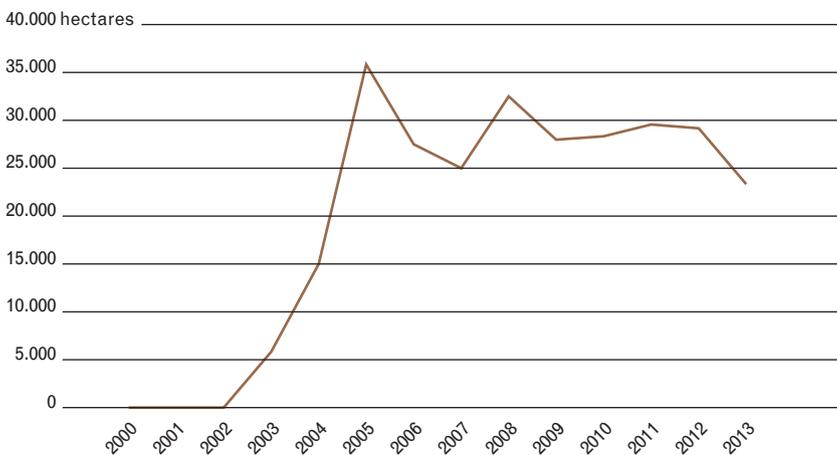
Ao contrário do que será observado na análise do estado de Mato Grosso, os municípios paraenses que mais desmataram no período não se encontram no eixo da BR-163, porém, são também produtores de soja. Os municípios paraenses do grupo C foram os que apresentaram maior variação percentual da área desmatada entre os anos 2000 e 2014, com um acréscimo de quase 15% da área.

Os municípios paraenses produtores de soja (grupos B e C) diferem em termos da variação da área plantada no período analisado. Aqueles que produzem a oleaginosa e estão no eixo da rodovia (grupo B) apresentam uma tendência de retração da área plantada, a partir de 2005, em detrimento de um significativo aumento da área de cultivo da soja nos municípios produtores fora do eixo da rodovia (grupo C), no mesmo período, conforme é possível observar comparando os gráficos 4 e 5. Nos municípios do grupo C, o notável crescimento da área plantada com soja entre os anos de 2000 e 2013 foi acompanhado pelo avanço do processo de desflorestamento, com um aumento de aproximadamente 15% da área desmatada, chegando a 28.850km<sup>2</sup> de área total desmatada. Já nos municípios paraenses do grupo B, nos quais a área plantada com soja retraiu no período observado, o aumento da área desmatada foi de 3,8%.

Já os municípios paraenses do grupo D, que não produzem soja, mas estão no eixo da rodovia, são os que possuem a maior área preservada de floresta: 17 dos 25 municípios ainda mantêm mais de 80% de sua cobertura florestal original.

**Gráfico 4**

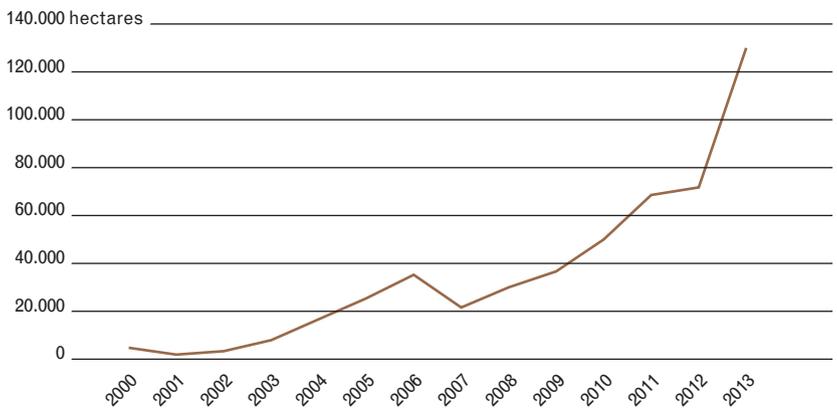
Área plantada com soja – grupo B (Pará)



Sidra/IBGE

**Gráfico 5**

Área plantada com soja – grupo C (Pará)



Sidra/IBGE

Se nos municípios paraenses houve baixa correlação entre a variação da área desmatada e a proximidade em relação à BR-163, nos municípios mato-grossenses a análise dos dados indica que além de produzir soja em larga escala, estar dentro da área de influência da rodovia foi um fator preponderante na dinâmica do desmatamento no período considerado.

**Tabela 2**

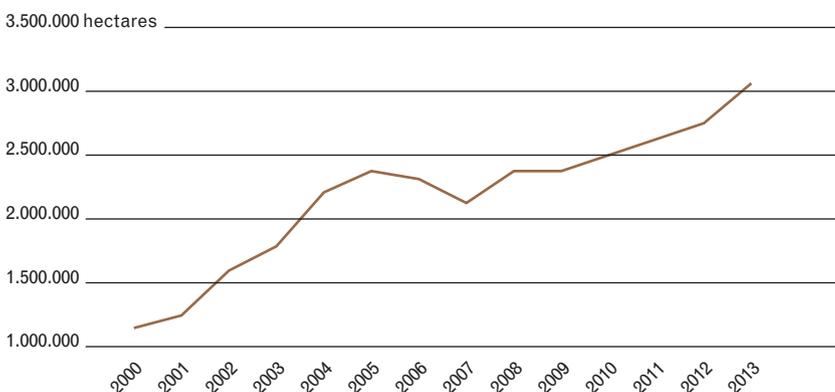
Comparação do percentual desmatado segundo grupo de municípios mato-grossenses entre 2000 e 2014

Grupo de municípios Mato Grosso	Desmatado até 2000	até 2014	Variação
A Não produz soja e não está na rodovia	16,8%	22,8%	6%
B Produz soja e está na rodovia	18,3%	28,9%	10,6%
C Produz soja, mas não está na rodovia	12,9%	15,9%	3%
D Não produz soja, mas está na rodovia	24,5%	35,6%	11,1%

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013

**Gráfico 6**

Área plantada com soja – grupo B (Mato Grosso)



Sidra/IBGE

Ao contrário do observado na análise dos municípios do Pará, os dois grupos de municípios mato-grossenses que tiveram a maior variação percentual da área desmatada foram justamente aqueles no eixo da BR-163 (grupos B e D), conforme é possível observar na tabela 2.

Os municípios mato-grossenses dos grupos B e D não apenas apresentaram a maior variação percentual no período, mas também são aqueles que somados têm o maior percentual de área desmatada até 2014. A correlação entre desmatamento e produção de soja nos municípios mato-grossenses também parece ser positiva. No grupo B, cuja área desmatada ampliou em 10% no período analisado, estão os maiores produtores de soja. Naqueles municípios houve um crescimento da área plantada da ordem de 1 para 3 milhões de hectares entre os anos de 2000 e 2013, conforme indica o gráfico 6.

Na Amazônia, de um modo geral, a relação entre a expansão das áreas

de produção extensiva de soja e o desmatamento é historicamente construída desde a década de 1970 (Soares-Filho et al., 2005; Fearnside, 2013; e Ministério do Meio Ambiente, 2013), o que corrobora a indicação de uma correlação positiva entre esses fatores em Mato Grosso. Segundo os dados do PPCDAm, 42% da área desmatada até 2012 neste estado está localizada dentro de propriedades privadas, enquanto no Pará esta proporção é de 22%. Cabe ressaltar que esse dado considera apenas as propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que no caso de Mato Grosso inclui majoritariamente as grandes propriedades rurais.

Entretanto, a relação espaço-temporal entre a expansão das lavouras de soja e o desmatamento é quase sempre indireta. Via de regra, as grandes lavouras avançam sobre áreas previamente desmatadas para ocupação temporária de outros usos, predominantemente para a pecuária extensiva ou de baixa ocupação, cujas taxas de ocupação média variam entre 0,5 e 1 animal por hectare (Primavesi, 2007).

O baixo valor das terras florestadas em áreas cada vez mais ao norte de Mato Grosso, associado às dificuldades no processo de regularização fundiária e fiscalização, é facilitado pela presença dos grandes eixos rodoviários, os quais fomentam a incorporação de novas áreas para exploração predatória de madeira e posterior especulação fundiária.

Em termos práticos, ao avançar sobre novas áreas, incorporando terras de baixa produtividade agropecuária, a fronteira da soja cria as condições para novos processos de antecipação espacial, que se materializam na abertura de novas áreas de floresta, visando à valorização da terra para o mercado fundiário. Nesse processo, a expansão da malha viária tem papel preponderante na antecipação das condições necessárias para o avanço das atividades econômicas relacionadas ao corte da floresta.

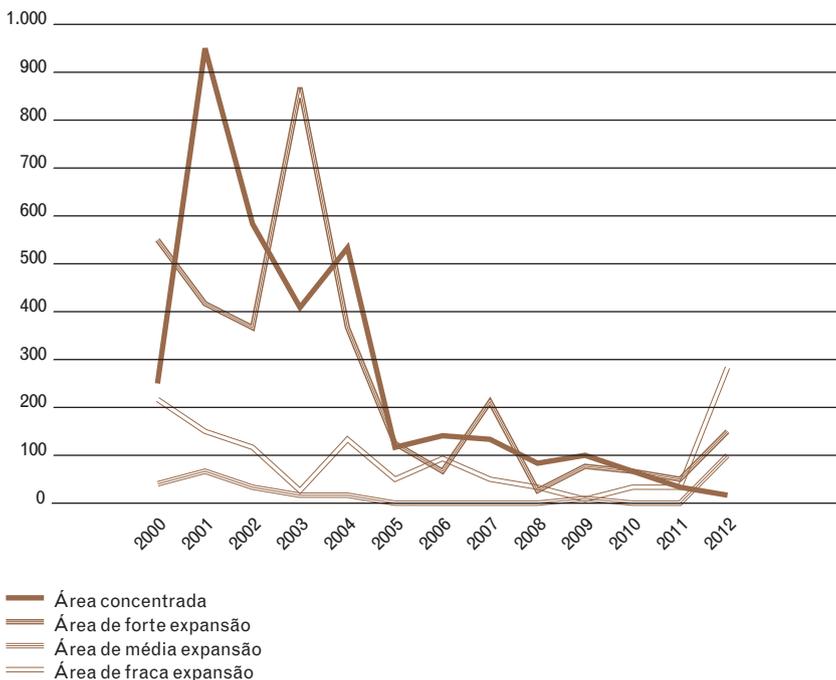
Considerando apenas os municípios mato-grossenses que produzem soja ao longo do eixo da BR-163 (grupo B) e levando em conta a média anual da produção da oleaginosa entre os anos 2000 e 2013, é possível analisar a dinâmica da cobertura vegetal em quatro subgrupos distintos:

- Área de fraca expansão (cuja média de produção anual de soja é de até 45 mil toneladas).
- Área de média expansão (entre 45 mil e 130 mil toneladas).
- Área de forte expansão (entre 130 mil e 360 mil toneladas).
- Área concentrada (acima de 360 mil toneladas).

Seguindo a tendência dos dados para toda a Amazônia Legal, os quatro subgrupos de municípios analisados apresentaram uma redução do desmate anual a partir de 2004. Em termos relativos, os municípios da área de forte expansão e da área concentrada tiveram as reduções dos níveis de desmatamento mais significativas, saindo de um patamar acima de 800km<sup>2</sup> de área desmatada, entre 2000 e 2003, para um nível abaixo de 200km<sup>2</sup> a partir de

**Gráfico 7**

Varição anual do desmatamento segundo grupos de municípios na área de influência da BR-163 em Mato Grosso



Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013

2005, conforme se observa no gráfico 7. Tal redução é importante, porém, não pode ser interpretada sem restrições como um resultado positivo das políticas de combate e controle do desmatamento. Isso porque uma diminuição dessa magnitude nas áreas onde a soja se expande mais intensamente ou já está territorialmente consolidada está relacionada também à redução das áreas disponíveis para serem desmatadas.

Nota-se, na tabela 3, que nas áreas concentradas e de forte expansão, a proporção remanescente de floresta, já no ano 2000, era inferior a 50% da área original. No caso dos municípios classificados como *área concentrada*, não chegava a 40%. Os dados também indicam que houve maior perda de vegetação original nos municípios na região de influência da BR-163 – entre eles, destacadamente aqueles em que a produção de soja se encontra em processo de expansão. Na média, a perda de cobertura vegetal nos municípios de expansão no eixo da BR-163 foi de 13,6% no período de 13 anos.

Entre os municípios localizados na área de influência da BR-163, os do grupo classificado como *área concentrada* tiveram menor perda relativa da co-

**Tabela 3**

Proporção de remanescentes florestais segundo grupos de municípios

<b>Grupo de municípios</b>	<b>Até 2000</b>	<b>Até 2013</b>	<b>Perda</b>
Área concentrada	37%	29%	8%
Área de forte expansão	45,5%	34%	12%
Área de média expansão	80%	63%	17%
Área de fraca expansão	69%	57%	12%
Produz soja, mas não está na rodovia	26%	21%	5%
Não produz soja e não está na rodovia	60%	53%	7%

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013

bertura florestal no período analisado. Isso indica que naquela área a fronteira agrícola encontra-se mais consolidada e, portanto, os processos de conversão de usos da terra, do tipo floresta-pecuária-lavoura, já são menos dinâmicos, em parte por conta da redução da disponibilidade de áreas para sua expansão.

Já no grupo de municípios que não estão no eixo da BR-163 (grupos A e C), a perda de cobertura florestal no período estudado também foi relativamente menor, o que reforça a ideia de que a proximidade espacial em relação à referida rodovia é um fator com influência significativa sobre a dinâmica do desmatamento. Merece destaque na comparação entre os dois estados, o fato de que apesar do Pará ter tomado a dianteira no *ranking* do desmatamento nacional a partir de 2005, Mato Grosso ainda ocupa posição de destaque entre os estados com maior nível de perda da cobertura vegetal. Isso porque, além das áreas de floresta que sofreram corte raso, em 2010 já havia perdido 51% de sua área original de Cerrado.

Outro fator relevante na comparação entre os dois estados é que o tamanho médio dos polígonos de desmatamento identificados pelas ferramentas de monitoramento é maior em Mato Grosso – acima dos 20ha. No estado do Pará, esta média é de 10ha. Essa diferença é indicativa da relação entre o desmatamento e o tamanho das propriedades, sendo as áreas produtoras de soja, em Mato Grosso, predominantemente latifúndios.

A correlação entre avanço do desmatamento, quantidade produzida de soja e posição geográfica em relação à rodovia também se mostrou distinta entre os dois estados. No caso do Pará, os municípios que mais desmataram nos últimos 15 anos não estão na área de influência direta da BR-163. Porém, o grupo de municípios paraenses que mais desmatou no período é produtor de soja.

No caso de Mato Grosso, a correlação desmatamento-soja-rodovia é mais positiva. Entre os municípios mato-grossenses, os que tiveram maiores

taxas de desmatamento no período analisado estão na área de influência direta e/ou são produtores de soja.

Entre os municípios que produzem soja em Mato Grosso no eixo da BR-163, naqueles em que a produção é mais concentrada restam os menores remanescentes florestais originais. Em contrapartida, nos municípios onde a soja ainda está em processo de expansão e consolidação o desmate no período analisado foi mais intenso.

Por fim, cabe destacar que mesmo que os dados do desmatamento anual, a partir da segunda metade da década de 2000, indiquem um relativo arrefecimento do processo, os dados mais recentes do Prodes, a partir de 2011, destacadamente nos municípios no eixo da rodovia BR-163, trazem de volta uma perspectiva mais preocupante, pois retomam a tendência de aumento do desflorestamento. Tomando esses dados como um indicador, é razoável pensar que nenhuma mudança estrutural ocorreu na última década (no sentido de modificar o panorama em questão) e que ainda permanecemos diante de um desafio hercúleo, para o qual as ferramentas técnicas, políticas, econômicas e jurídicas disponíveis têm se mostrado pouco eficazes.

### **3.3. Desmatamento em áreas protegidas**

Na tentativa de conter o avanço do desmatamento e outras formas predatórias de uso da terra, especialmente no tocante ao uso dos recursos florestais, entre 1950 e 2000, aproximadamente 43 milhões de hectares de floresta na Amazônia Legal (8,5% do território) foram destinados à proteção integral ou ao uso sustentável. A preocupação internacional sobre a questão ambiental e a importância na mídia dada aos impactos da perda da cobertura vegetal na Floresta Amazônica criaram, na década de 1980, um cenário de pressão pela adoção de medidas de resposta ao avanço do desmatamento na região. Nesse contexto, naquela década o Governo Federal instituiu trinta Unidades de Conservação (UCs), somando aproximadamente 11,7 milhões de hectares de áreas protegidas. Na década seguinte, o ritmo de criação de novas UCs diminuiu, e apenas 18 novas UCs foram criadas no período, totalizando uma área de 5 milhões de hectares.

Contudo, a despeito da existência de um grande mosaico de Unidades de Conservação e Terras Indígenas (TIs) nos estados da Amazônia Legal, sobretudo no Pará, o monitoramento regular das mudanças de cobertura da terra aponta que há desmate recente dentro dos limites dos territórios protegidos por força de lei contra atividades predatórias aos recursos naturais.

Considerando todas as categorias e instâncias de gestão (federal e estadual) das UCs e as TIs localizadas no estado de Mato Grosso, 16,7% de seu território estaria protegido ou teria restrições ao avanço do desmatamento. Todavia, até 2013 o monitoramento por satélite feito pelo Inpe apontou que aproximadamente 11% da vegetação original no interior dos limites dessas

**Tabela 4**

Desmatamento em Unidades de Conservação e Terras Indígenas de Mato Grosso e do Pará

<b>Mato Grosso</b>	<b>Área total</b>	<b>Em relação à área do estado</b>	<b>Total desmatado até 2013</b>	<b>Desmatado até 2013</b>
UCs federais	27.604km <sup>2</sup>	3%	187km <sup>2</sup>	1%
UCs estaduais	24.393km <sup>2</sup>	2,70%	1.540km <sup>2</sup>	6%
Terras Indígenas	103.799km <sup>2</sup>	11%	3.165km <sup>2</sup>	4%
<b>Pará</b>				
UCs federais	204.599km <sup>2</sup>	16%	6.872km <sup>2</sup>	4%
UCs estaduais	204.732km <sup>2</sup>	16,40%	8.344km <sup>2</sup>	5%
Terras Indígenas	275.541km <sup>2</sup>	22%	4.156km <sup>2</sup>	2%

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013

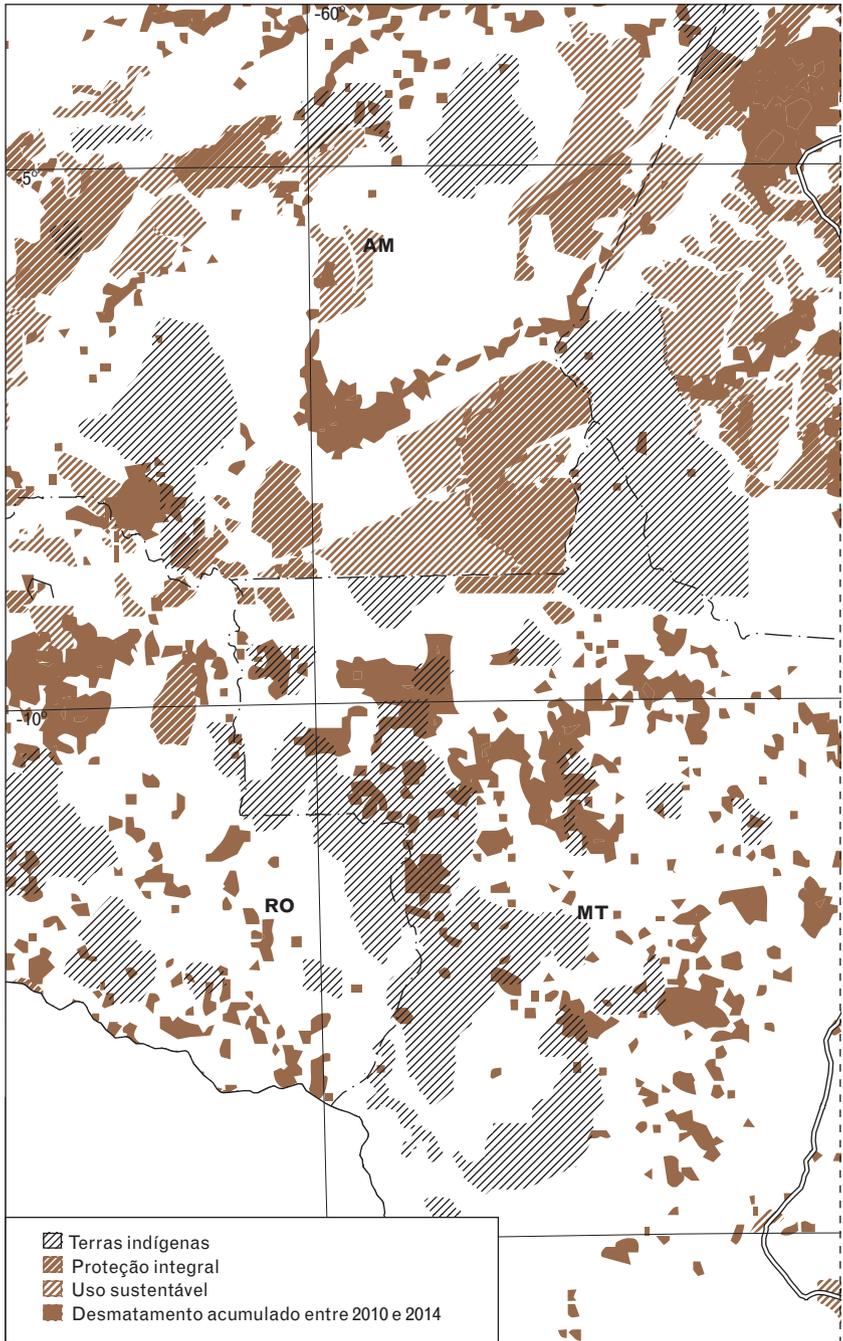
áreas de proteção haviam sido suprimidos. Foram identificados quase 5.000km<sup>2</sup> de área desmatada dentro de Unidades de Conservação e TIs em Mato Grosso, incluindo UCs de proteção integral, a exemplo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que já teve 56% de sua cobertura vegetal suprimida.

No estado do Pará, a situação é semelhante em termos relativos, já que também 11% da cobertura de floresta dentro das UCs e TIs foram desmatados até 2013. Porém, em termos absolutos, a dimensão espacial desse desmate é bem mais expressiva, chegando a pouco mais de 19.000km<sup>2</sup>. Vale destacar que além de maior, o estado do Pará tem um percentual bem mais significativo de áreas protegidas se comparado a Mato Grosso, alcançando 54% de todo território estadual. A tabela 4 apresenta com mais detalhes as áreas e proporções correlatas das UCs e TIs nos dois estados em questão.

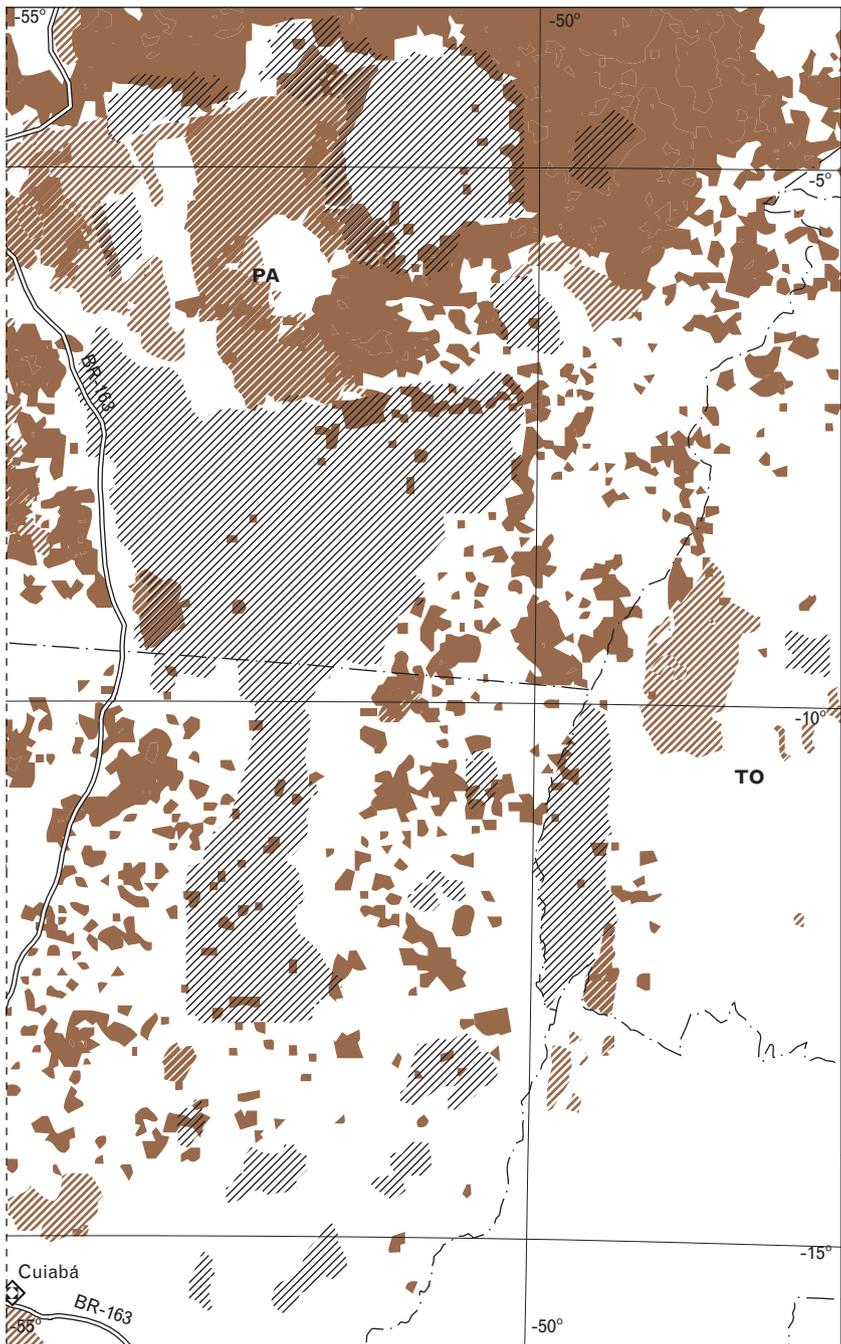
A análise dos dados não permite apontar fatores que diferenciem a dinâmica do desmatamento em UCs em função de sua tipologia de uso. Nem, tampouco, se o fato de estar no estado de Mato Grosso ou no do Pará implica uma dinâmica diferente em relação ao avanço do desmatamento dentro dos limites das áreas protegidas. Os valores dos percentuais desmatados até 2013 indicam apenas que, possivelmente, a gestão ou o controle em UCs de domínio federal é mais eficiente se comparados às UCs estaduais, em ambos os estados, mas sobretudo em Mato Grosso. Já no caso das TIs, proporcionalmente aquelas localizadas no estado do Centro-Oeste, desmataram o dobro das que estão em território paraense. Todavia, os dados analisados não permitem indicar os fatores potencialmente relacionados a essa diferença entre os estados.

A figura 4 ilustra com bastante clareza os processos de desflorestamentos recentes que ocorreram em extensas áreas dentro dos limites das UCs, sejam

Desmatamento dentro dos limites de UCs ao longo da BR-163  
(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013)



Desmatamento dentro dos limites de UCs ao longo da BR-163  
(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2013)



elas de proteção integral ou de uso sustentável. O mesmo ocorre com as Terras Indígenas, notadamente no estado do Pará com forte concentração no entorno do eixo da rodovia BR-163, no trecho paraense.

Diversos fatores podem ser apontados como limitadores da eficácia das UCs e TIs como “territórios-tampão” no sentido de conter o avanço do arco do desmatamento na Amazônia, entre os quais merecem destaque: as dificuldades na delimitação e demarcação das áreas de proteção; os desafios relativos à fiscalização de grandes áreas, em geral de difícil acesso e com pouca ou nenhuma base infraestrutural de apoio às atividades de monitoramento e fiscalização continuada, *in loco*; e, principalmente, os múltiplos conflitos territoriais que se instalam no interior e nas “bordas” dessas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, envolvendo madeireiros, grileiros, pecuaristas, povos tradicionais, população indígena, imigrantes e, por fim, a pressão não apenas territorial, mas política e econômica de grandes agentes capitalistas (públicos e privados) dos setores de energia, mineração e, em especial, do agronegócio.

### **Considerações finais**

A preocupação com temas relacionados ao esgotamento de recursos naturais e redução da capacidade de regeneração de ambientes sob forte pressão das atividades de uso da terra é, na história contemporânea da humanidade, algo relativamente recente. O aparente processo de mudança de postura da sociedade com relação à natureza se coloca a partir da certeza de que esta, como fonte de recursos, possui limites, e alguns destes se colocam como desafios em um horizonte temporal bem mais exíguo do que em qualquer outro momento da história.

Diante dessa nova realidade, fortalecida pelas certezas de ciência positivista e pela ampliação do (pretense) conhecimento humano sobre o funcionamento dos sistemas naturais, estabelece-se um novo desafio para a reprodução do atual modelo civilizatório. Tal desafio consiste na tentativa de conciliar a constante reprodução do capital com os limites dos ambientes terrestres, aquáticos e atmosférico, vistos como fontes de recursos.

Essa nova questão é mais de caráter filosófico do que propriamente técnico e econômico, uma vez que o caminho escolhido pelos principais agentes políticos e econômicos mundiais é no sentido de criar soluções alternativas de caráter paliativo, sem questionar ou buscar mudanças mais profundas nas bases do sistema capitalista de produção. Esse sistema, tal como tem se reproduzido, sobretudo, ao longo de quase três séculos, depois da primeira revolução industrial, pode ser bem definido pela parábola da “cobra que come o próprio rabo”, uma vez que a constante necessidade de produção material, obtenção de lucro e concentração de riqueza tende a gerar efeitos colaterais diversos que levam ao solapamento das duas bases fundamentais para sua própria manutenção: o homem e a natureza.

No caso da questão do desmatamento na Amazônia brasileira, em especial nos estados de Mato Grosso e do Pará, estamos diante de um perigoso modelo de exploração da terra, com fortes implicações sobre o meio físico-biótico e sobre as populações que ali residem. A importância dos quase 5.500km<sup>2</sup> de floresta tropical não se restringe às suas características fitofisionômicas e à sua inegável relevância biológica e ecossistêmica, inclusive com rebatimentos sobre o clima regional, mas se deve também ao fato de que somente em território brasileiro esse bioma abriga aproximadamente 20 milhões de pessoas. Boa parte dessa população depende dos recursos da floresta, não como meio de produção para investimento de capitais, mas para sua sobrevivência material diária e para reprodução da sua estrutura social, religiosa e cultural.

O que observamos naquela região é a materialização do capital, incluindo suas formas mais especulativas e “ilimitadas” do capital financeiro, sobre uma base absolutamente finita e irreprodutível, que é a terra. Trata-se de um modelo fadado ao fracasso, uma vez que se orienta por metas ilimitadas de reprodução do capital, porém em bases limitadas, que são os recursos naturais e o trabalho humano.

Em síntese, esse modelo de uso da terra se consolidou apoiado nas seguintes condicionantes: a inserção do Brasil no cenário econômico global, segundo uma orientação macroeconômica baseada no velho paradigma da exportação de *commodities*; a visão de integração regional a partir da perspectiva do Cerrado e da Floresta Amazônica, como fontes quase inesgotáveis de recursos naturais e como “celeiro” (por “vocação”) da produção agropecuária nacional; a fragilidade dos mecanismos de fiscalização e mesmo de contenção territorial, a exemplo das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que se mostram incapazes de conter de maneira definitiva o avanço do processo de desflorestamento; a incapacidade de prover estratégias de geração de renda e as condições de reprodução da vida dos povos da floresta, em bases tradicionais, frente às pressões do capital; o fator objetivo da logística relacionada ao avanço da fronteira agropecuária, que tem como um de seus eixos mais dinâmicos a rodovia BR-163, colocando-a na condição de indutora direta de pressão sobre o Cerrado e, mais recentemente, sobre a floresta.

## Referências

- BANCO MUNDIAL. *Global monitoring report 2008*. Disponível em <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:23103268~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>.
- BARNI, P. E.; FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. de A. Desmatamento no Sul do estado de Roraima: padrões de distribuição em função de projetos de assentamento do Incra e da distância das principais rodovias (BR-174 e BR-210). *Acta Amazônica* (impresso), v.42, p.195–204, 2012.
- BARONA, E.; RAMANKUTTY, N.; HYMAN, G.; COOMES, O.T. The role of pasture and soybean in deforestation of the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, n.5, 2010.
- BERNARDES, J. A.; FILHO, O. de L. F. (organização). *Geografias da Soja: BR-163 – fronteiras em mutação*, v.1. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, 2006.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. *Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos*. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. *Novos Cadernos NAEA*, v.16, p.9–25, 2013.
- FEARNSIDE, P. M. et al. O futuro da Amazônia: Modelos para prever as consequências da infraestrutura futura nos planos plurianuais. *Novos Cadernos NAEA*, v.15, p.25–52, 2012.
- FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. *Logística empresarial – a perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIUSTI, F. Desmatamento no norte Araguaia mato-grossense: relações entre expansão das atividades agropecuárias e mecanismos de controle florestal. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Metodologia para o cálculo da taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal. Projeto Prodes/Inpe, Coordenadoria Geral de Observação da Terra Programa Amazônia, 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: Cerrado. Brasília: MMA, 2011.
- . Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Brasília: MMA, 2013.
- SOARES-FILHO, B. S. et al. Cenários de desmatamento para Amazônia. *Estudos Avançados*, v.19, n.54, p.138–152. São Paulo: 2005.
- SOARES-FILHO, B. S.; RAJAO, R. Modelling of deforestation scenarios for the northwest of Mato Grosso. *Policy in Focus*, v.1, p.1–39, 2014.

### Fabio Giusti Azevedo de Britto

Doutor em Recursos Hídricos e Meio Ambiente pelo Programa de Engenharia Civil da Coppe / Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).  
fabiogeografia@gmail.com

### Simone dos Santos Sodré da Silva

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (Nuclamb) da UFRJ.  
simone-sodre@hotmail.com

### Bernardo Mansur Anache

Geógrafo licenciado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduando em Análise Ambiental e Gestão do Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).  
bernardo.anache@gmail.com

# Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense

Júlia Adão Bernardes

Emília Jomalinis de Medeiros Silva

Dadas as características da atual fase de mundialização da economia, em que o conhecimento do território tornou-se imprescindível, cabe à ciência geográfica um papel de destaque no sentido de contribuir no avanço do conhecimento. Como assinala o geógrafo Milton Santos (1999), com base na internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, do consumo, da mundialização das relações de todos os tipos – econômicas, financeiras, políticas –, é possível compreender hoje cada fração do espaço também em função do espaço global.

Nesse contexto, este artigo objetiva analisar a recente organização das redes de poder econômico na BR-163 mato-grossense, particularmente as denominadas *tradings*, seus interesses, estratégias e práticas, com vistas à compreensão das transformações que vêm ocorrendo nesse subespaço, uma região cuja centralidade é de fundamental relevância para o projeto contemporâneo de país. Nessa fronteira de expansão do capital é possível reconhecer a complexidade e a criação de novas territorialidades no âmbito das características próprias da atual fase capitalista, em termos da nova divisão técnica do trabalho, da dinâmica do mercado, da atuação do Estado, do confronto entre interesses dos grupos dominantes e formas de produzir pré-existentes.

Na percepção da contradição é possível identificar como o acirramento dos conflitos vem coincidindo com o processo de intensificação da integração da região aos fluxos do comércio internacional. Nesse caminho analítico, o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço permite reconhecer essa fronteira como projeto dos mais poderosos e como espaço dos que lutam pela vida no âmbito da ordem dominante verticalizada e excludente (Ribeiro, 2009).

Do ponto de vista metodológico, considera-se que o recente movimento de concentração do capital e o poder oligopólico dos grandes grupos empre-

sariais do setor vêm significando novas formas de relação com o Estado e com o território, suscitando uma abordagem com utilização de novos conceitos, como redes de poder, que possibilitam maior compreensão do movimento dessa fronteira econômica na atual fase de modernização.

#### **4.1. Fronteira agrícola e modernidade: breves reflexões**

Para melhor compreensão da expansão da fronteira agrícola moderna mato-grossense, um caminho de análise é a reflexão em torno das categorias *espaço* e *tempo*, no caso da geografia segundo a concepção de Milton Santos (1996). Tratando-se do estabelecimento da moderna fronteira agrícola no Cerrado do Planalto Central nos anos 1970, deve-se levar em conta que, apesar da ruptura política entre a democracia populista anterior a 1964 e o governo autoritário, há razões estruturais e conjunturais que respondem pela continuidade do padrão de acumulação. Nesse sentido, para dar prosseguimento a esse processo, novas ações passaram a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as ações de novos agentes, oriundos do Sul e Sudeste.

Dentre as inúmeras ações, destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se tornou extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser paulatinamente abrigo para as grandes empresas.

As novas ações foram traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que foram criando novas territorialidades, com novas formas de conteúdo, dotadas de novas funções e estruturas. Dentre as novas ações, se encontram os pacotes tecnológicos aplicados às atividades agrícolas modernas, que possibilitam avanços nos rendimentos médios por meio da utilização de variedades adaptadas ao Cerrado, de insumos em termos de fertilizantes e agrotóxicos, do uso de máquinas e implementos agrícolas modernos que contribuem para ampliar a escala de produção, uma das vantagens da região.

Enfim, são as ações do capital que determinam a bolsa de valores, as taxas de juros, os insumos, a técnica etc, refuncionalizando as formas, criando novos tipos de espaço, significando novas relações com o tempo. É a aceleração do tempo em função das técnicas, passando a dominar os tempos rápidos.

É importante ter em conta que, no marco do meio técnico-científico-informacional, só vemos como importante aquilo que marca um tempo rápido, um tempo que vai sendo introjetado em nós. Mas há outras formas de tempo/espaço. O homem lento, que não domina o saber moderno, pode fazer outro território e também levar a mudanças (Santos, 1996).

Já o tempo das novas tecnologias é mais rápido, é espaço de outra forma. Entretanto, há convivência de tempos lentos e rápidos, que conformam

espaços luminosos e opacos; há convivência de escalas de tempo distintas, pois somos presente, mas também passado e futuro. Assim, passa a haver uma nova dinâmica no uso do território da BR-163 mato-grossense e os sistemas técnicos seletivos respondem pelos espaços luminosos.

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, por sua dinâmica competitiva globalizada, favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do algodão, da cadeia carne-grãos, entre outros, com seus urbanos, fragmentando-se o espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a sua reprodução. Os espaços opacos, contudo, permanecem majoritários, em função do processo competitivo vinculado à escravização pelo mercado. Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos e de impulsos globais que, conforme assinala a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, “são formas transnacionais de organização da produção e do consumo, expressivas de alterações profundas no paradigma produtivo hegemônico até os anos [19]70. Formas que dependeram, para o seu predomínio, da extensão alcançada pelo, denominado por Milton Santos (1994), meio técnico-científico informacional e, ainda, da autonomia relativa dos fluxos financeiros face às políticas econômicas dos Estados Nacionais.” (Ribeiro, 1996, p.2)

Segundo a autora, as mudanças no paradigma produtivo hegemônico contemplam alterações no controle da produção, dos fluxos financeiros e de consumo, com fortes repercussões na vida política e social (Ribeiro, 1996). Santos nos orienta no sentido de perceber que “as técnicas participam na produção de percepção do espaço, e também na percepção do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade como pelo seu imaginário” (Santos, 1996, p.45).

Trata-se aqui de pensar a ação enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, vinculando-se a problemática da ação ao tempo e ao espaço. É a ação entendida como uso do tempo que no processo produtivo é fundamental, é preestabelecido, pois quem domina, quem tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safrinha ou a segunda safra, fazendo com que haja uma outra eficiência do tempo. Estamos falando, portanto, das estratégias do poder que contemplam grandes ações. Assim, as ações devem ser sincronizadas, sendo as ordens e as regras enquadradas em tempos predefinidos, e estas ordens e regras se relacionam com mecanismos de reprodução de poder (Ribeiro, 1996).

Além do domínio sobre o tempo, fundado no uso de modernas tecnologias, é preciso dominar o espaço. A forma espacial é a maneira como o movimento/ação se organiza mais horizontalmente. Assim, esse espaço/conteúdo tem localização e fixos que se estruturam a partir da ação.

Nesse contexto, tratando-se da expansão da fronteira agrícola moderna da BR-163 mato-grossense, fenômenos de abertura de novos espaços produ-

tivos e de alianças entre atores hegemônicos podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais.

São estruturas que permitem a ação possível, pois estão permeadas por determinadas condições naturais e por fatores socioespaciais que possibilitam as ações, ou seja, o passado, a história, em que há forças pretéritas e valores tradicionais que precisam ser superados quando se trata da expansão do moderno. Assim, as ações exigem um tempo junto com um espaço, havendo uma disputa da ocupação destes, o que demanda a criação de uma atmosfera psicossocial, da psicofera, de um ambiente de aceitação desse novo (Ribeiro, 1996).

Quando falamos das disputas pela ocupação desses espaços, das estratégias de ocupação, da antecipação espacial, estamos falando de poder, que pressupõe competitividade, e de como ação, tempo e espaço podem se traduzir em poder, a exemplo dos protagonistas que o disputam.

Segundo Paulillo, “a existência de setores econômicos regionalizados é uma característica relevante do desenvolvimento brasileiro” (2000, p.XIII). Na medida em que os grandes setores da economia, como o da cadeia de grãos, passam a apresentar um novo perfil, os atores hegemônicos, dotados de tecnologias de ponta, passam a se movimentar com base não apenas em novos horizontes econômicos, mas também institucionais e territoriais, implementando novas relações com impactos no campo e na cidade. Portanto, a partir do esgotamento do velho, surge um novo modelo, ainda que por vezes com o imbricamento do antigo, que implica em novas técnicas e nova escala de produção mais adequada às novas formas de acumulação.

Como o modelo social vigente se sustenta nos pressupostos do desenvolvimento permanente, baseado na produção/comercialização contínua sob os impulsos da competição, que estimula a criação de novas redes de poder, novos produtos, novas formas de produzir e consumir, com base na implantação de novas tecnologias, em um processo de realimentação permanente, a tecnologia acaba funcionando como fator condicionante de novas relações campo-cidade. É possível, portanto, falar, com base na emergência de poderosos grupos empresariais que constituem novas redes de poder da existência de uma relação direta entre reorganização territorial e a coordenação de novos processos, procedimentos e ações que organizam e otimizam o funcionamento de novos setores produtivos e o movimento de seus produtos no âmbito da cadeia de grãos.

A divisão territorial do trabalho constitui uma nova fragmentação do território, já que é necessária ao projeto de modernização representado por essa cadeia produtiva de grãos. Segundo Santos (1996), a nova divisão do trabalho, que se expressa em sua divisão territorial, constitui um instrumento de expansão capitalista e condição para a acumulação.

Deve-se destacar que no processo de desenvolvimento capitalista o espaço se tornou uma preocupação cada vez maior no que se refere à so-

brevivência da forma capitalista de produzir. Nesse sentido, as novas formas espaciais de organização da economia, apoiadas nas novas tecnologias, são indicativas do processo de hierarquização das inversões, da concentração de riqueza, da maior seletividade dos espaços produtivos, da concentração do desenvolvimento social, acentuando a diferenciação espacial.

É nesse contexto dos novos movimentos do capital, de criação de novos ambientes institucionais, de emergência de novos padrões tecnológicos e de novas ações que buscamos compreender esse segmento do agronegócio, a cadeia de grãos, enquanto rede de poder territorial (Paulillo, 2000). O objetivo é apreender a nova organização do território, da sociedade e as novas relações emergentes.

#### **4.2. Redes de poder e a nova fronteira de acumulação**

A região meio-norte mato-grossense concentra atualmente um dos principais volumes de produção de *commodities* das regiões produtivas do agronegócio brasileiro. Cerca de 60% da produção de grãos do estado é oriunda desse eixo. Tanto no Brasil como no mundo, o setor da soja é marcado pela crescente presença de corporações em diversas etapas, no contexto de uma economia cada vez mais financeirizada<sup>1</sup> e oligopolizada.

Na década de 1970, nos primeiros momentos do estabelecimento da nova fronteira agrícola moderna, cinco empresas controlavam 85% do mercado internacional de grãos, operadas por oito famílias: Cargill, Continental Grain, Bunge, Dreyfus e Andre-Garnac. Sob a égide da Revolução Verde, o modelo do agronegócio se expandiu, permitindo, dentre outras coisas, o próprio aumento de poder e controle dos grandes grupos econômicos (Mendonça, 2013). A chegada das *tradings* internacionais ao Brasil foi marcada por um perfil de concentração de capitais. Deu-se da seguinte forma: com estratégias de aquisição de firmas brasileiras e plantas nacionais, algumas empresas começaram a concentrar poder. Ao longo da década de 1990, a Ceval, importante empresa do ramo da soja, foi comprada pela internacional Bunge. O mesmo ocorreu com a Sadia e a Perdigão, que venderam suas operações para a Archer Daniels Midland Company (ADM).

Em 2005, apenas sete empresas eram responsáveis por 70% da exportação do complexo da soja (grão, óleo e farelo). A lista era liderada por quatro grandes corporações internacionais: ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Em quinto lugar, aparecia a brasileira Amaggi, empresa criada por André Maggi sediada em Mato Grosso. Além da comercialização para exportação,

1. Internacionalmente, à exceção da Cargill, empresa que segue com seu capital fechado e um número reduzido de acionistas, as demais três grandes do setor comercializam suas ações em bolsa de valores. Outras empresas que não são do ramo da comercialização, mas também acumulam bastante poder no sistema agroalimentar, são de capital aberto, como a Monsanto, a Syngenta, a Bayer e a Yara, por exemplo.

estas empresas ofereciam outros serviços ao produtor rural, como a concessão de crédito e logística de armazenamento e escoamento (Frederico, 2010).

Apesar do protagonismo das quatro gigantes dos grãos e da brasileira Amaggi, estas não eram as únicas empresas que atuavam no ramo da exportação de grãos e cereais. Já em 1965, havia sido fundada a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, com o propósito de promover o desenvolvimento das atividades relacionadas aos grãos e cereais e defender os interesses de seus associados. A associação conta atualmente com 22 empresas associadas efetivas, as quais apresentam elevados valores de produção e exportação.<sup>2</sup>

Destacamos a Cargill e a Bunge com os maiores valores de exportação, seguidas da Dreyfus e da ADM (gráfico 1). A brasileira Amaggi lidera no percentual de exportações (gráfico 2).

Os processos produtivos de alta base tecnológica que se desenvolvem nessa fronteira agrícola moderna revelam forte interdependência entre seus atores, uma complementaridade dinâmica dos diversos segmentos que os compõem, a troca de recursos de poder e a articulação dos interesses. A relação entre as *tradings* e com os demais atores do agronegócio configura-se ora como uma relação de aliança estratégica, também denominada como cooperação ou solidariedade organizacional (Santos, 1996; e Frederico, 2009), ora como concorrência. A interdependência entre os atores é identificada na medida em que suas ações provocam efeitos nos demais segmentos e atores da cadeia.

Esses encadeamentos podem ser analisados enquanto redes de poder. Não é possível compreender a ação das *tradings* de forma isolada de seu contexto. Trata-se de uma rede de poder que, embora internacionalmente conectada com atores que não estão no mesmo lócus (sedes em São Paulo e em cidades internacionais, investidores em Chicago e no mundo), constitui uma rede territorializada (Paulillo, 2000, p.3–6).

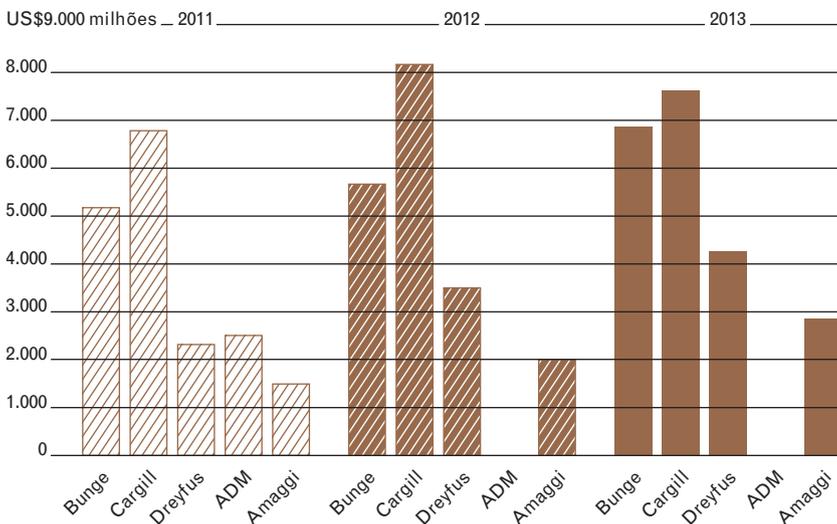
A atuação nos mercados de futuros é um dos principais mecanismos pelos quais as *tradings* exercem seu controle no mercado internacional. Sua lógica de funcionamento facilita a especulação, tanto pelas apostas relacionadas aos preços das *commodities* quanto pela negociação com contratos de espaços para cargas e a modificação do destino dos carregamentos, de acordo com as vantagens a serem auferidas.

Os discursos referentes ao pouco apoio público dado aos produtores e à produção de maneira mais geral podem ser compreendidos em termos de conflito político e exercício de lobby. Não é só de conflito capital/trabalho que

2. ABC Indústria e Comércio SA – Algar Agro; Agrex Inc; ADM do Brasil; Amaggi Exp e Imp Ltda; Cargill Agrícola SA; CGGTrading SA; CHS Agronegócio – Indústria e Comércio Ltda; Coamo Agroindustrial Cooperativa; Fiagril Agromercantil Ltda; Gavilon do Brasil Comércio de Produtos Agrícolas Ltda; Glencore Imp e Exp SA; Los Grobo Ceagro do Brasil; Louis Dreyfus Commodities Brasil SA; Marubeni do Brasil SA; Mitsui & CO; Multigrain SA; Nidera Sementes Ltda; Noble do Brasil SA; Seara Ind e Com de Produtos Agropecuários; Sementes Selecta SA; Aliança Agrícola do Cerrado SA / Sodrugestvo Group; e Sucocitríco Cutrale Ltda.

**Gráfico 1**

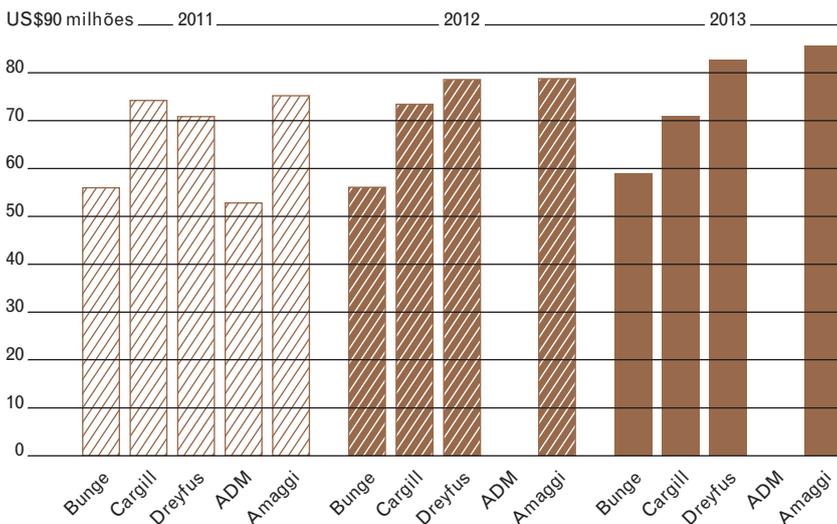
Valor das exportações 2011-2013 – Brasil



Exame, Melhores e maiores

**Gráfico 2**

Exportação – % das vendas – Brasil



Exame, Melhores e maiores

vive o capitalismo, mas também de lutas intraburguesas (Wallerstein, 2001, p.55–56).

Ao mesmo tempo que a relação entre as *tradings* se configura como uma relação de competição, no âmbito do contexto capitalista, apresenta também uma dimensão de aliança estratégica, igualmente comum em um mercado concentrado e em rede. É notório o grau de insatisfação das empresas menores em relação às maiores, e marca a dimensão competitiva do setor. Porém, há diversos casos em que relações de dependência são estabelecidas entre elas, como a compra e venda de pacotes de produção, a cessão de crédito, a compra de matérias-primas para beneficiamento, além da realização de *joint ventures* para a construção de complexas infraestruturas, como o caso de instalações portuárias.

Assim, embora elas possam competir em um determinado campo de atuação e/ou território geográfico, estabelecem, ao mesmo tempo, alianças estratégicas entre elas. Ao estudar a geografia do sistema agroalimentar, Morgan, Marsden e Murdoch (2006) sugerem que: “Nos últimos anos, novas alianças e grupos desenvolveram-se entre os conglomerados. Por exemplo, os fabricantes de alimentos e empresas de biotecnologia juntaram-se com processadoras de alimentos ... tais alianças obscurecem e geram alterações nos mecanismos de mercado. Eles explicam que há pouca ‘descoberta de preços’ durante as transições entre gene, fertilizante e o processamento até a prateleira do supermercado e que ‘o público só vai saber o preço da proteína animal quando ela chegar na embalagem da carne’. Nessas condições, o agricultor se torna um ‘produtor’, sendo autônomo apenas pela força de sua posse de terra, podendo ficar ‘no meio do caminho’ do processo de produção e consumo se lhe for necessário quaisquer capricho no seu trabalho. O produto alimentar passa de estágio para estágio, mas o controle e a tomada de decisão mantém-se concentrados em um só lugar. ... O desenvolvimento destes aglomerados integrados, especialmente nos EUA, é baseado em um novo imperativo para trazer conjuntamente facilidades da biotecnologia, comércio de grãos e alimentos e processamento de carne de alimentos. Neste contexto, a abordagem do sistema agroalimentar desde a perspectiva mais tradicional (e linear) do sistema de *commodities* está agora um pouco datado; na verdade, a relação entre setores de *commodities* e suas funções tornaram-se tão importante quanto as estruturas particulares que envolvem apenas as *commodities*.” (p.58–59, tradução da autora)

Nesse cenário de alianças, alguns papéis são evidenciados. No campo da exportação, poucas empresas conseguem acessar esses mercados diretamente (Morgan, Marsden e Murdoch, 2006), sugerindo haver uma determinada divisão de mercado entre as empresas. Além das *tradings*, outro tipo de empresa bastante presente na BR-163 mato-grossense são as de “revenda”, que possuem relação direta com o produtor na compra e venda de pacotes, permitindo que as grandes comprem delas e foquem mais na exportação sem precisarem reservar tempo para a venda de pacotes e fidelização junto aos pro-

dutores.<sup>3</sup> A mediação com o produtor e a venda de pacotes seria uma função desempenhada por empresas nacionais, que se expressa principalmente pelas revendas, enquanto as grandes fariam a exportação, configurando uma relação de “atravessamento”.

Nota-se, assim, uma preferência das grandes *tradings* pelo processo de comercialização e pelos respectivos elementos estratégicos, como o armazenamento e a logística portuária, e não pela esfera da produção, apesar de sua influência em vários subsetores do agronegócio. O aumento de empresas denominadas “empresas de revenda” ou “empresas de fidelização” sugere uma divisão de atividades entre estas e as *tradings*, também chamadas em algumas entrevistas e reportagens de empresas de agroquímicos. São empresas que se relacionam direto com o produtor, vendendo pacotes, oferecendo assessoria, dentre outras coisas.<sup>4</sup> “Não fazemos financiamento só para produtores, mas também revendas. Nós alavancamos o negócio deles e eles capilarizam a produção. ... Nossa maior fornecedora de grãos da unidade não é um produtor, é a Fiagril ... Nós não temos o que chamamos de ‘pacotes’. Temos parceria com revendas que vendem pacotes.” (Entrevista realizada pelas autoras com representante da Bunge, Nova Mutum, setembro de 2014)

Há, certamente, uma dualidade que marca esta relação no bojo do segmento das empresas; nota-se uma dimensão de interdependência entre elas, mesmo no contexto de concorrência – afinal, “os capitalistas concorrem uns com os outros no reino das trocas” (Harvey, 2013, p.184–185). Em termos de recursos de poder, é possível identificar uma configuração desigual em que empresas menores podem ser interpretadas como ramais das grandes: “As pequenas precisam das grandes; as grandes precisam das pequenas”, relata um produtor rural da região. Ainda que seja uma dependência mútua, a diferença em termos de recursos de poder dos diferentes agentes implicará em diferenças também nessas relações.

Nesse emaranhado de relações, os atores não possuem uma mesma influência na governança nem adotam uma postura neutra frente às demais. Isso inclui a ação do Estado e suas agências. Essa relação de complementaridade faz com que pensemos no conceito de rede de poder enquanto uma construção social definida a partir de conexões complexas, que também se caracteriza por uma complementaridade dinâmica dos processos e dos atores e pelo poder de dominação. As corporações produzem redes territoriais (Paulillo, 2000).

3. Isso do ponto de vista da relação com a esfera da produção, porque, segundo as entrevistas, as grandes *tradings* são a fonte para os atores com menor poder em termos de acesso a crédito e insumo. Por exemplo, a Fiagril afirmou que a compra de fertilizantes é feita por intermédio da ADM, da Bunge e da Cargill.

4. Em 2000, nasceram as associações de revendas de produtos agropecuários, e em 2007, as associações se uniram em todo o estado e criaram o Conselho Estadual de Associações de Revendas de Produtos Agropecuários de Mato Grosso (Cearpa).

#### 4.2.1. Novas ações das *tradings*: a logística portuária de Miritituba

As corporações transnacionais têm sido atores presentes em áreas de expansão da fronteira agrícola (Wilkinson, 2009; Frederico, 2010; e Wesz Junior, 2011). O controle dos sistemas técnicos de transporte está relacionado à origem internacional das empresas de comércio de grãos. Sua influência no preço da produção torna-se uma questão estratégica. Outro aspecto importante é a estrutura portuária, que, do ponto de vista da ação das *tradings*, é interessante de ser analisada por ser uma questão naturalmente chave para empresas do ramo da exportação e importação.<sup>5</sup>

No Brasil, no setor portuário, sozinho, é responsável por mais de 90% das exportações nacionais, segundo dados da Secretaria de Portos da Presidência da República (2016). Ferramenta essencial nas trocas comerciais, a logística portuária também foi marcada por políticas neoliberais. A Lei de Modernização dos Portos, de 1992, marcou a atuação das empresas privadas na construção de unidades terminais nos principais portos, como Santos (SP) e Paranaguá (PR). Esse processo se intensificou com a aprovação da lei 12.815/2013, que, em conjunto com o decreto 8.033/2013, constituiu o novo marco regulatório do setor portuário. Esses instrumentos definiram novos termos para a exploração de Terminais de Uso Privado (TUP), Estação de Transbordo de Cargas (ETC), dentre outros fatores (Mesquita, 2015).<sup>6</sup>

A lei de 2013 tem impulsionando, a partir da entrada da iniciativa privada, a construção de novos terminais portuários. Atualmente, são 14 terminais de uso privado (TUPs) no Pará (e mais 6 receberam autorização para operar no estado). O estado nortista perde apenas para o Rio de Janeiro (22) e para o Rio Grande do Sul (16), tendo o estado do Amazonas o mesmo número (14). Até o primeiro semestre de 2015, já tinham sido autorizados 25 TUPs desde a aprovação do novo marco regulatório do setor portuário, dos quais 12 na região Norte. Desses, 1 foi no Tocantins, 2 em Rondônia, 3 no Amazonas e 6 no Pará. Antes da lei, este estado tinha 8 TUPs. Em menos de dois anos, aumentou em 42% o número de terminais privados (mais informações em “TUP da ADM começa a operar em Barcarena”, 2014).

Na porção da BR-163 paraense, novas estruturas logísticas vêm se im-

5. Terminais de uso privado são instalações portuárias exploradas mediante autorização, localizadas fora da área do porto organizado e utilizados em movimentação e/ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Já as estações de transbordo de cargas são instalações portuárias exploradas mediante autorização, localizadas fora da área do porto organizado e utilizadas exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem (navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou as vias navegáveis interiores).

6. É interessante ressaltar que, na ocasião de sua votação, a mídia jogou pesado com a ineficiência do sistema portuário. Mas em 2013 o setor privado já movimentava a maioria das cargas: 338 milhões de toneladas (36%) foram realizadas pelos portos organizados e 593 milhões (64%) por terminais de uso privado (TUPs).

**Tabela 1**

Instalações portuárias autorizadas até 8 de maio de 2015 relacionadas às *tradings* da soja (Antaq, 2016)

<b>Empresa</b>	<b>Município</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Investimento</b>	<b>Assinatura</b>
Amaggi Exp e Imp Ltda	Porto Velho (RO)	TUC	R\$100.000.000,00	03/01/2014
Louis Dreyfus Commodities Brasil SA	São Simão (GO)	ETC	R\$12.196.671,00	27/03/2014
Hidrovias do Brasil SA	Barcarena (PA)	TUP	R\$505.276.000,00	12/05/2014
Louis Dreyfus Commodities Brasil SA	Pederneiras (SP)	ETC	R\$10.296.111,04	19/05/2014
Hidrovias do Brasil SA (Miritituba)	Itaituba (PA)	ETC	R\$200.000.000,00	31/07/2014
Cia Norte de Navegação e Portos – Cianport (Itaituba)	Itaituba (PA)	ETC	R\$43.869.000,00	05/08/2014
Cia Norte de Navegação e Portos – Cianport (Itaituba)	Santana (AP)	TUP	R\$137.000.000,00	29/10/2014
Caramuru Alimentos SA	São Simão (GO)	ETC	R\$4.100.000,00	30/10/2014
Caramuru Alimentos SA	São Simão (GO)	TUP	R\$8.700.000,00	30/10/2014

Portos do Brasil, 2015

plantando, resultado de investimentos públicos e privados, como o projeto de pavimentação da BR-163, a construção de novas estruturas de armazenamento e a construção de um novo terminal portuário no distrito de Miritituba, em Itaituba – que possibilitará novas saídas para o escoamento da produção.<sup>7</sup> O aumento na produção de soja no extremo norte do estado de Mato Grosso vai ao encontro dessas transformações e sugere uma nova fase de expansão produtiva em direção ao Norte do país.<sup>8</sup> O discurso ideológico da “terra vazia”, base do processo histórico de ocupação do Centro-Oeste brasileiro e das demais fronteiras agrícolas do agronegócio nacional, aparece novamente como potencial recurso ideológico para justificar a reprodução ampliada do capital por espoliação, reforçando a ideia cunhada por Schumpeter da destruição criativa.<sup>9</sup>

7. Já no Plano para Desenvolvimento Sustentável da BR-163, o porto de Miritituba era mencionado como alternativa para escoamento da produção da região norte do estado.

8. Algumas entrevistas indicam que o Norte é um dos vetores da expansão, porém não o único.

9. Apesar de ser um projeto recente, questões de cunho socioambiental começam a emergir decorrentes da construção do porto. O estado do Pará não possui ainda um plano de ação para mitigar os impactos ambientais e sociais que deverão ser causados pela chegada dos nove terminais fluviais.

Por meio da BR-163, a carga alcança o município de Itaituba, no Pará, onde é feito o transbordo da carga rodoviária para comboios fluviais, pela estação de Itaituba, à margem direita do rio Tapajós, no distrito de Miritituba. Dali, as barcaças devem ir pelo rio Tapajós para outros portos, como o Porto de Barcarena, em Vila do Conde, no Pará, e o Porto de Santana, no Amapá.

O projeto tem um duplo benefício: permite a diminuição de 700 a 1.000 km de estrada, se comparado com o tempo de viagem aos portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), por onde atualmente escoam mais de 70% da safra do estado. Na medida em que a China tem se constituído como principal mercado da soja brasileira, a saída pelo Norte permite que a produção chegue a este destino pelo Canal do Panamá, o que também encurta este tempo de viagem. Sua construção, assim como a pavimentação da BR-163, também é uma obra financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento 2, do Governo Federal.

Dos nove terminais previstos no porto, algumas empresas já se apresentam como interessadas e/ou em fase de elaboração de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental). Quatro delas já estão em estágio final de licenciamento ambiental e com obras iniciadas, das quais a *joint venture* Unitapajós (que compreende a Bunge e a Amaggi), a Cargill e a *joint venture* Cianport (que envolve as mato-grossenses Fiagrill e Agrosoja), e a Hidrovias do Brasil. Enquanto os empreendimentos são construídos, as empresas já começam a exportar parte do que originam nessa direção. Todavia, diferentes perspectivas são apontadas sobre quem se beneficiaria com a nova via de escoamento. Ainda no início, esse escoamento já é percebido como uma poderosa ferramenta dominada pelas grandes empresas: “Já estamos vendo uma pequena diferença no preço por causa dessa logística. Em Tabaporã, já estamos mandando alguma coisa por lá. Para exportar grãos, nós temos intermediação das *tradings*. Em Miritituba, é só grãos por lá. A Bunge está muito forte e tem alguma coisa da Cargill. Não se consegue entrar no porto de Miritituba, já que tem o controle da Bunge, Cargill e Amaggi. Como na ferrovia, que chegou a Rondonópolis, nenhum produtor viu ganhos até agora. Os únicos que estão ganhando são as *tradings*. Essas devem estar ganhando porque para nós não teve diferença nenhuma expressiva.” (Entrevista realizada pelas autoras com uma representante da empresa VAGro, Nova Mutum, setembro de 2014)

A presença das *tradings* também já pode ser verificada nos municípios em que os terminais portuários recebem as cargas vindas da estação de transbordo de Miritituba. Em Vila do Conde, Barcarena, um novo TUP da ADM entrou em operação em agosto de 2014. O terminal tem capacidade de movimentação de cerca de 1,5 milhão de toneladas de grãos com o objetivo de atingir, em 2016, um total de 6 milhões de toneladas, tendo a empresa investido mais de US\$200 milhões (“Novo Terminal Portuário da ADM em Vila do Conde entrou em operações no último mês de agosto”, 2014). Em fevereiro de

2015, porém, a ADM vendeu 50% da participação no terminal de Barcarena para a empresa exportadora Glencore (“Grãos: ADM venderá 50% das ações de terminal no Norte do Brasil”, 2015). A Bunge também objetiva ter um terminal lá. Segundo entrevista com a Fiagril, em 2014, a presença de *tradings* já se fez presente em Santana, a exemplo da Amaggi e da Cargill.

Além das transformações diretas que o município de Itaituba já vem sofrendo com a nova logística, outras transformações, relacionadas ao avanço da produção da oleaginosa, especialmente na porção norte de Mato Grosso, podem ser verificadas, seguindo as estratégias de atuação de empresas como a Fiagril.<sup>10</sup>

Chama atenção, porém, o fato de que essa região, até pouco tempo atrás, não possuía um perfil de produção de *commodities* em grande escala, na medida em que, em 2006, segundo o Censo da Agricultura Familiar, no conjunto de 31.230 estabelecimentos agropecuários, foram registrados 23.304 como sendo de agricultura familiar, o que correspondia a 74% do total. Entretanto, as mudanças vêm ocorrendo com muita velocidade, seja no que se refere à venda e/ou cessão de direitos em assentamentos, ou em termos do arrendamento ou grilagem das terras para a produção de soja. Em geral, são os grandes produtores da própria BR-163 mato-grossense que “estão subindo”, assim como do próprio estado.

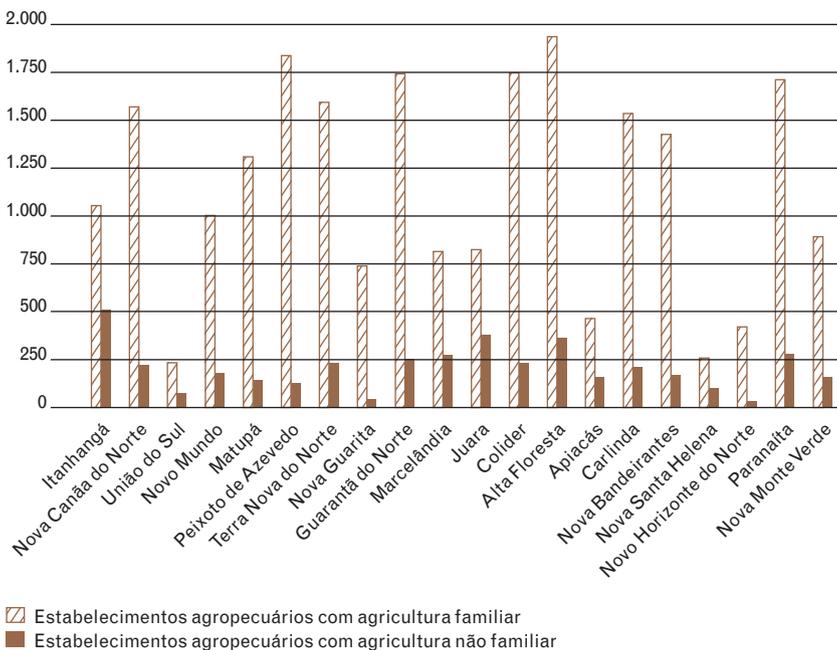
A tendência ao avanço da fronteira em Mato Grosso, que vem ocorrendo desde os anos 1970, vai ao encontro da perspectiva da concepção de fronteira enquanto requisito para a expansão do lucro: “incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém-exploradas), ou, ainda, de áreas da chamada fronteira agrícola interna – zonas interiores às regiões de ocupação mais antiga que, contudo, se conservam inexploradas por diferentes motivos. ... persegue basicamente a captura de ‘ganhos de fundador’ ... como sendo dado pela diferença entre o preço da terra – a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidas ao mercado – e o custo privado de sua implementação.” (Delgado, 2012, p.51)

Ao mesmo tempo que vem se construindo nos últimos anos um arcabouço normativo para reprimir as forças de expansão da soja, há indícios de que, mesmo com certos entraves, como a questão documental, a lavoura ganha novas terras. Um representante de *trading* nacional não descarta a possibilidade de aumentar a produção de grãos no entorno da região do novo porto, apesar de colocar como limitador a venda para o mercado externo. Ou

10. A Fiagril vem atuando nos municípios Gaúcha do Norte, Lucas do Rio Verde, Santa Rita do Trivelato, Vila Santiago do Norte, Nova Mutum, Sorriso, Boa Esperança do Norte, Ipiranga do Norte e Sinop, indicando as projeções da empresa um crescimento para cima e para os lados, incluindo os municípios São José do Rio Claro, Nova Maringá, Tapurah, Feliz Natal, Itanhangá, Porto dos Gaúchos, Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Marcelândia, Guarantã do Norte e Nova Santa Helena.

**Gráfico 3**

Comparativo entre o número estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar nos municípios de influência da BR-163 na área de fraca expansão



Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009)

seja, seria possível avançar em novas terras, mas, sugere o entrevistado, que essa produção ficaria limitada ao consumo doméstico: “É um problema sério porque é em área amazônica. Produções dessas áreas não podem atingir o mercado externo. Corre-se o risco de perder a certificação ... É área de transição para a Amazônia, então o desmatamento é zero. No eixo norte, temos um ponto de interrogação muito grande.” (Entrevista realizada pelas autoras com representante da empresa Fiagril, Lucas do Rio Verde, setembro de 2014)

A frequente procura de terras para compra e/ou arrendamento faz com que agricultores que não se insiram nesse modelo acabem ficando isolados em regiões que passam a ser majoritariamente controladas por produtores de soja. A região ainda é marcada por casos recentes de grilagem e venda ilegal de terras.

### **Considerações finais**

A influência e a participação das *tradings* nos parecem definidoras do arranjo e da organização do agronegócio, embora não sejam as únicas nesse processo. No movimento do capital, em consonância com o movimento da produção, o estabelecimento de alianças e relações estratégicas entre as grandes empresas e as de menor porte contribui para a compreensão dessa organização.

As grandes empresas, assim como os produtores e o Estado, apresentam-se como atores-chave no processo de difusão de uma nova temporalidade no Cerrado brasileiro e tendem, igualmente, a serem as principais beneficiadas pelas possibilidades que emergem dessa nova racionalidade técnica. A circulação e os circuitos produtivos passam a ter uma importância estratégica e estruturante no processo de produção agrícola. É pelo domínio dos fluxos materiais (grãos, insumos e pessoas) e imateriais (informação, capital e ordens) que esses atores regulam de forma seletiva e privilegiada os processos de produção e reprodução do capital (Frederico, 2010, p.19).

É interessante perceber como as *tradings* têm se concentrado em ações voltadas a atividades relevantes para a acumulação por espoliação e reprodução ampliada do capital (Harvey, 2004). O capital financeiro, assim como o Estado, são alavancas importantes da acumulação. Sobre o crédito, Harvey sugere que “o cordão umbilical que liga acumulação por desapropriação e reprodução ampliada é aquele dado pelo capital financeiro e pela instituição de crédito, apoiados, como sempre, pelo poder estatal” (Harvey, 2004). Segundo o autor, “o capitalismo busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica que facilite suas atividades em determinado momento, apenas para destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente em um momento posterior, para acomodar a sede perpétua de acumulação interminável de capital. Assim é a história da destruição criativa escrita na paisagem da verdadeira geografia histórica da acumulação de capital.” (Harvey, 2004, p.88)

Armazéns, rodovias e portos entendidos como capitais fixos embutidos também cumprem um papel indispensável na reprodução do capital. Trata-se de ajustes espaciais dos quais a acumulação do capital depende, como portos, ferrovias, estradas, aeroportos, enfim, de instrumentos ou fixos que possibilitem a eliminação de barreiras espaciais. Esses ajustes evidenciam a geograficidade da destruição criativa do capital.

Entretanto, se a nova fronteira agrícola moderna é global, também é local, e o progresso técnico-científico, uma totalidade que nela se concretiza, pode proporcionar a possibilidade de construir futuros a partir de uma história das ações que seja diferente dos projetos dos atores hegemônicos. Precisamos elaborar, a partir de características próprias, modelos alternativos, atribuindo novas características aos blocos regionais, superando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estado mais elevado de cooperação.

Os diversos segmentos sociais da nossa sociedade devem reconhecer que há outras possibilidades, outras opções históricas, que nosso país pode fazer outra história humana, que os países periféricos têm um papel importante na produção de formas mais estáveis e que podem e devem construir seu presente e seu futuro de maneira a contribuir para o que Milton Santos (2001) chama de “outra globalização”. Esta se caracterizaria por ter uma utilização distinta, em que as mudanças tecnológicas e filosóficas do ser humano se complementariam; uma globalização capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e ao planeta.

## Referências

- ANTAQ. *Instalações Portuárias Autorizadas*, 2016. Disponível em [http://www.antaq.gov.br/portal/Instalacoes\\_Portuarias.asp](http://www.antaq.gov.br/portal/Instalacoes_Portuarias.asp)
- BRASIL. *Desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163*, março de 2005. Disponível em [http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Plano\\_BR-163\\_Sustentavel\\_Versao2.pdf](http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Plano_BR-163_Sustentavel_Versao2.pdf).
- DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- EXAME. Maiores e Melhores. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/adm>, <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/adm>, <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/cargill>, <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/louis-dreyfus>, <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/amaggi-commodities>.
- FREDERICO, S. O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese de doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2009. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/pt-br.php>.
- . *O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. São Paulo: Annablume & Fapesp, 2010.
- GRÃOS: ADM venderá 50% das ações de terminal no Norte do Brasil. *Brasilagro*, 3 de fevereiro de 2015. Disponível em <https://brasilagro.wordpress.com/2015/02/03/graos-adm-vendera-50-das-acoes-de-terminal-no-norte-do-brasil/>.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- . *Os limites do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- MENDONÇA, M. L. R. F. de. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2013.
- MESQUITA, P. L. de. *Terminais de uso privado*. Secretaria de Portos, Presidência da República, 23 de novembro de 2015. Disponível em <http://portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/terminais-de-uso-privado>.
- MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Worlds of food: place, power, and provenance in the food chain*. Oxford University Press, 2006.
- NOVO Terminal Portuário da ADM em Vila do Conde entrou em operações no último mês de agosto. *Portal da Navegação*. 21 de setembro de 2014. Disponível em <http://www.portaldanavegacao.com/coluna/alyrio-sabba/852/novo-terminal-portuario-da-adm-em-vila-do-conde-entrou-em-operacoes-no-ultimo-ms-de-agosto#.VqDIS9rLcd>.
- PAULILLO, L. F. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Carlos: Editora UFSCar, 2000.
- RIBEIRO, A. C. T. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de; FRY, P. (organização). *Política e cultura: visões do passado e perspectiva contemporâneas*. São Paulo: Hucitec & Anpocs, 1996.
- . Prefácio. In: BERNARDES, J. A.; ARRUIZZO, R. C. (organização). *Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. da. Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista. *6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Buenos Aires: Argentina, 1997.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- . O dinheiro e o território. Conferência de inauguração do mestrado, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1999.
- . *Por uma outra globalização*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Arrendamentos*. 2016. Disponível em <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/arrendamentos-passiveis-de-serem-licitados>.
- TUP da ADM começa a operar em Barcarena. Porto SA, 16 de setembro de 2014. Disponível em <http://portossa.com/porto/tup-da-adm-comeca-a-operar-em-barcarena/>.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WESZ JUNIOR, V. J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias da soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- WILKINSON, J. Globalization of agribusiness and developing world food systems. *Monthly Review*, v.61, p.38–49. Nova York: 2009

**Júlia Adão Bernardes**

Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), professora colaboradora do Departamento de Geografia da UFRJ e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.  
julia.rlk@gmail.com

**Emilia Jomalinis de Medeiros Silva**

Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.  
ejomalinis@gmail.com

# O processo da produção e os agentes modeladores das cidades do agronegócio

Israella Pires Alves Gabrig

O agronegócio começou a crescer a partir dos anos 1980 no Cerrado do Centro-Oeste e houve, simultaneamente, a criação de espaços urbanos funcionais a esta atividade. No mesmo período, na BR-163 mato-grossense, o município de Lucas do Rio Verde se destacou pelo intenso crescimento no setor do agronegócio. Inicialmente, o município cresceu voltando-se apenas para as atividades dos grãos (soja e milho), mas nos anos 2000 passou a agregar a industrialização de carnes (aves e suínos) com o propósito de diversificar a produção. A presença da indústria de carnes, por estar fortemente vinculada à cadeia de grãos, promoveu o aumento da produção de soja e milho, gerando novas demandas no campo e na cidade, o que vem refletindo intensas transformações de ordem material e social em ambos os espaços.

O objetivo deste artigo é analisar a produção do espaço em Lucas do Rio Verde e as transformações operadas pela chegada da cadeia de carnes na década de 2000, a qual passou a ser considerada uma referência de cidade do agronegócio na região. A fim de dar conta da proposta, este artigo foi dividido em três seções: a primeira diz respeito ao contexto histórico da expansão da fronteira agrícola, apontando os primeiros sinais que colaboraram para a formação dessas novas urbanidades, assim como as principais características dessas cidades do agronegócio na BR-163 mato-grossense; a segunda seção se refere ao município de Lucas do Rio Verde, destacando suas especificidades frente à região da área concentrada da soja e as mais latentes transformações da cidade com a chegada da cadeia de carnes; e a terceira trata de identificar os principais agentes produtores e modeladores desse tipo de cidade, levando em consideração as suas inter-relações. Os conceitos-chave, como o de sistema de ações e de objetos, técnica, cidades do campo e do agronegócio e relação campo-cidade serão desenvolvidos ao longo das seções mencionadas.

## **5.1. A expansão da agricultura moderna no Cerrado e a formação das cidades do agronegócio**

A expansão do agronegócio no Cerrado mato-grossense ocorreu nos anos 1980 com a introdução da produção de soja, que se intensificou e se consolidou nos anos 1990. Nos anos 2000, o setor passou a conquistar cada vez mais importância na balança comercial brasileira e projeção no mercado internacional. A crescente participação da atividade primária exportadora também foi responsável pela criação de novas urbanidades. A produção de soja e de milho, principais *commodities* desses espaços, é extremamente tecnificada, necessitando de substanciais aportes financeiros e científicos, além de serviços especializados, frequentemente encontrados no ambiente urbano. Essa estreita relação entre o campo moderno e a cidade produtora de serviços e centralizadora de comandos gera um urbano diferenciado e especializado em suprir as demandas do agronegócio. Ao longo dos anos, municípios como o de Lucas do Rio Verde têm tornado sua economia e organização cada vez mais complexas e globalizadas. Faremos, aqui, um resgate histórico regional e nacional para melhor compreender o tempo presente da atual região concentrada da soja, assim como foram reunidos conceitos e noções sobre o que de fato compõe uma cidade do agronegócio.

### **5.1.1. O contexto da expansão agrícola no Cerrado mato-grossense**

A expansão da fronteira agrícola nos anos 1980 no Cerrado mato-grossense ocorre em uma conjuntura econômica e política responsável por uma nova lógica de organização do território brasileiro. Resumidamente, poderíamos elencar três momentos indissociáveis para a formação desse cenário:

1. Políticas públicas desenvolvimentistas do Regime Militar.
2. Crise fundiária na região Sul.
3. Período de avanços técnicos na agricultura.

Durante o Regime Militar, havia a preocupação em integrar regiões afastadas economicamente do restante do território brasileiro. Com o lema “Integrar para não entregar”, a nova ocupação contou com projetos que tinham como objetivo “desenvolver” o Centro-Oeste. A abertura da BR-163 – importante rodovia de acesso e escoamento que liga esta região ao Norte do país (Santarém) e ao Sul (Tenente Portela) – em Mato Grosso ocorreu durante a Ditadura, fomentando o fluxo migratório de pessoas. O intuito era garantir a ocupação das áreas denominadas “vazias”,<sup>1</sup> predominantemente por meio de

1. Majoritariamente, essas áreas eram habitadas por comunidades indígenas e por antigos posseiros. Na medida em que o avanço da fronteira se aproximava, tais comunidades eram expulsas e/ou dizimadas.

processos de colonização privada, o que resultou no monopólio da terra rural e urbana por parte das empresas colonizadoras.

Concomitantemente, a questão fundiária no Sul do país enfrentava problemas: o encarecimento das terras e as limitações ambientais levaram os produtores a buscarem áreas mais baratas. Em contrapartida, a combinação de incentivos federais de caráter desenvolvimentista voltados para o Centro-Oeste e a oferta de grandes estoques de terra por preços baixos incentivaram as famílias de pequenos produtores a venderem um pedaço de terra no Sul e comprarem extensões maiores em Mato Grosso.

Apesar das características físicas do Cerrado serem consideradas desfavoráveis ao cultivo de grãos (clima quente e seco e solos ácidos), as barreiras naturais foram minimizadas por meio da criação de novas técnicas de manejo e de correção dos solos e com o desenvolvimento de mudas e sementes adaptadas a esse tipo de bioma.

A expansão do agronegócio do Sul para o Centro-Oeste coincide com um período favorável às produções cada vez mais artificiais e menos dependentes do meio natural, tornando-se possível “inventar a natureza” (Santos, 2009). Este período, denominado por Milton Santos como “meio técnico-científico-informacional”, é marcado pela intensa fusão da técnica com a ciência e a informação, beneficiando muitas áreas, como a da agricultura que ganha novas perspectivas.

O Centro-Oeste conquistou alta expressividade na produção de grãos e vem ultrapassando a produção sulista desde 1999. Porém, o setor do agronegócio começou a constituir-se como prioridade na agenda política macroeconômica externa e na política agrícola interna apenas nos anos 2000. Segundo Delgado (2012), a retomada de atenção se deu devido a uma grave crise cambial no mundo em 1999, a partir da qual o Governo Federal decidiu elencar o setor primário-exportador como o responsável por controlar o saldo comercial brasileiro, desenvolvendo, portanto, uma série de medidas e políticas públicas favoráveis à agricultura comercial exportadora. Dentre as ações, destacam-se investimentos em infraestrutura territorial, direcionamento de pesquisas agropecuárias (Embrapa) em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio, reativação do crédito rural nos planos de safra, entre outras.

Nesse mesmo período de forte retomada do agronegócio no cenário político, empresários do ramo passaram a se interessar em atrair indústrias de carnes para a região concentrada da soja,<sup>2</sup> que até 2005 se mantinha econômica e produtivamente voltada apenas para os grãos. O fato de a região

2. A região concentrada da soja é caracterizada por Bernardes (2007, p.6) como a área sob influência da BR-163 mato-grossense que se revela mais dinâmica, “com forte concentração de soja, cuja fronteira interna ainda permite algum nível de expansão. Constitui a área produtora de soja mais antiga, onde os processos de expansão dos anos [19]80 já se encontram relativamente consolidados”. Os municípios que formam essa área são: Sorriso, Diamantino, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah.

se apoiar apenas na produção de grãos gerava desconforto, instabilidade e insegurança por se tratar de um mercado de *commodities* com fortes variações na bolsa de valores.

Portanto, combinando incentivos do Governo Estadual com interesses privados que visavam a superar a denominada “crise” do preço das *commodities*, foram atraídas para a região concentrada da soja indústrias do ramo de carnes, com o intuito de diversificar e agregar valor à produção de grãos. Destacamos a instalação da Sadia,<sup>3</sup> em 2008, no município de Lucas do Rio Verde, com capacidade de abate de 500 mil frangos/dia e de 10 mil suínos/dia. Devemos considerar que esta cadeia agroindustrial de carnes (aves e suínos) foi inserida no município com alto padrão técnico, organizada e integrada à grande produção de grãos que, por sua vez, também seriam industrializados e transformados em ração para os animais, constituindo assim a cadeia carne-grãos (Bernardes, 2011).

De fato, o grande volume de grãos na região foi um importante fator de atração por parte da cadeia de carnes, mas devemos lembrar que a decisão de implantar uma unidade fabril com proporções como a da Sadia em um município não é feita ao acaso, levando muitas vezes a disputas municipais e acirrando a competitividade regional, gerando a chamada “guerra dos lugares”. Santos (2008) explica que, na verdade, a guerra dos lugares trata de uma guerra global entre os lugares. As maiores empresas elegem pontos de interesses em um país, sendo necessário que os lugares se adaptem às condições técnicas e políticas para a sua instalação, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc.

No caso da Sadia, a disputa se deu principalmente entre os municípios Lucas do Rio Verde e Sorriso. Apesar de Sorriso ter a maior produção de grãos, continha também algumas características naturais desfavoráveis que poderiam comprometer a sua instalação, como: rota migratória de aves e inserção de parte do seu território na reserva da Amazônia Legal.

Informações obtidas em trabalho de campo também nos ajudam a compor o quadro das negociações, como a informação obtida de que Lucas do Rio Verde cedeu à indústria de carnes 12 anos de exoneração fiscal. Outros elementos de negociação também são importantes para a decisão final: concessão de terras, uma rede de telecomunicação acessível, ser um ponto estratégico para obter matéria-prima, disponibilidade hídrica e energética etc.

A instalação da Sadia abriu espaço para o surgimento de instalações fabris diretamente vinculadas à produção de frangos e suínos, e indústrias de outros setores começaram a se instaurar. O surgimento de novas demandas e necessidades geradas a partir da cadeia de carnes permitiu que a cidade agregasse novas funções, exigindo a reorganização do espaço urbano. Portanto, o

3. A Sadia e a Perdigão fundiram-se em 2011, originando a Brasil Foods (BRF), a maior indústria agroalimentícia exportadora de frangos do mundo.

município vem passando por um processo de modificações de seus espaços para se ajustar às novas exigências da cadeia de carnes, alterando sua composição urbana e rural.

### 5.1.2. As cidades do agronegócio na BR-163 mato-grossense, trecho Cuiabá–Santarém

A natureza do espaço urbano está na capacidade de centralizar produtos, pessoas e muito mais: centraliza o poder, as decisões, os comandos; por isso, é um lugar da gestão do território. No caso das cidades do agronegócio, além da gestão do território, também desempenha a função de regularizar a atividade rural. Segundo Elias, “quanto mais moderna se torna a atividade agropecuária, mais urbana se apresenta sua regulação” (2006, p.16). Portanto, este campo composto por uma agricultura extremamente tecnificada será dependente do meio urbano, pois é na cidade que se localizam a gestão e o comando necessários para o funcionamento e a manutenção deste novo rural.

Essas cidades, de caráter corporativista e voltadas exclusivamente para as atividades do campo moderno e para as agroindústrias, são denominadas pela autora como “cidades do agronegócio” (2006), que se destacam quase em sua maioria por serem cidades pequenas e médias e por possuírem suas funções e serviços voltados para o agronegócio, tornando-se lugares ideais para o exercício do capital hegemônico e para a acumulação ampliada no setor. Há implantação de técnicas, sendo elas escolhidas para receber os mais sólidos investimentos privados; tornam-se palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado; lócus das grandes transações e da transformação dos produtos primários, passando a integrar parte importante da rota dos circuitos espaciais de produção da cadeia carne–grãos (Elias, 2012).

Ao ampliar as relações mercantis e ao construírem sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como apresentarem a presença do poder municipal mais ativo, as cidades do agronegócio oferecem condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das comunicações, permitindo assim atrair população e empresas para esses lugares mais afastados dos centros urbanos do país (Alves, 2009; e Santos, 2012). De acordo com Santos (2012), inúmeras são as consequências geradas por esses lugares, onde se torna imprescindível a corrida por investimentos, não possuindo as novas atividades nenhuma ligação com a história local, tampouco preocupação com o destino da vida cotidiana. Um novo tempo passa a ser introduzido.

Estamos diante de uma intensa dinâmica urbana voltada para atender às necessidades do agronegócio globalizado, isto é, uma atividade com permanentes vínculos com a lógica global. A organização territorial local e a produção agrícola e industrial se fazem sob comando e exigências do mercado mundial. O mercado, os preços, as vendas e as demandas afetam o local, que é responsável pela produção, ou seja, a produção é local, e este local está cada

vez mais globalizado. Porém, não se trata de um processo que repercutirá homogeneamente no espaço, criando os mesmos arranjos. A cada tipo de cultura e produção (seja soja, carne, cana-de-açúcar, frutas, café e outros), há a geração de necessidades de diferentes serviços, portanto, de distintas urbanidades.

No cenário das cidades nesse eixo produtivo não se pode deixar de mencionar a forte presença das empresas globais, também conhecidas como as *tradings*, responsáveis pela venda de pacotes técnicos e pela comercialização do produto final para o mercado de consumo, tornando-se uma grande intermediadora do produtor com o mercado. Verifica-se que há uma tendência nas cidades do Centro-Oeste de possuir maior concentração de *tradings*, como a Bunge (NL), a Cargill (EUA), a ADM (EUA) e a Amaggi (BR), que detém forte domínio no comércio global de *commodities*, assim como maior presença de numerosas empresas que fornecem serviços vinculados ao setor agropecuário, pois os grandes produtores não se articulam em cooperativas, mas individualmente, significando um maior mercado para essas empresas. A distância dos grandes centros e a necessidade de maior tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Cerrado explicam por que é determinante a proximidade de grandes empresas na região, ocupando e dinamizando cada vez mais a cidade.

Além de comercializarem e produzirem elementos importantes para a agroindústria, as empresas e as *tradings* também podem financiar a produção, fornecer pacotes agrícolas e comercializar o produto final. Todavia, não podemos nos esquecer da presença dos bancos públicos e privados, que possuem um considerável papel para o custeio e a aquisição de crédito para investimento, e que se localizam no espaço intraurbano. A grande diferença entre o financiamento público e o privado é o valor médio dos empréstimos e a seletividade.

No sentido geral, podemos afirmar que as cidades do agronegócio compõem um urbano diferenciado, com suas funções voltadas para o atendimento às demandas do agronegócio global, e por isso possuem forte dinamismo e atuação em diferentes escalas (local, regional, nacional e global), inserindo no local uma nova ordem e um novo tempo, que conviverá com a razão local, pois “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2009, p.339).

No sentido específico, outras características típicas podem ser observadas na estrutura dessas cidades da BR-163 mato-grossense no trecho Cuiabá–Santarém, assim como em sua população residente. Podemos citar suas avenidas largas e contínuas; os prédios públicos modernos e suntuosos; as cidades planejadas e separadas em dois eixos urbanos marcados pelo cruzamento da rodovia. Em um dos eixos, concentra-se a área residencial e todos os serviços para a população, localizados ao lado esquerdo da rodovia (sentido norte–sul); no outro, ao lado direito da rodovia, ficam as atividades industriais

(silos, armazenagens, esmagadoras, abatedouros, frigoríficos etc), e outros serviços como mecânicas, representantes de máquinas e de pacotes técnicos, consultorias e alguns escritórios concentram-se quase exclusivamente ao logo da margem da BR.

Não devemos esquecer que, majoritariamente, esse eixo do estado foi ocupado prioritariamente por sulistas, transformando esses municípios em verdadeiros espaços de expressão de sua cultura, representada em monumentos, estátuas, nomes de avenidas, de ruas e de estabelecimentos comerciais, bem como pela criação de datas comemorativas e pela implantação do Centro de Tradição Gaúcha (CTGs) em cada município, perpetuando sua cultura e suas tradições. Porém, uma forte e mais nova tendência é o fluxo migratório de pessoas de origem nordestina e nortista, destinadas a ocupar os cargos menos qualificados nas cidades, nas quais foi implantada a indústria de abate de frangos.

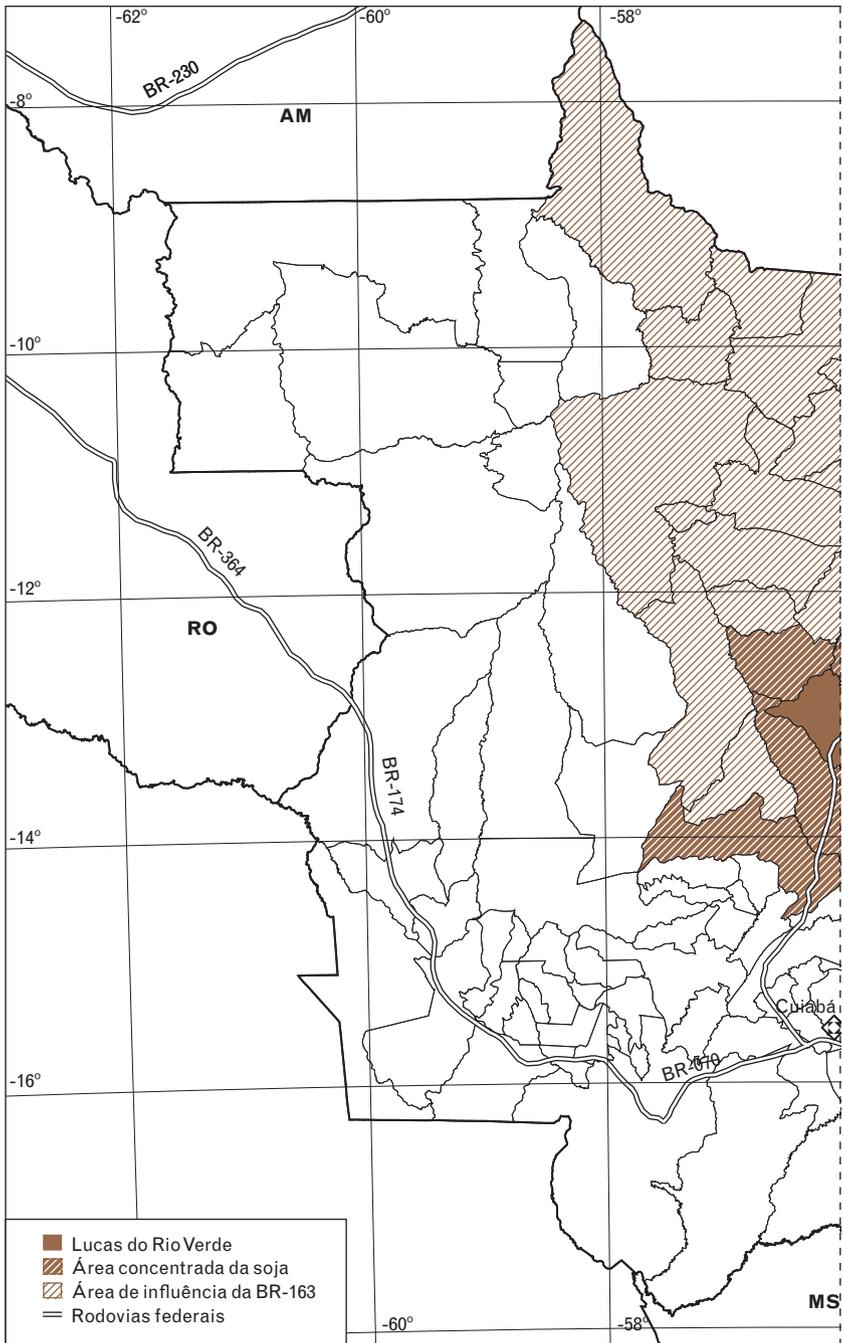
### **5.2. A instalação da cadeia de carnes em Lucas do Rio Verde: as mudanças no campo e na cidade**

Após o desenvolvimento de conceitos e noções referente à cidade do agronegócio e o entendimento das principais características dos municípios que estão situados na BR-163 mato-grossense no trecho Cuiabá–Santarém, destacamos agora Lucas do Rio Verde como uma forte referência de cidade do agronegócio. O município em questão possui tanto elementos bastante tradicionais quanto elementos únicos, que estão desenvolvidos ao longo do capítulo. O objetivo desta seção consiste em entender, por meio de um breve resgate histórico, como Lucas do Rio Verde se constitui como parte importante do circuito espacial do agronegócio dos grãos e da carne, bem como entendê-lo no tempo presente, analisando os principais impactos ocorridos na cidade e no campo após a instalação da indústria de carnes.

Lucas do Rio Verde faz parte da região concentrada da soja (ver figura 1), e contém uma das mais fortes cadeias carne–grãos do estado e da região, assim como possui uma trajetória diferenciada dos demais municípios. A história do surgimento de seu surgimento nos ajuda na compressão das especificidades desta cidade do agronegócio. Primeiramente, é necessário apontar que em 1981 o município foi uma rara tentativa de colonização pública no estado, tornando-se uma área declarada prioritária para fins de reforma agrária (decreto federal 86.307) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) oriundos do Rio Grande do Sul. Contudo, o fracasso veio à tona devido à retirada de subsídios das famílias assentadas, levando ao abandono das terras, que foram incorporadas novamente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No mesmo ano em que Lucas do Rio Verde foi elevado à categoria de município, em 1982, foi criada Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio

Localização espacial de Lucas do Rio Verde na área concentrada da soja





Verde (Cooperlucas),<sup>4</sup> por intermédio do Incra. A cooperativa se configurou em uma ferramenta organizacional daquele espaço fronteiriço, representando uma importante alteração no padrão de ocupação de Lucas do Rio Verde para atender à demanda global de grãos, como no caso do programa Prodecer II,<sup>5</sup> promovendo o que Rocha (2008) denominou “reforma agrária elitizada”.

A cooperativa possuía o poder de selecionar o perfil dos novos migrantes. Duas das características necessárias eram que possuíssem uma parcela de recursos próprios e experiência na agricultura; ou seja, eram selecionados os produtores já capitalizados e equipados. Segundo Rocha, devido às condições materiais de existência, o grupo assumiu um perfil empresarial com modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada, cujo personagem principal é o agricultor empresarial.

Estamos tratando de um município com uma formação recente, que por mais que tenha passado por uma breve ocupação pública, logo foi incorporado pela lógica de ocupação empresarial. A agricultura moderna irá se desenvolver em conjunto com o urbano que, por sua vez, nasce imediatamente com sua estrutura extremamente planejada e funcional para as atividades do campo.

Vale destacar que o processo de colonização assistida, em Lucas do Rio Verde, assim como em outros municípios, gerou uma intensificação no processo de urbanização, pois no período inicial, ao adquirirem um lote na área rural, o produtor também recebia como doação um lote na área urbana (ou este era comprado em conjunto em outros casos), onde deveria se fixar como residente ou realizar algum tipo de atividade econômica urbana. As escolas, os hospitais, os escritórios responsáveis pelas transações legais, assim como toda a atividade que não era a produção de grãos em si, eram implantados nas áreas urbanas, isto é, as relações com a cidade foram criadas intencionalmente desde o princípio.

Portando, a cidade passou crescer e se planejar não ao acaso, mas em função das exigências da cadeia de grãos que, por sua vez, se consolidou nos anos 2000. No mesmo período, empresários locais perceberam a necessidade de diversificação e de agregar valor aos grãos, promovendo a atração da Sadia e constituindo o que se denomina “cadeia carne-grãos”.

A instalação da Sadia e de toda a cadeia produtiva de carnes foi um grande marco em Lucas do Rio Verde: intensificou a necessidade do urbano e, cada vez mais, novos fixos e fluxos foram atraídos; afetou a produtividade do

4. Segundo Rocha, a Cooperlucas “era constituída por um grupo de cinquenta famílias, oriundas de São Paulo, ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, que recebeu lotes do Incra e ficou responsável pela área social e assistência técnica aos parceiros e posseiros. O envolvimento da cooperativa com o crescimento e o desenvolvimento da cidade pode ser observado na infraestrutura em educação, saúde e lazer, e na organização e planejamento do núcleo urbano, juntamente com o Incra.” (2008, p.9)

5. O Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) foi firmado em 1985 entre os governos do Brasil e do Japão e tinha como objetivo financiar pesquisas para o cultivo de soja no Cerrado mato-grossense.

campo; isso tudo refletiu em alterações nas relações entre o campo e a cidade. As transformações foram fortes e nítidas, sendo possível delimitar dois momentos distintos para o campo e para a cidade: o antes da instalação da cadeia de carnes e o depois.

### 5.2.1. Mudanças no campo após a instalação da cadeia de carnes

O ambiente urbano foi o que mais sofreu alterações em suas formas, funções e estrutura, pois é na cidade que temos a maior concentração de novos fixos e fluxos, importantes tanto para o ambiente fabril quanto para a agricultura e para a população residente atraída pela nova dinâmica.

Contudo, não podemos pensar essas cidades dissociadas do campo, devido à forte interdependência entre esses dois espaços. Com a instalação da indústria de carnes, esta relação se intensificará. A indústria vem constituindo cada vez mais condição do processo de transformação da agropecuária realizada nos espaços urbanos, tanto a montante (concessão de máquinas, insumos e produtos industriais no geral) como a jusante (transformação dos produtos primários) (Elias, 2006). Quanto maior for a especialização produtiva do campo e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade (Frederico, 2011).

Por se tratar de uma relação interdependente entre a cidade e o campo, devemos considerar que, com a transformação da cidade, o campo também precisou passar por alguns reajustes. No campo, foi necessário maior presença de tecnologia para intensificar a produção dos grãos, principalmente de soja e milho, e para gerar o aumento da escala de produção de aves e suínos, exigindo assim uma mão de obra qualificada, capaz de manipular equipamentos de precisão, e outros profissionais do campo moderno, como veterinários e agrônomos.

Dados de quantidade produzidos pelo IBGE apontam que Lucas do Rio Verde se destaca mais na produção de milho, alcançando 1.207.980t em 2013, do que na produção de soja, tendo colhido 699.434t no mesmo ano. Porém, ambos os cultivos são de grande importância para transformação de ração para os animais. Contudo, é preciso ressaltar que a relação da BRF não se restringe ao município que a sedia, gerando uma mobilização de outros, vizinhos, para o abastecimento tanto de grãos para sua fábrica de ração quanto de animais para o abate e processamento.

Nesse sentido, a dinâmica regional foi alterada, os espaços rurais do entorno receberam maiores investimentos para o aumento de produtividade. Para o campo, isso significa produzir maior quantidade de grãos e ter a presença de enormes aviários; e para o produtor rural, também significa mudanças, como tornar-se mais subordinado às regras produtivas, na medida em que a BRF detém o controle de qualidade, tamanho, tipo de raça e a ração necessária para a produção.

### 5.2.2. Mudanças na cidade após a cadeia de carnes

Como dito anteriormente, as maiores alterações com a chegada da indústria de carnes ocorrem na cidade. Contudo, não nos referimos apenas às alterações materiais, mas também às alterações sociais e aos novos fluxos gerados, que implicaram um novo planejamento para a cidade.

A chegada da Sadia em Lucas do Rio Verde implicou o surgimento de novos cargos, fomentando o mercado de trabalho e aumentando o emprego de mão de obra na cidade, tornando este o primeiro fluxo impulsionado pela indústria de carnes. Para a ocupação de cargos de alto nível, como de gerência, ou de baixo nível, como de abate de animais, a indústria passou a buscar mão de obra fora do estado, pois a população existente não era suficiente para o preenchimento das vagas.

Deve-se considerar que esse tipo de indústria apresenta grande dependência de numerosa mão de obra para o abate dos animais e para o embalagem, ambos os serviços realizados manualmente. Ainda que exista tecnologia adequada para que o abate se torne mecânico, alguns mercados ainda exigem que este processo seja manual.<sup>6</sup>

Analisando um pouco mais a fundo o setor industrial, bem como as outras quatro principais atividades econômicas em Lucas do Rio Verde e suas respectivas variações percentuais na absorção de mão de obra nos setores, podemos observar na tabela 1, um significativo crescimento entre o ano de 2007 e 2011 no setor da indústria – uma variação de 281% entre estes dois anos. No mesmo recorte temporal, o avanço do setor industrial influenciou o aumento de demanda dos demais setores. O setor de serviços e de construção ficam em segundo e terceiro, respectivamente, entre os setores que mais cresceram em relação à mão de obra.

Deve-se ressaltar que o setor agropecuário necessita de um olhar mais crítico. Trata-se do setor considerado como a base econômica do município; porém, não apresenta um crescimento elevado ao longo do período, o que nos demonstra mais uma vez se tratar de um setor com alto nível técnico. Ou seja, é mais seletivo, logo, não gera demanda de uma numerosa mão de obra, mas sim de mão de obra qualificada.

Diferentemente da agropecuária, a indústria de carnes demanda grande quantidade e menos qualificação de mão de obra, o que gera um segundo fluxo muito significativo para a cidade: a migração. Lucas do Rio Verde não contava com a mão de obra necessária para ocupar os postos de trabalho, sendo necessário buscá-la em outros estados e regiões. Isso ocasionou um grande e rápido

6. Por questões religiosas, o mercado árabe exige que todo o processo de abate seja manual e conforme as restrições muçulmanas, como também há a exigência de que a frente do animal seja direcionada para a Meca no momento do abate. Esse tipo de processo denomina-se "halal" e possui sempre um fiscal da mesma religião controlando o cumprimento das normas.

**Tabela 1**

Número de trabalhadores nos setores de atividades econômicas – Lucas do Rio Verde

<b>Anos/Setores</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>
2002	215	1.013	79	1.041	743	<b>3.091</b>
2007	1.294	2.356	943	2.408	1.387	<b>8.685</b>
2011	4.928	3.997	1.100	4.181	1.758	<b>15.871</b>
<b>2007–2011</b>	<b>281%</b>	<b>70%</b>	<b>17%</b>	<b>74%</b>	<b>28%</b>	<b>83%</b>

Rais/Caged

crescimento populacional, sendo uma das primeiras mudanças ocorridas no espaço intraurbano.

Segundo o Sidra/IBGE referente ao total da população residencial, a contagem do censo demográfico em 1991 registrou 6.693 pessoas. Em 2000, o número subiu para 19.316 residentes, e após dez anos, mais do que dobrou, chegando a 45.556 habitantes em 2010. A história também nos conta que Lucas do Rio Verde é um município que já nasceu urbano, portanto, a população residencial esta localizada majoritariamente nas cidades, tendo alcançado, em 2010, taxa de 93% de urbanização (Sidra/IBGE).

A migração está presente desde o início da história do município. Como já mencionado, a população oriunda do Sul foi a pioneira em Lucas do Rio Verde, e geralmente está ligada à mão de obra mais qualificada, aos melhores salários e aos proprietários das grandes empresas e de terras produtoras. Porém, o maior índice de migração ocorreu devido à necessidade da indústria de carnes de numerosa mão de obra para o abate e para o embalamento dos produtos, ainda realizados manualmente. Nesse sentido, a cidade luverdense assistiu ao crescimento muito rápido de sua população residente.

O maior fluxo migratório impulsionado pela BRF é caracterizado por ser uma mão de obra desqualificada e quase sempre originada das regiões Norte e Nordeste. A BRF não atrai somente mão de obra, mas também outras empresas complementares à atividade industrial e agrícola, sendo o caso de indústrias esmagadoras de grãos e de refino de óleo, representantes de máquinas e de defensivos químicos, indústrias de equipamento para aviários, frigoríficos, abatedouros, mecânicas, silos para armazenagem, bancos privados e públicos, fatores que incrementam ainda mais os fluxos de mercadorias e informações da cidade.

Conforme há o aumento produtivo na indústria e na agricultura, a cidade também incrementa sua rede logística de escoamento de mercadorias. Pensando diretamente no complexo agroindustrial da BRF, Lucas do Rio Verde investiu na construção de um viaduto de aproximadamente 3.200.000 de extensão com valor inicial de R\$6,4 milhões, financiado pelas verbas

públicas federais, cujo foco está na fluidez do tráfego da BR-163 no trecho que atravessa o perímetro urbano.

É preciso reafirmar, mais uma vez, que não devemos pensar Lucas do Rio Verde isoladamente. A implantação de eixos logísticos altera não só a composição urbana/rural de um município, mas de toda a região em que ela está inserida. Novas alternativas logísticas estão sendo pensadas, como a construção da ferrovia Transcontinental e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que fazem parte de um plano futuro para privilegiar os grãos.

Apesar do intenso esforço de manter a cidade planejada, contudo, há indissociavelmente ao crescimento urbano e ao desenvolvimento econômico a chegada de contradições bastante típicas do atual sistema capitalista. Além de centralizar o poder e as decisões, a cidade também passa a centralizar e produzir sistematicamente a pobreza, a segregação e todas as contradições características desse tipo de urbanização. A crescente valorização imobiliária, a verticalização do solo urbano, o elevado custo de vida tanto pela valorização do solo quanto pela sobrevivência do dia a dia, o aumento da criminalidade e das áreas de pobreza, as desigualdades socioeconômicas, a insuficiência da rede hospitalar, o saneamento básico que não contempla boa parte da população e a coleta de lixo ineficiente são alguns dos impactos e problemas encontrados em maior ou menor grau nas cidades do agronegócio – e, invariavelmente, em Lucas do Rio Verde.

Grande parte da população do município ainda não é atendida adequadamente por todos os serviços. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 91,27% dos domicílios possuem água encanada e 99,23% possuem rede de energia elétrica, porém somente 21,73% são atendidos por rede de esgotamento sanitário, levando a maioria das casas a despejar seus resíduos em fossas sépticas ou fossas rudimentares.

Para compreender melhor a situação dos habitantes, foram levantados dados do PIB per capita (IBGE), do Índice Gini (Datusus), da renda domiciliar per capita e do rendimento das famílias (IBGE). O IBGE aponta que, em 2008, o PIB per capita do município alcançou R\$51.771,45. O Índice Gini mostra que, em 2000, o município obteve alta diferença de rendimento, alcançando índice 0,54, diminuindo um pouco para 0,48 em 2010, ou seja, demonstrando que há uma grande desigualdade na distribuição de renda no município. A porcentagem de famílias que recebem até três salários-mínimos também aumentou de 2000 para 2010. Em 2000, 38,98% das famílias tinham rendimento até três salários-mínimos; já em 2010, essa porcentagem subiu para 87,14%.

Portanto, a riqueza produzida pelo campo moderno e pelo dinamismo industrial eleva os índices sociais médios, porém, tais índices quando mal analisados podem mascarar a realidade da maior parte da população residente.

Devido ao rápido e intenso crescimento, a cidade assistiu a novas reformulações estruturais, como a que diz respeito à localização da Prefeitura, pois

depois de 2010 todas as unidades públicas foram concentradas e transferidas para um mesmo prédio em uma área central de expansão urbana, gerando então um novo sentido de crescimento da área urbanizada.

Mais recentemente, houve o debate e a alteração no plano diretor para a transferência da BR-163 para fora do perímetro urbano. Como mencionado anteriormente, uma forte característica das cidades da BR-163 mato-grossense é a divisão de áreas residenciais e industriais pela própria rodovia. Entretanto, hoje se sente a necessidade de transferir a rodovia para além do perímetro urbano, contornando a cidade e não mais atravessando-a. Alterações no plano diretor já estão sendo realizadas, e isso fatalmente afetará o espaço intraurbano, pois o acesso, o escoamento da produção e a organização terão novos ajustes e novas lógicas. Observa-se também o loteamento de áreas que antes eram destinadas apenas a atividades industriais (localizadas do lado direito da rodovia) agora para fins residenciais; ou seja, as delimitações anteriores estão sendo rompidas e repensadas. Assim como muitas transformações ocorreram, muitas ainda estão por vir, pautadas no maior dinamismo do município e na melhor prestação de serviços para a atividade hegemônica da região: o agronegócio.

### **5.3. Os agentes modeladores das cidades do agronegócio**

Em uma sociedade capitalista, a cidade e o espaço urbano (seja referente à rede urbana ou intraurbana) são um produto social, fragmentado, articulado, cheio de símbolos e campo de lutas, sendo também resultados de ações acumuladas ao longo do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no sistema econômico atual, o espaço urbano surge e se desenvolve por e a partir da ação de agentes sociais concretos, dotados de interesses e de estratégias, não se tratando, portanto, de um espaço produzido a partir do resultado da “mão invisível do mercado”, e nem de um capital abstrato ou de qualquer ação que possa emergir fora das relações sociais (Corrêa, 1989 e 2011). Segundo Capel (1974), a cidade e o espaço em geral não pertencem aos seus habitantes e não são modelados em função de seus respectivos interesses, mas de acordo com as intenções, muitas vezes contraditórias, de uma série de agentes.

A fim de um maior aprofundamento no tema e de torná-lo mais didático, alguns autores classificaram tipos ideais de agentes responsáveis pela modelagem e pela articulação do espaço intraurbano. Nesse sentido, Corrêa, utilizando o mesmo mecanismo de análise, elenca os seguintes agentes responsáveis pela transformação da cidade: “proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os Estados e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos

como ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, *status*, etnicidade e sacralidade.” (2011, p.44)

Porém, é preciso ressaltar que a seleção dos tipos ideais é mais para fins didáticos do que para uma representação rígida da realidade, sendo um ponto de partida para demais análises. Nesse sentido, para que possamos considerar tais tipologias para análise das cidades do agronegócio, é importante adequá-las a este cenário, que possui importantes especificidades que não podem ser ignoradas. Portanto, devemos considerar que os próximos itens têm como objetivo destacar as ações mais relevantes dos principais agentes que produzem e modelam as cidades do agronegócio da BR-163 mato-grossense.

### 5.3.1. O agente do poder público

Inicialmente, devemos apontar como uma das características das cidades do agronegócio a intensa integração dos agentes em múltiplas funções de modelamento do espaço intraurbano, ou seja, um agente detém o poder de influenciar um ou mais campos, como por exemplo: é comum o proprietário de uma produção agropecuária nas cidades do agronegócio da região concentrada da soja (e talvez em outras regiões) também ocupar cargos públicos no governo municipal, estadual e federal, facilitando, desta maneira, conquistar direitos, estabelecer leis e regulações para o melhor desenvolvimento da atividade agropecuária. Isto explica a grande representatividade da bancada ruralista no congresso nacional e suas intenções. Portanto, o poder público e o poder privado nessas cidades podem muitas vezes possuir o mesmo interesse, pois são compostos praticamente pelos mesmos indivíduos, e como resultado dessa interação, os conflitos tendem a diminuir ou até mesmo desaparecer.

A ação do Estado se insere em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível, a sua atuação é diferente, mas é na esfera municipal que os interesses se tornam mais evidentes, pois a legislação garante ao poder municipal maior força de atuação no espaço urbano. A atuação deste nível vai além da implantação de serviços públicos (sistema viário, saneamento básico, educação, iluminação, água etc), atingindo uma multiplicidade de papéis que o tornam extremamente ativo tanto na divisão econômica da cidade quanto na divisão social, incluindo ações como: estabelecer o marco jurídico de produção e uso do espaço, produzir as condições de produção para outros agentes sociais, tornar-se promotor imobiliário investindo na produção de residências em determinado local para determinados grupos sociais, podendo reforçar a segregação residencial no espaço intraurbano.

Capel (1974) chama atenção para o papel subsidiário que muitas vezes o Estado desempenha ao atender às necessidades não satisfeitas pelo poder privado, sendo a construção de habitações uma das principais – visto que

é um elemento indispensável para reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, observamos claramente em Lucas do Rio Verde o aumento populacional após a chegada da cadeia de carnes, sendo esta uma população atraída para setores da indústria de pouca qualificação, ou seja, de baixa remuneração e que depende de auxílio para se fixarem na cidade.

A fim de neutralizar o déficit habitacional, mas ainda privilegiando o planejamento e a ordem da cidade, o poder público passou a investir em casas populares voltadas exclusivamente para trabalhadores da BRF, bem como no programa federal Minha Casa, Minha Vida, entregando no final de 2012 um total de 3.475 casas do programa. Mas vale ressaltar que a seleção de áreas para esse ou qualquer outro tipo ocupação do solo urbano não é realizada ao acaso, pois são cidades extremamente planejadas sob a lógica da melhor repercussão do capital, portanto, comumente bairros populares, e as “vilas operárias” estão localizadas em áreas menos valorizadas e próximas às áreas fabris.

Em suma, a atuação do Estado não é neutra, e visa a criar condições de auxílio à reprodução da sociedade capitalista, tendendo a privilegiar os interesses do segmento da classe dominante, no caso do agronegócio, desempenhando um duplo papel de agente e árbitro: agente, na medida em que deve atender às necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada, e árbitro, já que surgem conflitos e contradições entre os diversos agentes (Corrêa, 1989; e Capel, 1974).

### 5.3.2. Os agentes do poder privado

De acordo com a classificação de Corrêa (1989), os agentes que fazem parte do poder privado são os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Ao considerar o primeiro tipo, o autor faz menção principalmente às grandes indústrias e empresas, destacando-as em grandes consumidoras de espaço. As características básicas dos proprietários do meio de produção é a necessidade de terrenos amplos e baratos que possam satisfazer requisitos locacionais apropriados às suas atividades.

No entanto, a sua presença pode privilegiar uma forte especulação fundiária, gerando, entre outros efeitos, aumento no preço da terra (o que pode ocasionar conflitos com os proprietários fundiários e com os promotores imobiliários) e atingindo os salários da força de trabalho. A solução desse conflito ocorre por meio da presença junto ao Estado, como a instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho.

De fato, as indústrias ligadas à cadeia carne-grãos necessitam de amplos espaços para a sua instalação e o seu funcionamento, mas em termos de comparação podemos destacar a agroindústria de carne, no caso a BRF, como maior consumidora de grandes áreas, e também mais exigente no que se refere às normas a serem seguidas pelo município para o seu pleno funcionamento.

A BRF em Lucas do Rio Verde utiliza mais de 145 mil m<sup>2</sup> de área, que compreende um incubatório, aviários de corte, granjas de suínos multiplicadoras e terminadoras, um abatedouro de aves e outro de suínos, mais a área de industrializados, constituindo uma indústria agroalimentícia cuja planta é capaz de formar a maior cadeia carne-grãos do Brasil.

As alterações do espaço intraurbano não são apenas referentes aos novos arranjos de fixos dentro da cidade, mas também no que se refere às regras a que o espaço urbano é submetido para que essa agroindústria possa atingir o seu melhor desempenho, como por exemplo, a necessidade do isolamento da unidade feita por um cordão sanitário e a proibição de qualquer outro tipo de criação de aves no perímetro urbano a fim de evitar qualquer contaminação da produção em uma eventual epidemia aviária.

Ao produzir o próprio espaço, o proprietário do meio de produção também interfere diretamente na localização de outros usos de terras, como a localização de bairros populares mais próximos e de bairros de *status* mais afastados, a criação de zonas industriais que possam abrigar outros tipos de indústrias complementares à atividade principal (ou mesmo de outros ramos, mas que utilizam a mesma matéria-prima, no caso, os grãos) etc. Em contrapartida, os proprietários fundiários objetivam a maior renda de suas propriedades, seja nas áreas urbanas ou rurais, mas não se observa na cidade do agronegócio o intenso interesse de conversão da terra rural em urbana, pois a produção no campo é de extrema importância para o crescimento econômico.

Possivelmente, nesse tipo de cidade, teremos também a interação dos proprietários fundiários com os promotores imobiliários, pois são municípios que surgem a partir do processo da colonização privada. Portanto, as colonizadoras que detêm os estoques de terra irão capitalizar, lotear e definir padrões de construções até os dias atuais. Deve-se ressaltar que a ação dos promotores imobiliários, agindo separadamente ou não, não ocorre homogeneamente no espaço, mas de forma desigual, reforçando ainda mais a segregação residencial e, assim como os proprietários fundiários, possuem o valor de troca como objetivo no mercado.

### 5.3.3. Os agentes sociais excluídos

Corrêa (1989) destaca os agentes excluídos com forte influência no espaço intraurbano a partir da sua relação com a habitação. O autor explica que o acesso à habitação é seletivo, pois enorme parcela da população não possui condições financeiras para pagar o aluguel ou comprar um imóvel decente, e resta como possibilidade de moradia apenas os cortiços, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela.

Porém, é apenas na favela (em terrenos públicos ou privados invadidos) que encontramos grupos sociais excluídos em que realmente podemos con-

siderar um agente modelador, produzindo o próprio espaço e representando uma forma de resistência e sobrevivência às adversidades e que lutam pelo direito à cidade. Não podemos afirmar que haja de fato o processo de favelização em todas as cidades do agronegócio da região concentrada da soja. Em geral, por serem cidades novas, pequenas ou médias – o que facilita o planejamento e a intensa regulação do espaço pela Prefeitura municipal e o maior controle populacional –, não há casos disseminados de favelização.

O que podemos considerar nessa região como área de habitação para moradia de grupos sociais excluídos são os conjuntos habitacionais voltados para os trabalhadores do complexo agroindustrial e as casas populares do programa federal Minha Casa, Minha Vida, ambos construídos pelo Estado. Em virtude disto, esta população excluída não é considerada como agente modelador, pois estão vinculados e sob a lógica de um agente social (o proprietário do imóvel, o proprietário fundiário da periferia e o Estado).

Mas, em vez de grupos excluídos, poderíamos propor a criação de outro tipo de agente com maior poder de interferência nessas cidades, como os grupos migratórios, tomando como recorte os dois períodos de maior destaque: 1980 e 2000. O processo migratório interfere na organização do espaço urbano não só por estar associado ao fluxo de pessoas, mas também por estar diretamente interligado com os hábitos e costumes locais e regionais arraigados nos indivíduos, que passam a ser reproduzidos no cotidiano e materializados no espaço, podendo influenciar o dinamismo urbano, a modelagem da cidade e as relações sociais.

A população residente divide-se, basicamente, entre a pioneira e a atraída a partir do novo dinamismo da cadeia carne-grãos após os anos 2000. O pioneirismo se constituiu, como já mencionado, majoritariamente pelos gaúchos (é considerado gaúcho nesses municípios aquele que veio de qualquer estado do Sul, seja Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul), muitas vezes com estes ocupando cargos de *status* e possuindo maior poder político, econômico e social.

Podemos encontrar a cultura gaúcha como a predominante nesses espaços, construindo um imaginário e o simbolismo do “forte desbravador”, capaz de enfrentar todos os desafios para o erguimento e desenvolvimento da cidade e, portanto, digno desse ambiente. As representações são claras e bastante presentes: estátuas e monumentos espalhados por toda a cidade, nomeação de ruas e avenidas com estados e cidades da região Sul, datas comemorativas como o Dia do Gaúcho, presença do chimarrão, além dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que reproduzem os costumes da cultura em pleno território mato-grossense.

Em contrapartida, a cultura nordestina e a nortista possuem pouco espaço de atuação. Apesar de numerosas e de maior proximidade geográfica com Mato Grosso, a população migrante nordestina e nortista que chegou à cidade nos anos 2000 possui ainda pouco espaço de representação referente à

sua cultura. Podemos encontrar as escolas públicas incorporando a culinária local para a melhor adaptação dos alunos, contudo, a maior expressão da cultura típica (dança, música, culinária etc) é segregada junto aos moradores e ao bairro em que eles se localizam, em grande maioria voltados para os trabalhadores das indústrias e para uma população de baixo poder aquisitivo. Não há muitos outros incentivos públicos para a interação dessa cultura com o restante dos habitantes, marginalizando-a e tornando difícil um diálogo entre as duas (gaúcha e nordestina), gerando um afastamento entre ambas.

### **Considerações finais**

Nos anos 2000, ocorreram grandes mudanças na região concentrada da soja da BR-163 mato-grossense com a chegada da cadeia de carnes. Os municípios, antes voltados apenas para a lógica dos grãos, ao receberem as indústrias de carnes precisaram reorganizar a cidade e o campo para se ajustarem às novas exigências da cadeia, agregando novos fixos, novas funções e gerando novos fluxos.

O caso da instalação de umas das unidades da BRF em Lucas do Rio Verde exemplifica, de forma geral, de que maneira foram materializadas tais alterações no espaço. Este é um município que desde o princípio buscou em sua organização urbana e no intenso planejamento do espaço atender exclusivamente às demandas do agronegócio global, sendo essa a principal característica que essencialmente forma uma cidade do agronegócio.

Contudo, não podemos nos prender apenas à análise do local, pois essa é uma atividade intensamente articulada que extrapola a escala da cidade (local) e se expande em diversas outras (global, nacional e regional), justificando comandos, regras e tempos, muitas vezes opostos à realidade local, e afetando a organização do espaço urbano das regiões produtoras e competidoras e de toda a rede que engloba a cadeia carne-grãos.

O papel dos agentes modeladores da cidade do agronegócio define-se pela atividade das elites locais (no caso, sulistas) aliadas às grandes corporações e *tradings* em sintonia com a ordem global. Contudo, há também a presença dos grupos migratórios excluídos de origem nordestina e nortista, que também devem ser considerados como parte relevante da construção do espaço intraurbano por meio de uma relação interdependente de ambas as partes (elite local e excluídos).

Compreender o papel das cidades do agronegócio, principalmente no que tange ao processo de urbanização do Centro-Oeste, nos auxilia também a entender os jogos políticos, as novas formas de dominação e o exercício do poder segundo os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais. Os esforços realizados não se esgotam por aqui, justamente por estarmos tratando de um recente cenário de extremo dinamismo, sendo necessário o aprofundamento no tema.

### Referências

- ALVES, V. E. Barreiras (BA), Balsas (MA), Uruçui (PI): três cidades para o agronegócio. *Anais 3º Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2005.
- BAHIANA, L. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Anais da AGB*, v.XIX, 1978.
- BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, v.XI, n.245(54). Universidade de Barcelona, 1 de agosto de 2007.
- , Novas fronteiras do capital no Cerrado: cadeia carne/grãos. Conferência proferida na 63ª Reunião Anual da SBPC. Cerrado: Água, Alimento e Energia, julho de 2011.
- CAPEL, H. *Agentes modeladores do espaço urbano*. 1974.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdade socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (organização). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- , Relação campo–cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. 12º Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá: 2012.
- DELGADO, G. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2012.
- FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.33, v.1, p.5–23, janeiro–julho de 2011.
- CORRÊA, R. L. Agentes modeladores e uso do solo urbano na cidade capitalista. Colóquio Franco-Brasileiro de Geografia Urbana. União Geográfica Internacional. Rio de Janeiro, 1979.
- , *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- , Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (organização). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ROCHA, B. N. Posse da terra e diferenciação social em Lucas do Rio Verde (1970–1980). 13º Encontro de História Anpuh. Rio de Janeiro: 2008.
- SANTOS, C. D. dos. Agronegócio e reestruturação urbana e regional do oeste da Bahia. 21º Encontro de Geografia Agrária, 2012.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008.
- , *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009.
- , *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

### Israella Pires Alves Gabrig

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (Nuclamb). i.gabrig@hotmail.com

# A logística e os circuitos espaciais da produção do agronegócio: uma análise do cenário mato-grossense

Francisco Vieira da Silva

Analisando como o capital cria, incorpora e transforma os espaços produtivos, as discussões teóricas sobre a logística, entendida como a movimentação dos produtos do capital, têm ganhado grande importância como elo de fluidez na integração entre os espaços produtivos e os centros consumidores nacionais e internacionais. Essa movimentação se relativiza na configuração e reconfiguração dos espaços geográficos onde a fluidez material e imaterial torna-se fundamento para a manutenção e a ampliação da competitividade entre os agentes produtivos. No contexto da acumulação capitalista como um todo, Harvey (2006) nos coloca que o aperfeiçoamento dos transportes e da comunicação é visto como inevitável.

No cenário da produção agrícola mato-grossense, a questão logística tem sido o grande fator complicador de sua competitividade frente aos demais espaços produtivos nacionais e internacionais. Desde a década de 1970, época da incorporação do Cerrado mato-grossense à dinâmica econômica nacional e internacional, até os dias atuais, a produção agrícola vem apresentando altos índices de crescimento, tecnificação e modernização, o que não foi acompanhado pelo investimento na ampliação e na modernização das vias de escoamento da produção. Assim, buscamos como questão norteadora neste capítulo compreender como a adequação dos projetos logísticos recentes elucidará (ou tentará elucidar) os desafios enfrentados pela atual dinâmica do agronegócio mato-grossense. Ademais, temos como objetivo realizar uma análise dos cenários logísticos existentes e projetados ligados à cadeia carne-grãos mato-grossense. Tais cenários apontam para uma série de obras infraestruturais que, uma vez concretizadas, podem provocar grandes mudanças nos fluxos logísticos da produção agrícola do estado de Mato Grosso, bem como uma reconfiguração espacial produtiva que afetará outras regiões do estado e do país.

Adotamos a figura 1 como representação espacial para termos melhor entendimento da área de estudo e das discussões no trabalho. Essa figura

mostra em primeiro plano a divisão regional elaborada pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), que leva em consideração a extensão territorial dos municípios, o polo econômico formado pela influência e relação entre os municípios, o sistema de produção e a influência das rodovias federais como vias de acesso. Em segundo plano, observamos os traçados das rodovias federais que cortam o território mato-grossense e dão acesso aos principais portos e regiões consumidoras/exportadoras, dando destaque ao eixo da BR-163. Em terceiro plano, notamos que a posição centralizada do estado de Mato Grosso acaba sendo um fator complicador no acesso aos portos devido à grande distância a ser transposta.

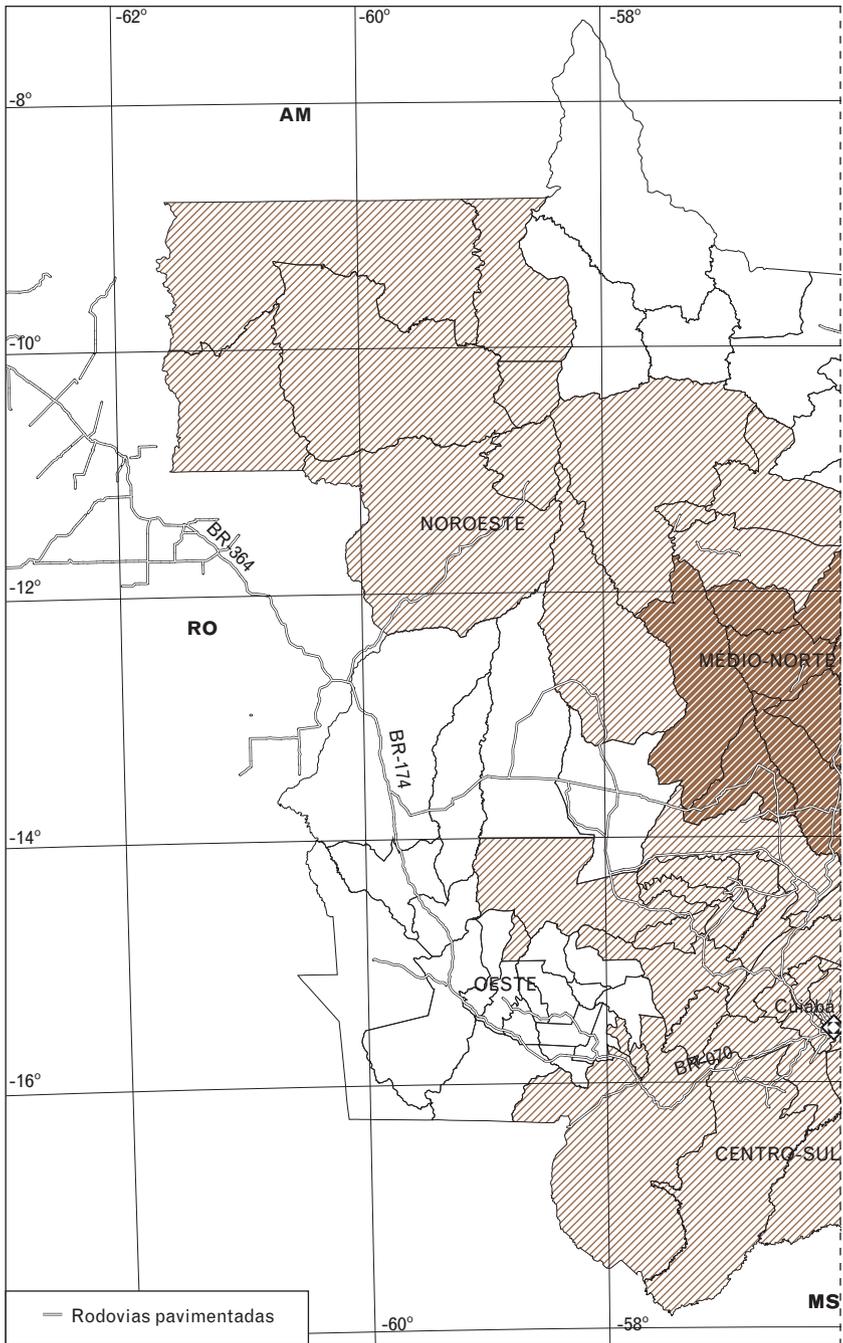
### **6.1. A logística e os circuitos espaciais produtivos**

Atualmente, o conceito de *logística* não está apenas relacionado às cadeias de controle de estoques e fluxos de materiais desde a originação dos produtos até seu destino final. Os serviços de logística tornaram-se entrelaçados de tal forma que incorporam, junto aos serviços de armazenagem, de transporte e de distribuição, todos os serviços de gerenciamento de cadeias de suprimento e de compras (Barat, 2011), arrolados em um alto grau de informatização e racionalização. A logística passa a se apresentar como uma “tática” capaz de aumentar o movimento circulatório do capital pelo território por meio de estratégias de planejamento, gestão de transportes, armazenamentos e de comunicações (Silveira, 2011), fazendo com que cada vez mais haja a necessidade da criação e da especialização de setores dentro das empresas destinadas à elaboração e à administração do fator logístico.

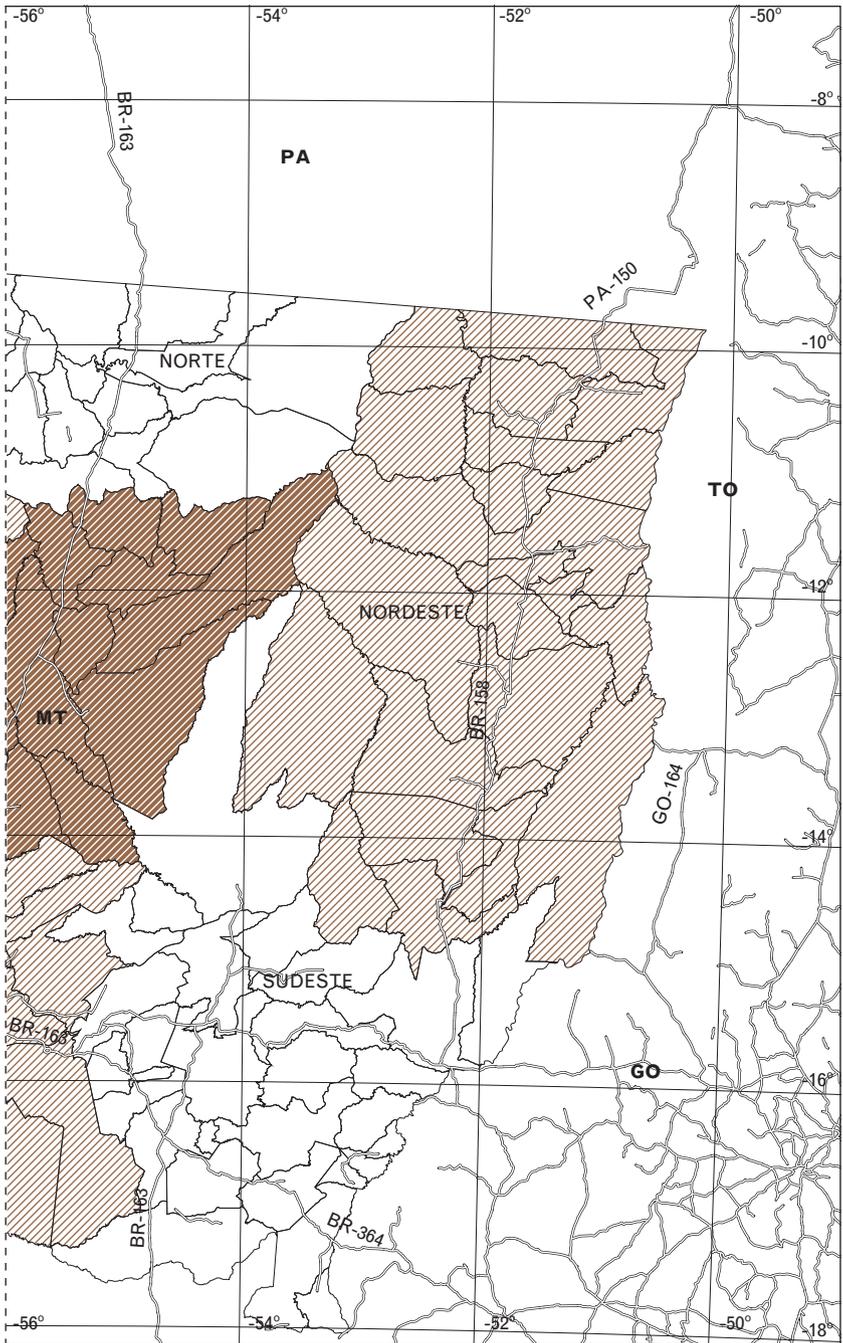
Já os circuitos espaciais da produção se definem “pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (Santos e Silveira, 2005, p.143). Essa noção de *circuito espacial produtivo*, segundo Castillo e Frederico (2010), revela a noção da *centralidade da circulação* no encadeamento das inúmeras etapas da produção (circuito); a condição territorial do espaço como uma variável ativa da (re)produção social e o enfoque da atividade produtiva dominante (produtivo). Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação a eles somados nos revelam o “uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos, e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (Santos e Silveira, 2005, p.143–144).

Com o processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996 apud Souza e Silveira, 2011), houve uma aceleração da expansão dos circuitos espaciais da produção, graças à evolução das técnicas e das normatizações aplicadas à logística, relativizando cada vez mais a questão do tempo necessário para percorrer longas distâncias, e criando, assim, sinergias mais intensas entre os mercados globais. Dessa forma, para compreendermos o funcionamento, a

Divisão regional segundo metodologia do Imea (IBGE, 2010; Imea, 2010; Seplam-MT, 2012)



Divisão regional segundo metodologia do Imea (IBGE, 2010; Imea, 2010; Seplam-MT, 2012)



regulação e o uso dos territórios, torna-se necessário captar o movimento dos circuitos espaciais da produção, bem como sua relação com os seus círculos de cooperação (Santos e Silveira, 2005; e Castillo e Frederico, 2010).

A expansão dos circuitos espaciais produtivos, por meio da mundialização do capital, tornou a gestão e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais mais complexos, fazendo das grandes corporações os agentes privilegiados da articulação entre as diversas etapas, geograficamente segmentadas da produção (Castillo e Frederico, 2010).

Nos circuitos espaciais produtivos do agronegócio mato-grossense, podemos notar o enorme peso das grandes *tradings* mundiais ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Noble, e das nacionais Amaggi, Fiagrill entre outras, que atuam desde o financiamento da produção, com a venda dos pacotes tecnológicos, compra dos grãos, secagem, armazenamento, processamento, comercialização, transporte, exportação da produção (principalmente da soja e do milho na cadeia carne-grãos mato-grossense) e na importação e fornecimento de insumos. A competitividade gerada em torno dos produtos soja e milho faz com que a logística desenvolvida por estas empresas extrapole o simples movimento material da produção e exerça sinergias cada vez mais intensas com os fluxos imateriais do capital e da informação, visando a obter vantagens sobre seus concorrentes, porém não evitando que possam criar mecanismos para se associarem em determinados segmentos, principalmente o logístico.

Frisamos que nem todos os espaços são de interesse das demandas corporativas, pelo menos não ao mesmo tempo, fomentando a ampliação e a manutenção das desigualdades regionais. A especulação e o movimento da produção acabam por manter alguns espaços como reserva de territórios que gradativamente vão sendo incorporados ao sistema produtivo, conforme o aumento da demanda ou a oportunidade que lhe é auferida. Harvey (2006) ressalta que a competição força todos os agentes econômicos a ficarem em alerta, no intuito de captar o movimento da produção e realizar uma mudança geográfica que lhes forneça vantagens sobre seus rivais. Nesse caso, a antecipação espacial acaba sendo uma estratégia das grandes corporações para garantir o controle de uma dada “organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção” (Corrêa, 2003, p.39).

Compreendendo a questão logística como expressão geográfica da circulação corporativa do capital, podemos analisar as condições materiais e o ordenamento dos fluxos que perpassam os circuitos espaciais produtivos, bem como a forma que os diversos momentos do processo produtivo são articulados pelas grandes corporações, desde escalas locais até a mundial (Castillo e Frederico, 2010), pelas ações de seus agentes. A globalização resultou na transformação dos espaços nacionais em espaços da economia internacional e na inserção das grandes corporações na constituição e exacerbação das especializações produtivas.

## **6.2. A formação dos circuitos produtivos do agronegócio mato-grossense**

A integração do mercado doméstico brasileiro ocorreu desde a década de 1940, por meio de elevados investimentos no modal rodoviário construindo, a partir de então, uma extensa rede viária responsável pela incorporação e pelo desenvolvimento de áreas que até o momento fugiam à lógica do capital (Souza e Silveira, 2011). Devido à grande extensão territorial do Brasil, esse modal acabou sendo o que conseguiu incorporar e ligar novos espaços produtivos ao mercado interno e externo de uma forma mais rápida.

A inserção do estado de Mato Grosso nesses mercados deu-se principalmente a partir de 1970, com a implantação de uma série de projetos na forma de programas de desenvolvimento e de colonização, dentre os quais destacamos:

– Plano de Integração Nacional (PIN, 1970), responsável pela construção dos trechos das rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso (BR-163, trecho Cuiabá–Santarém; BR-364, trecho Cuiabá–Porto Velho; BR-070, trecho rio Araguaia–Cuiabá; BR-080, trecho rio Araguaia–Cachimbo; BR-158, trecho Barra do Garças–São Félix do Araguaia; e BR-174, trecho de Cáceres até a fronteira com Rondônia).

– Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste, 1971), que, junto com o programa Corredores de Exportação (CorExport, 1971), tinha como principal objetivo viabilizar o acesso da região aos quatro principais portos do Sul e Sudeste – Porto de Tubarão (ES), Porto de Santos (SP), Porto de Paranaguá (PR) e Porto do Rio Grande (RS).

– Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro, 1975), que se incumbiu de incorporar o Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional (Moreno, 2005).

Dentre os programas de colonização, destacamos o Programa Especial de Assentamento (PEA-Lucas do Rio Verde), implantado pelo Governo Federal, que deu origem ao município de Lucas do Rio Verde em 1988; e os programas particulares que deram origem aos municípios de Sinop, em 1972, com a Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná; a Nova Mutum, em 1988, com a Empresa Mutum Agropecuária; além de Sorriso, implantado em 1986 pela Colonizadora Sorriso Feliz Ltda (Moreno, 2005).

Simultaneamente à implantação desses programas, houve o processo de modernização da agricultura por intermédio de um conjunto de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas trazidas pelos programas Prodecer (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado), em 1974 e Polocentro (Moreno, 2005). A abertura econômica ocorrida na década de 1990 possibilitou a entrada direta do capital internacional no processo de produção agrícola brasileiro e mato-grossense por meio das empresas

multinacionais do agronegócio, acelerando seu ritmo de crescimento e desenvolvimento tecnológico.

Com a rápida difusão de novas tecnologias e de capital, esses municípios se desenvolveram ao longo do eixo da BR-163 e se transformaram em grandes produtores agrícolas (de soja, milho e algodão, principalmente), sendo classificados por Bernardes (2006) como uma região de área consolidada de produção sojifera na região médio-norte mato-grossense. Somam-se a essa importância os municípios de Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde na região sudeste do estado; Campo Novo do Parecis e Sapezal na região oeste; e Querência no nordeste.

Nesses municípios, conseguimos observar no processo de configuração dos circuitos espaciais produtivos do agronegócio mato-grossense a presença e a ação dos seguintes agentes:

– O produtor individual, refém muitas vezes da ação das grandes *tradings* no processo de financiamento, processamento e exportação.

– Os grandes grupos nacionais produtores, que se articulam, sendo detentores de grande parcela do espaço produtivo e responsáveis pela geração de um grande volume de produto.

– As *tradings*, atuando nos processos de financiamento da produção por meio da venda dos pacotes, na comercialização da produção, no processamento ou não da produção, no transporte, no armazenamento, na exportação dos produtos e na importação de insumos.

– Os bancos, atuando principalmente no financiamento de parte da produção e na aquisição de implementos.

– As empresas fornecedoras de insumos, fertilizantes e defensivos, muitas vezes associadas às *tradings*.

– As entidades de pesquisa nacionais e internacionais, atuando no melhoramento genético de cultivares e na formulação de novas técnicas de controle e manejo de pragas e doenças.

– As empresas de transporte especializado.

– O mercado consumidor interno e externo, responsável pela geração das demandas dos produtos.

– O Estado, articulador de políticas e responsável direto pela manutenção das vias de fluxos materiais e imateriais.

Esses agentes se tornam os principais responsáveis pela ampliação de dinâmica dos círculos de cooperação do circuito produtivo.

**Tabela 1**

Produção de soja e milho na safra 2012–2013, em Mato Grosso, segundo regiões do Imea

Regiões do Imea	Soja	%	Milho	%	Total soja/milho	Total (%)
Noroeste	1.445.343t	6,1%	976.144t	4,3%	<b>2.421.487t</b>	<b>5,2%</b>
Norte	319.253t	1,3%	240.677t	1,1%	<b>559.930t</b>	<b>1,2%</b>
Nordeste	3.169.182t	13,4%	1.416.197t	6,3%	<b>4.585.379t</b>	<b>9,9%</b>
Médio-norte	8.701.984t	36,8%	11.624.529t	51,6%	<b>20.326.513t</b>	<b>44,0%</b>
Oeste	3.124.463t	13,2%	2.198.871t	9,8%	<b>5.323.334t</b>	<b>11,5%</b>
Centro-sul	1.749.994t	7,4%	1.290.781t	5,7%	<b>3.040.775t</b>	<b>6,6%</b>
Sudeste	5.150.277t	21,8%	4.791.525t	21,3%	<b>9.941.802t</b>	<b>21,5%</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>23.660.496t</b>	<b>100%</b>	<b>22.538.724t</b>	<b>100%</b>	<b>46.199.220t</b>	<b>100%</b>

Imea, 2014a e 2014b

### 6.2.1. A produção agrícola mato-grossense: números que precisam ser transportados

De acordo com os dados do levantamento sistemático da produção agrícola realizado pelo IBGE (2013), a produção agrícola brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas totalizou um montante de 183,3 milhões de toneladas na safra 2012–2013, registrando um aumento de 13,1% em relação à safra 2011–2012. Destes, a soja, com uma produção de 82,9 milhões de toneladas, o milho, com 74,2 milhões, e o arroz, com 11,9 milhões, corresponderam a 92,1% do total da produção, e a 85,2% da área colhida. O estado de Mato Grosso lidera a produção nacional de grãos com 23,4% do total, seguido pelo Paraná (20,2%) e pelo Rio Grande do Sul (15,8%), que, somados, representam 59,4% do total.

Segundo dados do Imea, na safra 2012–2013, Mato Grosso produziu, considerando soja e milho, quase 46,2 milhões de toneladas, conforme podemos observar na tabela 1. Desse total, a região médio-norte correspondeu a 44%, sendo responsável por 36,8% da produção de soja e por 51,6% do total de milho. Destacamos, nessa região, os municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, no eixo da BR-163, conforme a figura 1, onde foi instalado um grande projeto da cadeia carne–grãos liderado pela BRF.

A região sudeste de Mato Grosso representou 21,5% dessa produção, com destaque para os municípios de Primavera do Leste e Campo Verde no eixo da BR-070 e Itiquira no eixo da BR-163. A região oeste participou com 11,5%, com destaque para os municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal

**Tabela 2**

Exportação mato-grossense de soja e milho em grãos por porto (2013)

<b>Portos</b>	<b>Soja</b>	<b>Milho</b>	<b>Total</b>
Santos (SP)	7.129.285t	8.938.146t	<b>16.067.431t</b>
Vitória (ES)	1.158.923t	1.898.413t	<b>3.057.336t</b>
Paranaguá (PR)	1.222.305t	1.220.538t	<b>2.442.843t</b>
São Francisco do Sul (SC)	551.615t	1.372.110t	<b>1.923.725t</b>
Santarém (PA)	660.279t	1.141.093t	<b>1.801.372t</b>
Manaus (AM)	946.431t	830.432t	<b>1.776.863t</b>
São Luís (MA)	536.538t	256.385t	<b>792.923t</b>
Rio Grande (RS)	83.000t	...	<b>83.000t</b>
Outros	7.121t	7.616t	<b>14.737t</b>
Assis (AC)	...	2.995t	<b>2.995t</b>
Guarajá Mirim (RO)	...	1.165t	<b>1.165t</b>
<b>Total</b>	<b>12.295.497t</b>	<b>15.668.893t</b>	<b>27.964.390t</b>

Imea, 2014a e 2014b

nos eixos da BR-174 e da BR-364. Já a região nordeste totalizou 9,9%, com destaque para o município de Querência na área de influência da BR-158.

Na tabela 2, observamos o volume total da exportação de soja e milho de Mato Grosso, na forma de grãos, por portos em 2013. Foram exportadas cerca de 27,9 milhões de toneladas (60,5%), tendo sido a soja responsável por 51,9%, e o milho, por 69,5% do total produzido no estado. Os principais destinos da soja mato-grossense foram a China (72,7%), a Espanha (4,3%) e a Holanda (4%). Do complexo da soja, foram exportados no período 3,87 milhões de toneladas de farelo e 370 mil toneladas de óleo de soja. Já o milho teve como principais destinos a Coreia do Sul (13,0%), o Japão (12,7%), o Irã (9,2%) e o Egito (6%).

Neste mesmo período, os maiores volumes de soja e milho mato-grossenses foram exportados pelo Porto de Santos, envolvendo 57,4% do total, seguido pelos portos de Vitória (10,9%) e Paranaguá (8,7%). Os portos da região Norte representaram um volume de exportação de 15,4% do total, sendo Santarém responsável por 6,4%, Manaus por 6,3% e São Luís por 2,8%.

Cabe destacar que, na safra 2013–2014, o estado de Mato Grosso produziu aproximadamente 26,3 milhões de toneladas de soja (Imea, 2015a) – 14,2 milhões de toneladas (54%) tendo sido exportadas na forma de grãos.

Dentre os portos, Santos continuou sendo o de maior movimentação no volume da soja exportada, com 50,6% do total. Podemos notar o aumento na participação dos portos da região Norte nesse período, que representaram 18,6% no volume total de soja exportada. O início do uso do terminal portuário de Barcarena (PA) representou 4,4% desse total.

Porém, o grande crescimento da produção agrícola mato-grossense revelou ainda maior deficiência no setor logístico, que não acompanhou os avanços da produção. Em sua análise da questão logística, Barat (2011) constatou que o rápido avanço da globalização e a ampliação dos circuitos produtivos revelaram uma série de deficiências infraestruturais que não conseguiram acompanhar o rápido crescimento da produção, atuando como verdadeiros “gargalos” que diminuem a intensidade dos fluxos entre os circuitos produtivos.

Isso exige um grande esforço por parte dos governos e das empresas para sanar tais deficiências, que atingem principalmente as condições de armazenamento da produção; as condições de manutenção e conservação da malha rodoviária federal; a necessidade de ampliação da malha ferroviária, interligando as regiões produtoras aos canais de escoamento; a demanda de investimento em hidrovias e aumento da capacidade de operações portuárias.

### **6.3. As principais deficiências dos fluxos logísticos do agronegócio mato-grossense: armazenagem e transporte**

Os baixos investimentos e a falta de políticas públicas efetivas nos setores de secagem, armazenagem, de vias e modais de transportes acabaram por fazer desses fatores os grandes “gargalos” do processo de exportação e importação de produtos e insumos destinados à manutenção e à ampliação dos circuitos produtivos do agronegócio mato-grossense.

#### **6.3.1. A capacidade estática de armazenagem em Mato Grosso**

Uma das deficiências logísticas reveladas pelo crescimento da produção agrícola está no setor de secagem e armazenagem dos grãos. Atualmente, o estado de Mato Grosso conta com uma capacidade estática de armazenagem, entre unidades convencionais e granéis, de aproximadamente 29,5 milhões de toneladas, de acordo com a Conab (2014), distribuídas por 89 municípios. Na tabela 3, notamos que dez municípios apresentam uma capacidade instalada de armazenagem de 16,98 milhões de toneladas, correspondendo a 57,4% da capacidade do estado, localizados nas regiões Médio-norte, Centro-sul, Oeste e Sul.

Conforme já observado nos dados da tabela 1, somente a produção de soja e milho correspondeu a mais de 46,1 milhões de toneladas, provocando um déficit direto de cerca de 16,5 milhões de toneladas no setor de armazenagem. Pela dinâmica do fluxo logístico, não parece um déficit tão grande,

**Tabela 3**

Capacidade estática de armazenagem em Mato Grosso

<b>Município</b>	<b>Região Imea</b>	<b>Convencional</b>	<b>Granel</b>	<b>Total</b>
Sorriso	Médio-norte	111.163t	3.622.953t	<b>3.734.116t</b>
Primavera do Leste	Sudeste	109.379t	2.226.475t	<b>2.335.854t</b>
Campo Novo do Parecis	Oeste	102.639t	1.650.231t	<b>1.752.870t</b>
Sapezal	Oeste	81.484t	1.567.480t	<b>1.648.964t</b>
Lucas do Rio Verde	Médio-norte	102.904t	1.487.675t	<b>1.590.579t</b>
Nova Mutum	Médio-norte	52.792t	1.362.274t	<b>1.415.066t</b>
Sinop	Médio-norte	...	1.336.496t	<b>1.336.496t</b>
Rondonópolis	Sudeste	219.682t	975.641t	<b>1.195.323t</b>
Diamantino	Centro-sul	80.617t	928.481t	<b>1.009.098t</b>
Campo Verde	Sudeste	108.557t	859.858t	<b>968.415t</b>
Outros	...	1.231.876t	11.370.645t	<b>12.602.521t</b>
<b>Total</b>		<b>2.201.093t</b>	<b>27.388.209t</b>	<b>29.589.302t</b>

Conab (2014); e Imea (2014a e 2014b)

porém temos de levar em conta que não são todos os armazéns que estão aptos para receber os produtos, por estarem sem manutenção adequada, não apresentarem unidades secadoras para manutenção da umidade do grão, estarem distantes das grandes regiões produtoras, além de terem outros produtos armazenados como arroz, feijão, girassol, sorgo e os estoques anteriores de soja e de milho. No primeiro semestre de 2013, havia um estoque de 6,09 milhões de toneladas de produtos nos armazéns de Mato Grosso (dados da pesquisa do IBGE). Desse volume estocado, a soja correspondia a 2,78 milhões de toneladas, e o milho, a 2,91. No segundo semestre, o volume estocado ficou em 2,27 milhões de toneladas – 202,4 mil toneladas de soja e 1,89 milhões de milho.

A composição desses valores aponta a dinâmica dos fluxos logísticos materiais que tem de ser adotada para que os riscos de perdas por falta de armazenagem sejam anulados ou minimizados. Alguns problemas na hora da colheita, como excesso de chuvas, secagem dos grãos, estocagem, comercialização, demanda de mercado, transporte ou transbordo nos portos, acabam por criar um descompasso nesse processo.

De acordo com o calendário agrícola mato-grossense, o plantio da soja e do milho de primeira safra começa nos meses de outubro, novembro e dezembro, sendo a colheita realizada em fevereiro, março e abril. Nos meses de

colheita dos produtos de primeira safra, algumas unidades armazenadoras chegam a 100% de sua capacidade com a estocagem da soja. Até os meses de junho e julho, 50% da soja tem que ser escoada, pois começa a colheita do milho, segunda safra, completando novamente a capacidade dos armazéns. De outubro a dezembro, todo esse volume de soja e milho armazenado deve ser comercializado, para dar continuidade ao ciclo na safra seguinte (Morceli, 2012).

Uma alternativa que vem sendo utilizada por alguns produtores é a utilização de silos descartáveis de lona ou borracha (silo *bags*), que podem proteger a safra no campo por até seis meses, porém a um custo sem maquinário que pode chegar até R\$0,50 por saca (Peres, 2013). Outros optam por deixar o milho em “montanhas” a céu aberto, ao lado dos armazéns, até que haja liberação de espaço.

### 6.3.2. O escoamento da produção

O modal rodoviário adotado como matriz do transporte da produção mato-grossense apresenta-se como a principal deficiência logística deste circuito produtivo, uma vez que é altamente oneroso. Geograficamente, o Estado encontra-se distante dos portos, o que faz com que o custo do frete e as distâncias a serem percorridas pelos produtos criem uma desvantagem competitiva perante outros centros produtores nacionais e internacionais.

Na tabela 4, podemos observar o valor dos fretes rodoviários, a origem, o destino e a distância a ser percorrida para que os grãos possam chegar aos principais portos e terminais de transbordo e exportação. Neste caso, escolhemos a soja granel como produto de cotação. Com base nos dados apresentados, constata-se que a distância média entre a região médio-norte e os portos do Sul e Sudeste do país é de mais 2.000km, e o preço médio do frete fica em torno de R\$290,00 por tonelada. No estado do Paraná, o custo do frete fica em torno de R\$85,00 por tonelada, em uma distância de 571km entre Araruna e Paranaguá.

Outro problema encontrado nesse modal é a precariedade em que se encontra o estado de manutenção e conservação das rodovias utilizadas. No estado de Mato Grosso, há atualmente poucos quilômetros de rodovias duplicadas, além da péssima condição de conservação, que, somada ao sobrepeso com que os caminhões trafegam, acaba causando picos de lentidão, congestionamentos e até acidentes.

A chegada dos terminais ferroviários ao Mato Grosso nos anos 2000 também não resolveu os problemas dos gargalos logísticos, seja porque a demanda pelo transporte cresce mais do que a capacidade de armazenamento, transbordo e escoamento, seja porque o tempo e o preço do frete ferroviário ainda não são competitivos por estarem nas mãos de grupos privados e de *tradings*.

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado

**Tabela 4**

Preço por tonelada, destino e distância do frete rodoviário de soja granel de Mato Grosso até os principais portos e terminais de transbordo

<b>Origem</b>	<b>Região Imea</b>	<b>Destino</b>	<b>Distância</b>	<b>Valor</b>
Diamantino	Centro-sul	Santos (SP)	≈1.876km	R\$280,00
Diamantino	Centro-sul	Rondonópolis (MT)	≈533km	R\$140,00
Cláudia	Médio-norte	Paranaguá (PR)	≈2.366km	R\$285,00
Ipiranga do Norte	Médio-norte	Santos (SP)	≈2.054km	R\$300,00
Lucas do Rio Verde	Médio-norte	Paranaguá (PR)	≈2.133km	R\$260,00
Nova Mutum	Médio-norte	São Francisco do Sul (SC)	≈2.112km	R\$270,00
Nova Mutum	Médio-norte	Santos (SP)	≈1.874km	R\$275,00
Santa Carmem	Médio-norte	Rondonópolis (MT)	≈730km	R\$145,00
Sinop	Médio-norte	Santarém (PA)	≈1.294km	R\$250,00
Sorriso	Médio-norte	Santos (SP)	≈2.014km	R\$300,00
Sorriso	Médio-norte	Alto Araguaia (MT)	≈818km	R\$135,00
Sorriso	Médio-norte	Rondonópolis (MT)	≈615km	R\$95,00
União do Sul	Médio-norte	Santos (SP)	≈2.274km	R\$330,00
Vera	Médio-norte	Santos (SP)	≈2.078km	R\$300,00
Confresa	Nordeste	Colinas do Tocantins (TO)	≈638km	R\$160,00
Querência	Nordeste	Santos (SP)	≈1.799km	R\$235,00
Querência	Nordeste	Alto Araguaia (MT)	≈680km	R\$110,00
Campo Novo do Parecis	Oeste	Santos (SP)	≈2.008km	R\$310,00
Campo Verde	Sudeste	São Francisco do Sul (SC)	≈1.795km	R\$215,00
Campo Verde	Sudeste	Santos (SP)	≈1.537km	R\$225,00
Campo Verde	Sudeste	Paranaguá (PR)	≈1.720km	R\$210,00
Itiquira	Sudeste	Santos (SP)	≈1.428km	R\$190,00

FreteBras (2014)

de Mato Grosso (Aprosoja) e do Movimento Pró-Logística, Carlos Fávoro, salienta em reportagem que os produtores que decidem negociar o transporte de suas cargas diretamente com a empresa ferroviária encontram um preço muitas vezes acima do praticado pelo transporte rodoviário – cerca de 5% a mais. Outro fator negativo está na forma como as grandes *tradings* agem, pois praticamente toda a produção do estado que se destina à exportação tem de passar pelas mesmas. Essas empresas têm um contrato de transporte ferroviário com a ALL com um preço competitivo, mas quando ela negocia o transporte com o produtor, seus cálculos são realizados tomando como referência o frete rodoviário, o que, segundo Fávoro, faz com o valor desse frete chegue a 95% do rodoviário. A não transparência dessas regras torna os produtores reféns dessa situação (“Trem cobra mais caro do que caminhão, afirma produtor”, 2012).

Se comparadas com outros países, as diferenças entre valores são ainda maiores. Na Argentina, onde 80% da safra é escoada por caminhões, o valor médio do frete gira em torno dos US\$45,00, pois praticamente todas as grandes áreas de lavoura estão a uma média de 400km dos portos. Nos Estados Unidos, onde a principal matriz do transporte da produção de soja é a hidroviária, o custo por tonelada de soja varia em torno dos US\$35,00 (“Frete no leste mato-grossense custa três vezes mais que nos EUA”, 2013). Considerando tais parâmetros, há uma cobrança pela melhoria das condições logísticas tanto materiais quanto regulatórias para o escoamento da safra mato-grossense.

A expectativa da superação dessas deficiências nos cria uma série de cenários que, uma vez que sejam concretizados, alterarão a ordem dos fluxos estabelecidos até então, trazendo um grande reordenamento espacial da logística das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

#### **6.4. Os “novos caminhos” da logística em Mato Grosso: solução ou novos problemas?**

Visando à diminuição e à extinção dos gargalos logísticos no processo de escoamento da produção agrícola mato-grossense, duas grandes obras de infraestrutura têm tido um grande destaque pelas alterações que provocarão na atual dinâmica espacial do escoamento da safra:

– A conclusão da pavimentação do trecho paraense da BR-163 até Santarém (PA), ou pelo menos até o acesso a Miritituba (PA).

– A construção da Ferrovia da Integração do Centro Oeste (Fico), que ligará Lucas do Rio Verde (MT) a Campinorte (GO), fazendo a integração ferroviária com a ferrovia Norte-Sul, com acesso aos portos de Itaquí (MA) e Barcarena (PA) e ao porto de Ilhéus (BA) por meio da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol).

#### 6.4.1. BR-163: entre Cuiabá e Santarém aparece Miritituba

A conclusão do asfaltamento do trecho da BR-163 entre Cuiabá e Santarém é uma obra que vem sendo aguardada há muito tempo e que agora parece estar próxima de seu término. Essa obra faz parte de um importante corredor de exportação e importação de produtos via região Norte, onde a cidade de Santarém seria um importante entreposto portuário, tanto que a *trading* Cargill se antecipou à conclusão da obra e construiu, em 2003, um terminal de transbordo de grãos com capacidade de movimentar até 5 milhões de toneladas por ano, efetuando uma antecipação geográfica ante seus concorrentes. Porém, a conclusão e a manutenção do asfaltamento não se concretizaram no tempo estipulado. Nesse período, um fato que pode modificar esse cenário é a implantação de terminais portuários no distrito de Miritituba, no município de Itaituba (PA), 300km antes de Santarém, no sentido Cuiabá-Santarém, aproveitando o leito navegável do rio Tapajós. Segundo estudos da Credit Suisse (2013), para a finalização do asfaltamento da BR-163 até Santarém faltam aproximadamente 300km, e metade deste trecho está entre Itaituba e Santarém. Para que o asfalto chegue ao distrito de Miritituba, faltam apenas 150km. Isso fez com que as *tradings* descobrissem o potencial portuário do distrito, que seria a nova ligação com os portos do litoral do Pará (Vila do Conde) e Amapá (Santana), que já começaram a receber investimentos para suas ampliações.

Segundo Barros (2014), em Miritituba está se configurando um novo mosaico logístico com a instalação de terminais de sete empresas que já compraram lotes na região, visando a garantir o controle e a expansão de seus espaços de atuação: Companhia Docas do Pará, Cianport (*joint venture* de Fiagril e Agrosoja), Bunge, Hidrovias do Brasil (empresa da P2 Brasil, *joint venture* da Pátria Investimentos e Promon), Unirios, Cargill e Reicon. A falta de áreas em Miritituba provoca uma especulação na busca de novas áreas propícias para a instalação de terminais nas margens do rio Tapajós. Ainda segundo Barros (2014), há outras empresas buscando parcerias de serviços e áreas para a instalação de terminais como a ADM, Louis Dreyfus e a Multi-grain, controlada pela Mitsui.

Estimava-se que, com a implantação desses terminais, a capacidade de exportação de grãos pela região Norte chegasse a 5 milhões de toneladas em 2014, se elevasse a 8,5 milhões em 2015, atingisse 15,5 milhões em 2016 e, em 2020, alcançasse um total de 27,5 milhões de toneladas (Credit Suisse, 2013). Como a maioria desses terminais será especializada na exportação de grãos e na importação de insumos, fertilizantes principalmente, haveria uma grande redução na demanda nos portos das regiões Sul e Sudeste, reduzindo assim, em tese, os gargalos logísticos existentes; porém mantendo-se o controle do fluxo logístico com as grandes *tradings*.

#### 6.4.2. Fico: a ferrovia da integração Centro-Oeste

A construção da Fico é outra obra de infraestrutura logística que é aguardada para a melhoria das condições e da competitividade da produção agrícola, principalmente das regiões médio-norte e nordeste mato-grossenses. Embora os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental já estejam prontos e o Tribunal de Contas da União tenha liberado a obra para licitação, o governo brasileiro ainda estuda, no entanto, mudanças no edital na tentativa de atrair mais investidores.

Com uma extensão de 1.040km e orçado em R\$5,4 bilhões, o trecho ligando Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT), passando pela região do Araguaia, configura-se como uma importante via de escoamento da produção e importação de insumos, com uma previsão de movimentar mais de 20 milhões de toneladas de produtos por ano.

A Fico integra um conjunto de redes ferroviárias que ligará Mato Grosso aos principais portos do país, facilitando a exportação e a importação de produtos, além de reduzir os gargalos existentes nos portos do Sul e do Sudeste. Em Campinorte (GO), a Fico integrará a linha férrea Norte-Sul, dando acesso aos portos de Vila do Conde (PA) e Itaqui (MA) ao Norte. No município de Figueirópolis (TO), a Norte-Sul se interliga com a Fiol, dando acesso ao porto de Ilhéus (BA). Ainda segundo a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias SA, existem projetos futuros para estender a linha Norte-Sul aos portos de Itajaí (SC) e Rio Grande (RS), e a extensão da Fico até o Peru, passando por Vilhena e Porto Velho em Rondônia, formando um corredor logístico transcontinental ligando o oceano Atlântico ao Pacífico.

Ainda que o investimento no modal ferroviário seja visto como uma solução para a diminuição dos gargalos logísticos, deve-se ressaltar que o investimento em infraestrutura é apenas uma parte da questão logística. A falta de políticas regulatórias eficientes por parte do Estado acaba por deixar o controle desse modal por parte de grandes empresas e *tradings*. Castillo (2007) destaca que os investimentos em infraestrutura no Brasil, principalmente na área dos transportes, feitos por meio de privatizações, concessões e parcerias público-privadas, têm se tornado grandes negócios para poucas empresas que definem os investimentos conforme seus interesses corporativos, disfarçados de discursos de desenvolvimento econômico que beneficiam toda a população.

### 6.4.3. Outras possibilidades logísticas

Outros importantes projetos de obras em infraestrutura que visam à diminuição dos gargalos logísticos e à ampliação da competitividade dos circuitos produtivos do agronegócio mato-grossense são a duplicação de trechos da BR-163 e BR-364 entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto do Gil; a viabilização das hidrovias do Teles Pires–Tapajós e do Araguaia–Tocantins; a extensão da ALL-Ferronorte até Cuiabá; a pavimentação do trecho restante da BR-158, chegando a Marabá, no Pará; a implantação da BR-242 entre Sorriso e a BR-158; e a estruturação dos portos do Norte – Vila do Conde (PA) – e Nordeste – Itaqui (MA) – do país. A seguir, os itens serão discorridos.

A duplicação de trechos da BR-163 e da BR-364 entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto do Gil, iniciada em 2011 e com previsão de término em 2014, encontra-se atrasada. Apenas o trecho da Serra de São Vicente, entre Rondonópolis e Cuiabá, está terminado; o trecho entre Rondonópolis e Jaciara, de 70km de extensão, teve suas obras começadas apenas em 2013. Ainda em 2013, a construtora Odebrecht venceu uma licitação que lhe deu a concessão para as obras e a exploração de 855km da BR-163, indo da divisa com o estado de Mato Grosso do Sul até o município de Sinop, em Mato Grosso.

Foram realizados estudos de viabilidade econômica, social e ambiental entre as hidrovias, mas até o momento não há nada de concreto. No rio Teles Pires, estão sendo construídas quatro usinas hidrelétricas, uma em Sinop, uma em Colíder e outras duas em Paranaíta, porém em suas obras não estão incluídas as eclusas necessárias para a navegação.

A extensão da ferrovia ALL-Ferronorte até Cuiabá ainda é pouco provável. Em um trecho de aproximadamente 270km entre Alto Taquari e Rondonópolis, há quatro terminais da ALL (Alto Taquari, Alto Araguaia, Itiquira e Rondonópolis), e o custo de operação desses terminais muito próximos pode deixar alguns ociosos.

Por fim, o trecho de pavimentação da BR-158 está previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já a pavimentação da BR-242 está atrasada. As obras de ampliação dos portos do Norte e do Nordeste do país estão sendo realizadas pelas *tradings*.

### **Considerações finais**

Ao término deste breve artigo, podemos constatar que as alterações na infraestrutura logística, ainda em curso, propostas principalmente para o estado de Mato Grosso, podem gerar uma grande alteração dos atuais fluxos logísticos.

As saídas em direção ao Norte e ao Nordeste do país podem provocar a diminuição dos atuais “gargalos” logísticos existente nas regiões Sul e Sudeste. Porém, os reflexos dessas alterações não ficam restritos somente ao número de veículos e à quantidade de produtos exportados e importados, mas também se dão nas questões socioeconômicas e ambientais dessas regiões, e esse processo pode levar a uma nova configuração espacial produtiva do território brasileiro.

Se estas obras logísticas vão de fato resolver os problemas de escoamento da produção agrícola mato-grossense, sobretudo na questão dos preços dos fretes pagos pelos produtores, isto ainda não está suficientemente claro, pois, como se pode observar, o atual acordo entre as *tradings* e a ALL acabou por não revelar os benefícios da implantação do modal ferroviário no estado. Com a implantação da Fico isto será diferente?

Um importante fator a destacar é o fato de quase todos os terminais de transbordo existentes – e os que vão ser construídos – nos novos trechos ferroviários, hidrovias e portuários estarem nas mãos das grandes *tradings* do agronegócio, o que faz com que praticamente toda a produção que vai ser exportada tenha de passar por essas empresas, deixando o produtor à mercê de seus custos.

Assim, a compreensão da questão logística no estado de Mato Grosso passa pela percepção de como a dinâmica das grandes corporações capitalistas configura, reconfigura e incorpora novos territórios ao sistema produtivo. Os resultados desse processo podem acabar por modificar, ampliar e redimensionar as relações espaciais existentes, mantendo o atual modelo de gestão.

## Referências

- BARAT, J. Infraestruturas de logística e transporte: análise e perspectivas. In: SILVEIRA, M. R. (organização). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BARROS, B. Tapajós inverte fluxo de exportação de grãos. *Valor Econômico*. São Paulo: 25 de fevereiro de 2014. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/3442344/tapajos-inverte-fluxo-de-exportacao-de-graos>. Acesso em 26 de fevereiro de 2014.
- BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. de L. *Geografia da soja: BR-163 fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006.
- CASTILLO, R. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expansão da agricultura científica globalizada. *Revista da ANPEGE*, v.3, p.33–43, 2007. Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=432476>. Acesso em 3 de junho de 2015.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade e Natureza*, n.22, p.461–474, Uberlândia, dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2013.
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Mapa da capacidade estática. Disponível em <http://sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (organização). *Geografia: conceitos e temas*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CREDIT SUISSE. BR-163: onde passa um boi, passa uma boiada. Relatório de gestão CSHHG performance FIA, 29 de novembro de 2013. Disponível em [https://www.cshg.com.br/site/publico/download/fundos/relatorios\\_noticias/relatorio\\_gestao/13\\_11/unique.pdf](https://www.cshg.com.br/site/publico/download/fundos/relatorios_noticias/relatorio_gestao/13_11/unique.pdf). Acesso em 10 de janeiro de 2014.
- FRETEBRAS. Plataforma online para divulgação de fretes. Disponível em <http://www.fretebras.com.br/fretes/carga-de-mt/>. Vários acessos 2014.
- FRETE no leste mato-grossense custa três vezes mais que nos EUA. *Diário de Cuiabá*, Economia, Cuiabá, n.3607, 24 de maio de 2013. Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=432340>. Acesso em 14 de janeiro de 2014.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*, 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Malha municipal de Mato Grosso 2010*. Disponível em [ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas\\_digitais/municipio\\_2010/mt/](ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2010/mt/). Acesso em 3 de outubro de 2013.
- , *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*, v.26, n.1, janeiro de 2013. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Levantamento\\_Sistematico\\_da\\_Producao\\_Agricola\\_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2013/lspa\\_201301.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2013/lspa_201301.pdf). Acesso em 5 de outubro de 2013.
- IMEA, Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola. *Mapa de macrorregiões do IMEA*, 11 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/justificativamapa.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2013.
- , *Boletim semanal – Milho-Análise*, n.286, 17 de janeiro de 2014a. Disponível em [http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403\\_2014\\_01\\_17\\_BSMilho.pdf](http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403_2014_01_17_BSMilho.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2014.
- , *Boletim semanal – Soja-Análise*, n.286, 17 de janeiro de 2014b. Disponível em [http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R404\\_2014\\_01\\_17\\_BSSoja.pdf](http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R404_2014_01_17_BSSoja.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2014.
- , *Boletim semanal – Soja-Análise*, n.337, 23 de janeiro de 2015a. Disponível em [http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R404\\_2015\\_01\\_23\\_BSSoja.pdf](http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R404_2015_01_23_BSSoja.pdf). Acesso em 8 de maio de 2015.
- , *Boletim semanal – Milho-Análise*, n.337, 23 de janeiro de 2015b. Disponível em [http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403\\_2015\\_01\\_23\\_BSMilho.pdf](http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403_2015_01_23_BSMilho.pdf). Acesso em 8 de maio de 2015.
- INFRAESTRUTURA ruim atrapalha escoamento de grãos em MT, *Repórter MT*, Cuiabá, 19 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.reportermt.com.br/cidades/infraestrutura-ruim-atrapalha-escoamento-de-graos-em-mt/31610>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

- MORCELI, P. Armazenagem de grãos na propriedade rural: análise para os casos de milho e soja. 6º Congresso Brasileiro de Soja. Cuiabá: Centro de Eventos do Pantanal, 2012. Disponível em <http://www.cbsoja.com.br/anais/apresentacao/armazenagem-rural.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2014.
- MORENO, G. Políticas de ocupação. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. de S. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- PERES, M. Caos tem data para chegar: déficit no Estado será observado a partir do dia 30 de julho em quatro das sete regiões produtivas de grão. *Diário de Cuiabá*, n.13609, 26 de maio de 2013. Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=432476>. Acesso em 5 de junho de 2015.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVEIRA, M. R. Geografia da circulação, transportes e logística: construção epistemológica e perspectivas. *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SEPLAN-MT, Secretária de Estado de Planejamento de Mato Grosso. Rodovias arco arquivo Shape, 2012. Disponível em <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewdownload/1393-base-250-mt/2575-rodovias-arco?Itemid=0>. Acesso em 5 de outubro de 2013.
- SOUZA, V. H. P.; SILVEIRA, M. R. O transporte rodoviário no Brasil: algumas topologias da viscosidade II. In: SILVEIRA, M. R. (organização). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- TREM cobra mais caro do que caminhão, afirma produtor. *Valor Econômico*, Brasil, Macroeconomia. São Paulo: 21 de agosto de 2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/2796506/trem-cobra-mais-carro-do-que-caminhao-afirma-produtor>. Acesso em 11 de dezembro de 2013.

**Francisco Vieira da Silva**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, chefe da agência do IBGE de Alta Floresta (MT).  
a\_njuss@hotmail.com

# De “espaço vazio” ao mercado mundial de *commodities* agrícolas: estratégias e relações territoriais na Chapada dos Parecis nos anos 1960 e 1970

Roberta Carvalho Arruzzo

Mas assim que foi a luta, mas a gente não tinha muito conhecimento então foram entrando mais gente, a gente nem sabe, mas é assim, cada pedacinho tem seu dono.

(CO, liderança da aldeia Rio Verde – Reserva Pareci –, em entrevista realizada em setembro de 2008)

Extenso chapadão recoberto por cerrados<sup>1</sup> no divisor de águas das bacias dos rios Paraguai e Amazonas, a Chapada dos Parecis é ocupada pelo grupo étnico Paresi há, pelo menos, centenas de anos. Os primeiros registros sobre este grupo são de Antonio Pires de Campos, bandeirante e preador de índios, e datam do início do século XVIII (ver Pires de Campos, 1862), e indicam que a ocupação era vasta e intensa. Em meados do século XX, a região, bem como diversas áreas do Cerrado, começou a ser identificada como possível área de expansão da atividade agropecuária. A partir da construção da rodovia federal BR-364, que atravessa o chapadão de leste a oeste, e de diversos projetos governamentais voltados para desenvolver a agricultura no Cerrado e na Amazônia Legal, a área mudou de posição no contexto regional e nacional.

Neste texto, buscamos entender o processo de apropriação do território

O presente texto é resultado de uma releitura de parte dos dados e informações levantados para a realização de minha tese de doutorado (Arruzzo, 2009) e de entrevistas realizadas com os paresis e outros sujeitos em setembro de 2008.

1. A Chapada dos Parecis, localizada no noroeste de Mato Grosso, faz parte de um domínio morfoclimático de enorme extensão de chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas galerias (Ab' Saber, 2003).

tradicionalmente ocupado pelo grupo étnico Paresi pela atividade agropecuária, focando especialmente nas propostas de programas e projetos de colonização que entendiam aquele espaço como um "vazio" a ser preenchido, em especial durante as décadas de 1960 e 1970, anos em que a ocupação da região pela atividade se acentuou profundamente. Essas ações que resultaram na ocupação da Chapada dos Parecis, nas últimas décadas do século XX, por monoculturas empresariais que utilizam elevado nível tecnológico foram gestadas nestes programas e projetos que trazem em si importantes elementos para abordarmos as diferentes formas de se pensar e atuar no espaço. Nesse contexto, discutiremos um pouco como diferentes territorialidades se encontraram e, muitas vezes, se chocaram, confrontando significados e formas de agir territorialmente bastante diversos.

Não cabe aqui o interesse pela materialidade do território unicamente, mas sim pelas ações realizadas para que ele existisse e fosse mantido, quem as realizou, para que e de que forma. Entendemos o território como uma área apropriada por ator ou atores sociais e que é organizado, vivido e estruturado com base em três elementos fundamentais: nós, redes e malhas ou tessituras. Como nenhum ator está sozinho, como há uma constante relação com outros atores e seus territórios, o que em geral é percebido pelo geógrafo é o sistema territorial, são os territórios dos diferentes atores em relações uns com os outros (Raffestin, 1993).

Somado a isso, a noção de *territorialidade* proposta por Robert Sack (1986) se fez fundamental em nossa abordagem. A territorialidade é composta, para nós, pelas ações desenvolvidas na tentativa de se formar um território e mantê-lo, ou seja, de exercer controle sobre uma área para controlar pessoas e/ou recursos. As relações entre as territorialidades dos diferentes atores e grupos sociais, entre as estratégias utilizadas e suas razões, nos parecem ser a forma mais eficaz para conseguirmos entender as ações desenvolvidas para a construção, manutenção e destruição de territórios.

Interessam-nos as relações entre atores, o espaço geográfico e outros atores. Se entendermos que os territórios são sempre constituídos para controlar pessoas e/ou recursos, por meio do controle de uma área, este controle será sempre em relação a alguém. Além disso, ao constituir o território, o ator social está sempre exposto aos territórios dos outros atores, constituindo o sistema territorial de Raffestin (1993). O que propomos aqui, em última instância, é analisar como se organizou o sistema territorial na Chapada dos Parecis em um determinado período de sua história, em que se conjugam programas e projetos governamentais de (des)ordenamento territorial<sup>2</sup> e a intensificação da ocupação da região por atividades agropecuárias. Essas relações entre os distintos grupos de atores podem ser de diversos tipos, como nos

2. Guerra (2012) nos mostra como as ações de ordenamento promovidas pelo Estado representam, para os povos indígenas, verdadeiras ações de *desordenamento* territorial.

aponta Raffestin (1993), e ter diversos conteúdos, sendo em sua maioria dissimétricas e multilaterais, envolvendo relações de poder e dominação entre os diversos grupos sociais envolvidos. Assim, as históricas relações que os Paresi estabelecem com esse território são invisibilizadas e desconsideradas nas propostas do Estado para a “ocupação” da região – ou, quando muito, tratadas como residuais.

Dessa forma, em um primeiro momento, apresentaremos alguns aspectos introdutórios sobre os Paresi, tradicionais habitantes da região, com o objetivo de contextualizarmos brevemente o espaço regional do qual tratamos, reforçar sua presença marcante e apontar para um já complexo sistema territorial na região. Em um segundo momento, que é ainda subdividido em dois itens, procuraremos demonstrar como a região, interpretada como um “espaço vazio”, foi alvo de uma série de projetos de colonização e de ações particulares e governamentais, visando a entender como as formas de apropriação deste espaço foram sendo gestadas e transformadas pela atividade agropecuária, passando então a figurar como uma importante área de produção de *commodities* agrícolas. Por fim, buscaremos elaborar como essas formas de pensar e atuar sobre o espaço tiveram fortes consequências para os Paresi e apontar elementos para a compreensão dos principais significados e algumas consequências desse encontro/choque entre duas territorialidades tão distintas.

### **7.1. Os Paresi e o espaço não vazio da Chapada dos Parecis: o território e as relações com os não índios**

Os Paresi são um grupo étnico que ocupa a Chapada dos Parecis pelo menos desde que se tem conhecimento das primeiras notícias publicadas sobre a região (Pires de Campos, 1862). Até o início do século XX, permanecia ainda certa indefinição de como se organizavam socialmente e do que seria o subgrupo Haliti (autodenominação dos Paresi e que significa algo como “nossa gente”). Atualmente, é consensual que tenha havido cinco subgrupos: Kaxiniti, Waimaré, Kozárini, Warére e Kawali, com grande variedade de grafias ao longo dos anos. Nos dias atuais, restam representantes de três dos subgrupos Paresi: os Kozárini, os Waimaré e os Kaxiniti (sendo este em número bem reduzido), e este grupo étnico continua habitando a Chapada dos Parecis e seus arredores, em grande parte em um arquipélago de Terras Indígenas (TIs) cercadas por enormes áreas dominadas por monoculturas para a exportação.<sup>3</sup>

3. A categoria jurídica de Terra Indígena surge apenas na Constituição Nacional de 1988. Até então, era usual a criação de Reservas Indígenas, com o intuito de alocar os indígenas até que se tornassem “integrados à sociedade nacional”, enquanto seus territórios, que não estavam incluídos nos limites da Reserva, passavam a ser considerados liberados para a “ocupação”. A Reserva Pareci, primeira área demarcada para este grupo e com este objetivo (Costa, 1985), foi criada em 1968, deixando de fora diversos grupos Paresis. Após longos anos de reivindicações e conflitos, os Paresis habitam hoje dez Terras Indígenas (“Paresí”, s.d.), algumas ainda em processo de regularização.

A importância do território para o grupo étnico se encontra presente desde o seu mito fundador. Wazáre teria surgido do interior da terra, em Ponte de Pedra,<sup>4</sup> brotando das suas fendas, “e descobriu o mundo” (Machado, 1994a, p.249). Ele nomeou as cabeceiras dos rios e designou onde cada grupo de seus irmãos viveria. Desde que Wazáre saiu de dentro da terra (onde vivia festejando, brincando e tocando flauta sagrada com seus irmãos) é que, no entender dos Paresi, estes habitam o extenso chapadão recoberto por cerrados. Os subgrupos Paresi teriam surgido das relações entre os grupos de irmãs e irmãos surgidos de dentro da terra. A organização espacial dos subgrupos Paresi também é simbolizada em seu mito fundador: “Wazáre, ao distribuir o território entre os irmãos, evitou a competição pelos recursos naturais entre eles e entre seus filhos, adaptando-os, assim, a nichos específicos.” (Machado, 1994a, p.250) Assim, a cada subgrupo formado pelos irmãos, saídos de dentro da pedra, caberia seu território específico.

A partir do século XVIII, aos poucos se intensificaram as notícias sobre os Paresi, em grande parte devido ao desgaste das minas da região de Cuiabá, o que levou as bandeiras e monções a mudarem sua direção, procurando novas minas e “gentios” para escravizar. Os Paresi capturados pelas bandeiras eram utilizados como mão de obra escravizada nas minas, roças e como guias na expansão para o oeste. Havia também uma constante preocupação em evitar um avanço espanhol sobre as minas de Mato Grosso, e acreditava-se que alguns povos indígenas pudessem facilitar e auxiliar esta expansão do domínio espanhol. As referências aos Paresi nos documentos legais e relatos da época acabaram por criar uma imagem de índios “dóceis”, “mansos”, em oposição aos “bravos”, “traíçoeiros” Nambiquara e Paiaguá.

Mapas e relatos de autores como Roquette-Pinto (1975), Rondon (1912 e 1940), Costa (1985), Machado (1994b) e Schmidt (1943) sobre os Paresi indicam que o território que ocupavam no início do século XX se estendia da margem direita do rio Juruena até quase a margem esquerda do rio Arinos,<sup>5</sup> no noroeste do estado de Mato Grosso. Este território era, ainda neste período, diferenciado entre os subgrupos. Os Waimaré ocupavam as áreas mais ao norte, enquanto que os Kozárini as mais ao sul, e os Kaxinití as áreas mais a leste.<sup>6</sup> Entendemos que a fronteira territorial entre os Paresi e outros grupos étnicos existia, mas não era nem linear, nem fixa, sendo muitas vezes porosa. Podemos recorrer, como Raffestin (1993, p.166), à noção de *fronteiras zonais*, que funcionavam mais como uma “zona de defesa” do que como um limite preciso e linear entre os territórios dos povos.

4. Ponte de Pedra, área mítica dos Paresi, é composta por uma laje de pedra sobre o rio Sakuriu Winã (Ponte de Pedra) e que atualmente se encontra dentro da TI Ponte de Pedra. Sobre o mito de Ponte de Pedra e Wazáre, ver Machado (1994a e 2005) e Pereira (1986).

5. Nos limites ao norte, se estendia até a confluência do rio Sacre com o Papagaio, e ao sul, nas cabeceiras dos formadores da bacia do Paraguai.

6. Essa divisão territorial entre os subgrupos parece hoje de menor relevância para os Paresi.

Durante o século XX, intensificou-se o contato dos Paresi com grupos não índios,<sup>7</sup> como os extrativistas (seringueiros e poaieiros), Rondon e a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso e missionários religiosos. As relações dos Paresi com esses grupos foram profundas, complexas e modificaram sua organização territorial de formas diferentes. Cada grupo de não índios que se relacionou com os Paresi tinha determinadas finalidades ao adentrar seu território e procurou estabelecer controle sobre o espaço e seus recursos. A maneira como isso foi realizado e o nível de controle de acesso e de limites que o grupo social tentou criar dependeu profundamente de seus objetivos e finalidades ao limitar uma área sobre a qual exercer o poder (Arruzzo, 2009). Os Paresi, então, foram forçados a entrar em contato com esses grupos, seus objetivos e suas territorialidades, especialmente ao longo do século XX, configurando sistemas territoriais diversos durante este século e bastante complexos. É nesse contexto que os programas de ocupação e colonização que trataremos a seguir se inserem.

Na próxima seção, buscaremos apontar alguns elementos de como se iniciaram e se deram as relações dos Paresi com a atividade agropecuária, quando passou, então, a predominar na região a lógica da propriedade privada e da cerca,<sup>8</sup> demonstrando como foram planejadas e executadas algumas ações voltadas para a “ocupação” da região.

## **7.2. “Ocupando os espaços vazios” de Mato Grosso e da Chapada dos Parecis: programas e projetos governamentais e suas consequências**

No Brasil, no século passado, duas áreas figuravam como imensos espaços vazios a serem ocupados: a Amazônia e o Centro-Oeste, em especial as áreas de Cerrado. Além de fazer parte da região Centro-Oeste, Mato Grosso também faz parte da Amazônia Legal, ou seja, estava inserido na grande maioria dos discursos e ações sobre os espaços brasileiros a serem “ocupados”. Desde o período colonial, quando interessava à Coroa a conquista e posteriormente a manutenção de um vasto território, Mato Grosso vinha sendo alvo de ações e políticas buscando povoá-lo. Considerado um imenso “espaço vazio”, sua colonização foi sendo estimulada por ações federais e estaduais, muitas vezes inseridas em grandes projetos nas últimas décadas do século XX. A ideia que norteia estas ações é comumente relacionada às ideias de *vazio demográfico* e/ou de *baixo aproveitamento econômico* e, obviamente, desconsiderando tanto as populações indígenas quanto os posseiros e ocupantes tradicionais.

7. Os atores não índios foram assim denominados de forma que permitisse incluir uma gama considerável de situações e realidades históricas diferentes. Na verdade, são diversos grupos de atores que, de forma a facilitar a análise, são divididos segundo as principais atividades econômicas praticadas.

8. Esta referência será usada ao longo do texto como uma metáfora para esta territorialidade baseada na propriedade privada e em limites fixos.

A legislação permissiva, os problemas de funcionamento inadequado dos órgãos de terras estaduais, a preferência por uma política de colonização privada pouco assistida e a duplicidade de regulação da questão de terras nos níveis estadual e federal levaram a uma já conhecida irregularidade fundiária no estado de Mato Grosso, repleta de títulos sobrepostos e obtidos ilegalmente (ver Silva, 1996; e Moreno, 2007). Associadas à venda de terras devolutas, políticas de colonização elaboradas no âmbito estadual e nacional contribuíram para que a Chapada dos Parecis fosse efetivamente ocupada pela atividade agropecuária, assim como boa parte do estado. É este processo que procuramos abordar agora.

Estas ações de "ocupação e povoamento" foram sendo realizadas por meio de um grande número de programas, projetos e planos realizados durante os governos militares. A maior parte deles se inseria em contextos maiores, como era o caso do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1971, que previa ações de 1972 a 1974, no mesmo âmbito em que foram criados outros planos também de grande porte, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste). Além destes dois últimos, muitos programas nacionais e ações para a Amazônia Legal e para os cerrados e o Centro-Oeste atingiram o espaço mato-grossense, que mudou drasticamente.

Machado (1995, p.194) ressalta que as ações do Governo Federal na fronteira agrícola amazônica, concentradas entre os anos de 1965 e 1985, tinham como uma de suas estratégias a "cobertura extensiva do território por redes técnicas". Os recursos se concentraram na construção de estradas, nas redes de comunicação, de distribuição de energia elétrica e construção de usinas hidrelétricas. Associados a essa estratégia, também estavam o incentivo ao capital privado e a federalização de territórios.

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco, criada em 1967) participou de diversos planos com aqueles objetivos para esta região brasileira, como o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco), alguns em associação com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam, 1966). Dentre os programas e projetos, exemplos dos que interferiram diretamente no espaço mato-grossense são: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) e Programa Especial para a região de Grande Dourados (Prodegran), e, mais tarde, o Programa Especial para o Desenvolvimento de Mato Grosso (Promat), Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (Prosul) e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste) (Abreu, 2001).

Concomitantemente às ações voltadas para o desenvolvimento econômico das áreas de fronteira, havia também aquelas voltadas diretamente para o seu povoamento. Os projetos de colonização visavam a acabar com o "vazio

demográfico” e resolver tensões sociais em outras áreas do país, e eram basicamente privados ou oficiais.<sup>9</sup> Em Mato Grosso, encontramos a ocorrência destes dois tipos, mas com forte predominância do primeiro. Na região da Chapada dos Parecis e suas proximidades, muitas foram as terras vendidas por imobiliárias, e alguns projetos de colonização privados acabaram criando núcleos urbanos e municípios, como nos casos de Nova Mutum, Tapurah, São José do Rio Claro, Brasnorte e Tangará da Serra (sobre o caso deste último, ver Oliveira, 2008).

Aprofundaremos a seguir alguns projetos oficiais de colonização voltados para nossa região de estudos.

### 7.2.1. Programas e projetos governamentais e a Chapada dos Parecis

É no contexto de facilidades legais para a obtenção de grandes extensões de terras e dos projetos governamentais, incentivando o maior aproveitamento econômico dos “espaços vazios” de Mato Grosso que, a partir da década de 1960, a Chapada dos Parecis mudou sua posição geográfica aos poucos.<sup>10</sup> Na década de 1990, a produção de grãos, em especial de soja, voltada para o mercado externo era bastante expressiva na região. Já nos anos finais da citada década, a região da Chapada dos Parecis era uma das principais áreas produtivas do país. De um imenso “espaço vazio”, passou a fazer parte do comércio internacional de *commodities* agrícolas e se tornou um importante elo na cadeia carne-grãos.

Alguns projetos e programas oficiais foram importantes no processo supracitado. Trataremos, aqui, do Polocentro, do Polonoeste e do Prodeagro. Outras ações planejadas governamentais<sup>11</sup> também tiveram seus efeitos sobre a Chapada dos Parecis, mas não serão trabalhadas por parecem ter tido menor efeito sobre a questão. Já outros programas de grande importância, como o Polamazônia, não chegaram a atingir diretamente a região estudada. Como adendo, pode-se mencionar que a Sudam também financiou alguns projetos

9. Nos projetos oficiais estas áreas eram principalmente do nordeste do país, já nos projetos privados as áreas eram em especial do sul.

10. Aqui, consideramos a *posição geográfica* como um conceito utilizado para tratar a localização relativa de uma cidade, em oposição à sua localização absoluta, chamada de “sítio”. A posição geográfica de uma cidade, e neste capítulo de uma região, está relacionada a seu contexto histórico e pode mudar, enquanto que seu sítio permanece o mesmo. Segundo Corrêa, “a localização absoluta, o sítio, é o chão sobre o qual a cidade se estende, podendo ser natural, via de regra alterado pela ação humana, ou artificialmente produzido. A localização relativa ou posição geográfica refere-se à situação locacional de uma cidade face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas. Recursos naturais, produção, demanda e acessibilidade estão entre os principais aspectos da posição geográfica.” (2004, p.317)

11. Nascimento (2007, p.35) cita os efeitos do Programa Brasileiro do Alcool (Proálcool) e do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probor) na Chapada dos Parecis. O primeiro teria incentivado o surgimento de extensas plantações de cana-de-açúcar nas regiões próximas a Tangará da Serra e o segundo teria tentado estimular e modernizar a produção de borracha no município de Diamantino.

especificamente na região. Costa Filho (2005) cita três: Sudamata SA, projeto agropecuário realizado em Tangará da Serra, aprovado em 1969, localizado exatamente no divisor de águas e que entrou em forte conflito com os Paresi; Pecuaama, projeto de pecuária instalado em Arenópolis em 1969; e Itamarati Norte, projeto agropecuário no município de Diamantino, área atualmente de Campo Novo do Parecis, aprovado em 1984 e que, pelo uso de agrotóxicos, gerou graves problemas ambientais e de saúde em Tangará da Serra.

O Polocentro, criado em 1975 com financiamento da Sudeco, tinha como objetivo ampliar o aproveitamento agropecuário e florestal das áreas de Cerrado. O Cerrado, devido às vastas áreas planas, passava a ser visto como uma possibilidade para a utilização de máquinas e insumos agrícolas.<sup>12</sup> Com a devida correção do solo, até então seu maior limitante, o Cerrado poderia se tornar uma imensa área produtiva. Assim, suas diretrizes previam: "Um programa com vistas ao adequado aproveitamento agropecuário de solos de cerrados ... somente poderá ser efetivado mediante o uso de práticas de cultivo dentro de tecnologia avançada." (Sudeco, 1975, p.11)

Outro fator importante era a criação e o melhoramento de estradas que pudessem conectar as áreas produtivas com os mercados nacionais e internacionais. Em Mato Grosso, uma das áreas-programa<sup>13</sup> era Parecis. Segundo Abreu, "esta área-programa, que foi pensada em uma faixa de 40km ao norte e de 200km ao longo da BR-364, na Chapada dos Parecis, abrangeria 35.500km<sup>2</sup> e envolveria seis municípios<sup>14</sup> no norte mato-grossense, onde habitavam 87.280 habitantes em 1975" (2001, p.162-165).

Embora as pesquisas realizadas para a realização do projeto não tivessem constatado déficit de armazenagem, a possibilidade de ampliação da produção levou à criação de uma "programação de urgência para instalação de armazéns e silos graneleiros para estocagem. Pretendia-se que os projetos agrícolas a se desenvolverem na área, a princípio 23, tivessem dimensões compatíveis com a programação e implantação de armazéns e graneleiros nas propriedades dos fazendeiros. Nesse sentido, foi prevista a instalação de quatro unidades armazenadoras, sendo duas no município de Diamantino (24.000t) – uma seria para sementes, com capacidade para 4.200t –, uma em Tangará da Serra, para 12.000t, e outra em Parecis, com capacidade para 12.000t, para atender à estocagem reguladora da produção advinda dos incentivos do Polocentro." (Abreu, 2001, p.163)

Muitos foram também os investimentos em pesquisas com sementes e na programação de uma infraestrutura de estradas e energia mais densa. As áreas envolvidas no programa se conectavam ao mercado apenas pelas BR-163

12. Sobre as relações entre a Revolução Verde e os governos ditatoriais militares, ver Machado e Machado Filho (2014).

13. As outras eram Campo Grande /Três Lagoas, Bodoquena, Xavantina e, posteriormente, foi criada a Cuiabá/Rondonópolis.

14. Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, Rio Claro, Rosário d'Oeste e Sinop.

e BR-364. Essa limitação era um obstáculo tanto para que se alcançasse o mercado consumidor como para a chegada de calcário nas áreas produtivas. Assim, o programa investiu em estradas vicinais, além de no melhoramento de alguns trechos de rodovias já existentes, somando, em 1981, um total de 243km de estradas implantadas ou melhoradas na região (Abreu, 2001, p.165).

Em 1984, foi realizada uma avaliação das ações do Polocentro, visando a fornecer subsídios para outros projetos. Constatou-se que o total de estradas implantadas e restauradas na sub-região de Parecis, de 1976 a 1979, era ainda maior: 144,72km implantados e 142km restaurados. Entre 1981 e 1983, mais de 100km de estradas teriam sido implantados ou melhorados na região (Fundação João Pinheiro, 1984, p.509). Destaca-se também a inauguração de uma unidade produtora de calcário em Tangará da Serra feita pelo Grupo Itamaraty na década de 1980.

Como efeitos na área cultivada, o relatório destaca a reorientação produtiva em todo o estado de Mato Grosso, no período de 1975 a 1980, em direção às lavouras, em especial nas subáreas de Xavantina e Parecis. Os dados indicam que, embora as pastagens continuassem a crescer e a incorporar novas áreas, sua maior expansão havia ocorrido entre 1970 e 1975, antes da atuação do projeto. Mesmo assim, “a região do Polocentro, em Mato Grosso, caracteriza-se, ainda, pela pequena participação da área cultivada no total da área dos estabelecimentos e, particularmente, pela pequena representatividade da área dedicada à agricultura” (Fundação João Pinheiro, 1984, p.592).

As áreas cultivadas de lavoura teriam crescido, na subárea Parecis, entre 1975 e 1980, aproximadamente 988,63%, contra apenas 96,65% entre 1970 e 1975, enquanto que os pastos teriam crescido mais no primeiro quinquênio da década do que no posterior. Quanto à estrutura fundiária, os dados demonstram uma clara manutenção da concentração de terras. No geral, em Mato Grosso, entre 1975 e 1980, houve aumento das faixas entre médias e grandes propriedades (200 a 2.000ha), mas não pela diminuição dos estratos superiores, e, sim, pela incorporação de novas áreas. Associado a isso, houve também uma “destruição expressiva da pequena produção” (Fundação João Pinheiro, 1984, p.783).

Este aumento das áreas médias ocorreu com maior intensidade nas subáreas de Xavantina e Parecis, mas a redução da porcentagem das áreas de pequena propriedade aconteceu em todo o estado. Diamantino figurava entre os municípios com crítica concentração de terras. Embora tenha havido na subárea Parecis um interessante incremento das faixas médias de terras, as mais elevadas também apresentaram importante crescimento, cerca de 80% de 1975 a 1980, representando um aumento da concentração fundiária na região (Fundação João Pinheiro, 1984, p.782–791).

Como consequência, o estado de Mato Grosso apresentava os mais graves conflitos de terras de toda a área do Polocentro. Os conflitos da sub-região de Parecis se concentravam justamente no município de Diamantino:

eram 4 casos dos 57 registrados na área do Polocentro em Mato Grosso. A maior parte dos conflitos se concentrava na sub-região de Xavantina.

Outro programa importante na região da Chapada dos Parecis foi o Polonoroeste, criado em 1981. A área do programa, que pretendia desenvolver economicamente o noroeste do Brasil, abrangia Rondônia e o noroeste de Mato Grosso, incluindo Tangará da Serra. Promover melhoramentos na BR-364 parecia ser um dos principais objetivos do Polonoroeste, o que incluía seu asfaltamento, feito com recursos federais e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e geridos pela Sudeco. Além da BR-364, contavam no programa a construção de estradas vicinais, postos de saúde, escolas e medidas de saneamento básico. Sua programação ainda envolvia ações de preservação do meio ambiente e de apoio às comunidades indígenas. O discurso se aproximava bastante de projetos anteriores: "No interior dos objetivos desse programa, estavam algumas máximas já consolidadas por programações anteriores: 'a integração nacional'; 'a ocupação de vazios'; 'expansão da fronteira agrícola'; 'a redução das disparidades regionais' e a 'garantia do crescimento da produção em harmonia com a preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas'." (Abreu, 2001, p.243)

Especificamente para os povos indígenas, estavam previstas ações de regularização territorial e investimentos em projetos de técnicas agrícolas, saúde e educação. Uma avaliação realizada pelos componentes internacionais do projeto, em 1987, verificou que as questões ambientais e indígenas não foram contempladas satisfatoriamente, o que fez com que o envio de recursos à Sudeco tenha sido suspenso por seis meses (Abreu, 2001). As melhorias com relação à utilização da BR-364 e das estradas vicinais não teriam propiciado a ocupação ordenada da região, como o proposto, mas sim o aumento do desmatamento e das invasões a áreas indígenas. Assim, os enviados pelo Bird para avaliar o projeto e membros da Sudeco resolveram propor um projeto para resolver os problemas criados pelo Polonoroeste e se dedicar aos componentes do projeto mais falhos. Este, então, seria o Prodeagro, do qual trataremos mais adiante, que teria ficado "engavetado" e vindo à tona apenas nos anos 1990 (Abreu, 2001).

É interessante, como nos mostra Abreu (2001), que o discurso da Sudeco com relação à região Centro-Oeste na década de 1980 se modificou. Procurando se diferenciar da Sudam e da Sudene, que tentavam resolver os problemas de suas regiões de abrangência, a estratégia de *marketing* da Sudeco passou a tratar a região como uma solução. A nova fronteira brasileira seria, assim, não uma região problema do Brasil, mas uma região solução, futuro celeiro agrícola do país e, quem sabe, do mundo. Destacavam-se as possibilidades de clima, solos e a topografia para os empresários que tivessem interesse, buscando vender a região em seminários e encontros.

Nesse contexto, foi criado para o período de 1986 a 1989 o Plano de Desenvolvimento da região Centro-Oeste (PDRCO). O texto do projeto foi

revisado e ampliado algumas vezes,<sup>15</sup> mas na versão de 1985 o intuito era corrigir os erros dos planos anteriores, visando a ampliar a participação da população regional nas decisões e trazer um caráter mais específico ao planejamento, baseado na ideia de autodeterminação do desenvolvimento regional. Como juridicamente a incorporação de terras estava praticamente esgotada, o proposto era “intensificar e racionalizar o aproveitamento das terras” (Sudeco, 1985, p.14). Os conflitos fundiários eram um tema destacado: “O processo de apropriação fundiária acelerou-se a partir de 1970, junto com o PIN, fazendo com que hoje o Centro-Oeste não constitua um espaço aberto do ponto de vista jurídico, já que 94% da área territorial está apropriada. O restante é constituído por terras devolutas em situação de ocupação irregular ou inacessibilidade física. Assim, no contexto de uma fronteira agrícola, nesse sentido fechada, existe uma concorrência pelo uso do espaço, que se traduz nas pressões sofridas sobre o mercado fundiário, pelas invasões das áreas de preservação e pelos conflitos de terra.” (Sudeco, 1985, p.50)

O PDRCO se dividia em programas sub-regionais para sete áreas, entre elas o de Ocupação e Desenvolvimento das Áreas Amazônicas, que incluía a Chapada dos Parecis. Embora esta área estivesse incluída no plano, não parece ter sido muito afetada pelo mesmo.

Na década de 1990, iniciou-se o Prodeagro. O discurso utilizado no programa fazia muitas referências a um ordenamento do crescimento e ao desenvolvimento sustentável como alternativa. As consequências das melhorias na BR-364 e das ações do Polonoeste<sup>16</sup> guiaram as ações do novo projeto, financiado pelo Bird. Um dos componentes do projeto englobava a proteção e o controle das áreas indígenas. Com seu final em 2002, foi realizada uma avaliação do mesmo, na qual foram vistos com relativo sucesso o Programa de Zoneamento Agroecológico do estado e o apoio às atividades comunitárias.

Como consequência desses planos e projetos governamentais e da ampliação da malha viária regional, a Chapada dos Parecis começou a despontar como importante área produtiva. É uma breve descrição dos efeitos dessas medidas e do novo posicionamento econômico da área que tratamos a seguir.

15. Segundo Abreu (2001, p.266), os estudos realizados para o projeto teriam sido feitos em cooperação franco-brasileira.

16. Em 1997 foi realizada uma avaliação de meio-termo, da qual falaremos na próxima seção, quando tratarmos da demarcação das TIs dos Parecis.

### 7.2.2. O despertar agroempresarial da Chapada dos Parecis

Eu não sei por que não diminuem as áreas destes índios ou leva para a Amazônia. Eles gostam de mato. Os que vivem bem deixa aqui. Isso (o Cerrado) não tem bicho para caçar, não tem peixe, não tem mais nada. Por que eles querem morar neste Cerrado todo?  
(André Maggi apud Silva, 2003, p.197)

Em 1957, data da publicação do volume *Grande região Centro-Oeste da Enciclopédia dos municípios brasileiros*, realizada pelo IBGE, grande parte da economia de Mato Grosso<sup>17</sup> era baseada na pecuária extensiva e sem seleção de raças. Apenas nas áreas de mata se praticava a atividade agrícola “feita pelo processo rotineiro da derrubada e queimada, aprendido dos índios, e praticado sem grandes melhoramentos durante quatro séculos da ocupação luso-brasileira” (IBGE, 1957, p.27). As dificuldades de transporte também eram grandes limitantes para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Havia áreas, em especial no norte de Mato Grosso, “em que apenas os rios e veredas abertas em meio à vegetação de Cerrado e mata constituíam os caminhos transitados pela escassa população dos seringais em Mato Grosso” (IBGE, 1957, p.28).

Boa parte da Chapada dos Parecis fazia então parte do município de Diamantino.<sup>18</sup> Os mapas da citada enciclopédia demonstram a existência de pouquíssimas estradas ou de caminhos carroçáveis na região. A economia do município era basicamente centrada na mineração, em franca decadência, e na extração de borracha, da qual o município era o maior produtor do estado, contando com mais de 25 seringais.

A partir de 1960, com a implementação da BR-364, a ocupação da Chapada dos Parecis começou a mudar lentamente. A transformação teve início com a valorização das terras e com uma enorme procura por títulos das terras devolutas. Segundo dados do Departamento de Terras e Colonização (DTC),<sup>19</sup> houve uma grande concentração de títulos definitivos expedidos entre os anos 1958 e 1961, voltando a crescer novamente às vésperas do fechamento do DTC, em 1966, provavelmente como consequência da grande expedição de títulos provisórios nos anos 1963 e 1964. Em poucos anos, grande parte da Chapada dos Parecis passou, assim, de vastos seringais arrendados a terras tituladas.

Embora boa parte da chapada tenha adquirido “donos” já no início da década de 1960, a atividade principal permanecia o extrativismo, somado à pecuária extensiva, até fins da década de 1970, e a agricultura ainda era consi-

17. Que ainda não havia sido dividido, portanto incluía Mato Grosso do Sul.

18. Segundo o censo de 1950, a população do município era de 6.169 pessoas. O distrito de Utiariti tinha 62 habitantes na vila e 326 na zona rural (IBGE, 1958, p.182).

19. Obtidos na base de dados digital do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) em trabalho de campo no ano de 2007.

derada de nível muito baixo (IBGE, 1977, p.266). É interessante vermos este movimento de ocupação na ótica de um missionário religioso que conviveu com os Paresi nas décadas mencionadas e procurava estimular a produção de artesanato para a comercialização. O trecho abaixo mostra fragmentos de algumas mensagens enviadas pelo missionário de 1960 a 1977:

20/08/1960 a 02/01/1961 – Comunicação: difícil, sem rádio em 1960, a BR-364 foi construída. Não há postos de gasolina, nada. Não há moradores nesta região a não ser [os] Paresi.

...

22/12/1973 a 09/02/1974 – Movimentação de fazendeiros ao norte da reserva. Bastante amizade com os Paresi... Nos tratam muito bem.

...

9 a 15/11/1976 – Visita rápida. Quando cheguei, descobri que a situação sobre questões de terras era feia... Os Paresi estão reagindo de maneira forte às pressões. Aprenderam o suficiente sobre o civilizado, a saber lutar à sua maneira.

27/01 a 08/04/1977 – A reserva aos poucos foi ficando com fazendas por todo lado, a caça vai diminuir.

(Rowan, 1978 apud Costa, 1985, p.334–335)

As mensagens nos indicam como a lenta chegada dos novos proprietários das terras da Chapada dos Parecis foi se intensificando na década de 1970, principalmente em sua segunda metade. Em poucos anos, a região foi recortada por medidores, picadeiros, agrimensores e, depois, cercas.

Os primeiros agricultores da região produziam milho e arroz de sequeiro para o mercado regional (Silva, 2003, p.190). Apenas na década de 1980 esta atividade na Chapada dos Parecis começou a ganhar importância no comércio mundial, o que provavelmente se deve à valorização das áreas devido aos melhoramentos dos transportes, aos incentivos do Polonoroeste e à produção de sementes melhoradas<sup>20</sup> de soja adaptadas às áreas de Cerrado, bem como à presença e ao interesse de agricultores capitalizados o bastante para utilizarem as tecnologias necessárias à produção nessas áreas. A produção agrícola de forma rentável e empresarial já se começou com elevado nível tecnológico na região, baseado em intenso maquinário, correção química do solo e biotecnologia.

A produção de soja no Cerrado mato-grossense começou timidamente, nos anos 1970, principalmente no sudeste do estado, próximo a Rondonópolis. Já em meados da década de 1980, a produção se expandiu ao longo

20. Produzidas a princípio por meio de estudos da Embrapa (e posteriormente também da Fundação Mato Grosso), foram criadas variantes melhores adaptadas às características locais em diversas áreas do estado.

dos eixos das rodovias mais importantes, como a BR-163 e a BR-364. A princípio, as sementes melhoradas produzidas no sudeste do Mato Grosso eram também utilizadas nessas regiões, mas logo estudos a respeito de variações que melhor se adaptassem à região garantiram altos índices de rendimento e elevada quantidade produzida.

Um dos principais limitantes do desenvolvimento agrícola em Mato Grosso parecia se apresentar ainda mais temerário na Chapada dos Parecis: o alto custo do transporte até os portos exportadores e o mercado consumidor. As melhores zonas produtivas são as que estão nas áreas planas das partes mais altas do Chapadão, distantes às vezes centenas de quilômetros do novo traçado melhorado da BR-364 e de estradas pavimentadas. Essas dificuldades foram sendo amenizadas com a abertura de estradas vicinais, como a Nova Fronteira, que corta a TI Utiariti.<sup>21</sup>

O Grupo André Maggi,<sup>22</sup> já na década de 1990, participou da implementação de um projeto antigo de criação da hidrovía Madeira–Amazonas. A hidrovía, finalmente inaugurada em 1997, após alguns anos de negociações e associações políticas, reduziu o preço do transporte da soja até o mercado internacional, tornando a Chapada dos Parecis ainda mais viável e interessante economicamente. Ainda hoje, a questão dos transportes é fundamental, e melhorias e asfaltamento de estradas são reivindicações constantes dos produtores.

As grandes distâncias favoreceram o surgimento de centros urbanos dinâmicos e capazes de fornecer serviços especializados aos produtores, como Sapezal, uma cidade de pequeno porte, mas que já estava dotada de diversos serviços especializados de manutenção e fornecimento de insumos agrícolas, e Tangará da Serra, uma cidade de porte maior e que se tornou um importante centro regional. Cresceram os núcleos urbanos antigos e surgiram novos, alimentados em especial pela população migrante do Sul do país. A área do antigo município de Diamantino passou, em duas décadas, a ser composta por diversos municípios, tais como: Tangará da Serra (parte de Diamantino e parte de Barra do Bugres), Campo Novo do Parecis, Brasnorte, Sapezal, Nova Mutum, São José do Rio Claro, Tapurah e Lucas do Rio Verde.

Em meados da década de 1990, a região da Chapada dos Parecis já apresentava uma das maiores produções de soja do Brasil, com elevado rendimento, indicando a intensidade do nível tecnológico e o quão intensivo era o sistema produtivo ali instalado. Esse sistema, representado principalmente pela produção de soja, mas também com importante produção de algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz, modificou rapidamente o caráter regional. No entanto, o forte crescimento populacional, o surgimento de cidades e muni-

21. Sobre as estradas que cortam a TI Utiariti e as relações com os Paresi, ver Arruzzo (2009).

22. Pertencente ao já falecido André Maggi e seu filho Blairo Maggi, que já foi governador de Mato Grosso. A trajetória do Grupo André Maggi, desde seu início no Sul do país até se tornar um importante comercializador mundial de soja, é trabalhada em Silva (2003).

cípios, as novas estradas, a conexão com outros eixos de transporte e a ostentação da riqueza nas fazendas e nas cidades não ocorreram sem profundas consequências na vida dos povos indígenas locais, em especial os Paresi.

### **7.3. Territorialidade da cerca versus territorialidade de Wazáre: uma possibilidade de compreensão dos significados territoriais deste encontro/choque de territorialidades**

Aí comecei a conversar com minha mãe, meu pai, e então comecei a ver a vida do civilizado, ter a terra comprada, escritura, comecei a ver e também observar isso. Por que isso aí, por que a terra não é de todo mundo? Não, por causa que senão um planta aqui, outro vem e invade, então tem limitação, assim vice-versa. Aí então que surgiria a primeira ideia minha de se definir [o território].

(W, liderança da aldeia Vale do Papagaio – TI Utiariti –, em entrevista realizada em setembro de 2008)

Retomemos um pouco o conceito de *territorialidade*. Para Sack (1986), a territorialidade, como uma estratégia de controle de pessoas e recursos por meio do controle de área, não é um instinto. Como estratégia, ela é utilizada por determinadas razões, que podem ser percebidas pelas vantagens oferecidas pelo seu uso (e, no caso dos povos indígenas, acrescentaríamos que o sentido ou o significado do seu uso, mais do que as vantagens, são fundamentais). Assim, as vantagens e desvantagens que levam à utilização desta forma de comportamento só podem ser construídas socialmente e não podem ser entendidas fora deste contexto. A utilização da territorialidade está intimamente ligada a quem pretende controlar quem, o que e por que.

Já a princípio, podemos entender que nem as estratégias Paresi podem ser iguais às dos grupos não índios, nem são explicadas pelas mesmas razões. Enquanto que, para as diferentes frentes de atividades econômicas que passaram a “ocupar” a Chapada dos Parecis, o objetivo de utilizar um comportamento territorial é o controle de recursos que possa propiciar-lhes maximizar o rendimento, para os Paresi a lógica é outra. Sem dúvida, o comportamento territorial de sociedades indígenas, bem como dos Paresi, pode ser explicado pela necessidade de controle de recursos para garantir sua sobrevivência física e cultural, como nos indica a concepção de Terra Indígena da atual legislação, mas vai além disso.

Voltando à territorialidade como proposta por Sack (1986), três tendências são fundamentais nessa ação: a classificação por área, a comunicação por sinais que indiquem limites e fronteiras e o controle do acesso. Essas três razões e, ao mesmo tempo, consequências da territorialidade estão presentes em todas as suas formas, embora com peso distinto. Outra questão ainda se faz fundamental: quanto mais complexa é a sociedade, mais tendências são

dispostas pela mesma. Isto porque sociedades modernas são extremamente hierárquicas e costumam utilizar um comportamento territorial burocrático e hierárquico visando a ampliar seu controle sobre os seus membros.

Quanto aos Paresi, das tendências abordadas por Sack (1986), entendemos que cinco se destacam, tanto antes da penetração da frente agrícola, como podemos perceber nos textos e relatos, quanto atualmente, evidentes em suas falas e ações. As três primeiras são as que estão presentes em toda sorte de comportamento territorial: classificação, comunicação dos limites e o controle do acesso. Já as outras duas tendências nos parecem ser as que o autor identifica como fundamentais em situações em que ocorrem representações mágicas e místicas do território. Desenvolveremos melhor a seguir.

A classificação por meio da área está presente quando esta e tudo o que nela se insere são vistos como um tipo, diferente do que está fora. As coisas são classificadas pela sua localização no espaço, no caso específico: é ou não é parte do território Paresi. Já a comunicação dos seus limites também se faz fundamental. Os limites Paresi, como já vimos anteriormente, não eram comunicados por meio de marcos criados no território, mas coisas que ali estavam eram utilizadas como tal e comunicadas nas relações pessoais. Os limites, inclusive entre os subgrupos, eram bem definidos e tão bem comunicados que até os dias atuais são repetidos muito naturalmente. Quando perguntados sobre os limites de seu território, a resposta dos Paresi costuma sempre ser iniciada por uma narrativa que envolve Ponte de Pedra e as designações das áreas que deveriam ser ocupadas por cada subgrupo, feitas por Wazáre e os nomes dos rios em sua língua.

O controle de acesso, terceira tendência apontada por Sack (1986) como uma das fundamentais e presentes em todo tipo de territorialidade, era, até muito provavelmente as décadas de 1970 e 1980, a menos utilizada pelos Paresi. Esta tendência apenas começou a ganhar força a partir do processo de demarcação territorial. A ideia de exclusividade do uso dos recursos presentes no território não era algo de grande peso para os Paresi, o que foi demonstrado pela longa convivência com os seringueiros.

Outra importante tendência da territorialidade para os Paresi é perceber o poder e a influência em coisas como cachoeiras, rios e montanhas, visíveis (Sack, 1986), somados ao deslocamento da atenção das relações estabelecidas entre as pessoas para o território em si. O território parece conter as formas como as relações irão se estabelecer. O território não é tido como um produto das relações sociais e de poder estabelecidas entre grupos e pessoas, mas a fonte do poder é vista como sendo o próprio território.

No caso dos Paresi, esta última tendência da territorialidade se manifesta muito claramente em seus mitos e no discurso de seus membros, e só pode ser entendida sua visão de território a partir dessas questões. A sociedade Paresi vê-se como inseparável de seu território, já que surgiu, assim como toda a humanidade, de Ponte de Pedra, saindo de dentro daquele lugar e, já a partir

daquele momento, sabiam onde deveria viver cada um dos subgrupos. O mito de Wazáre designando as coisas e quem deveria ocupar cada lugar é sempre reforçado pela própria existência de uma organização territorial determinada. A visão Haliti da localização das aldeias também deixa isso bem evidente. O fato de um determinado lugar ter sido uma ocupação dos Paresi torna este lugar sempre uma aldeia.<sup>23</sup> Além disso, os cemitérios Paresi são dentro das suas casas tradicionais, tornando ainda mais intensa a percepção daquela aldeia, já que ali é onde está parte de sua família e sempre estará, mesmo quando o lugar não estiver habitado no momento da fala.

Já para a frente de expansão que ocupou a região com a atividade agrícola moderna, a utilização da territorialidade tem significados bem distintos. O controle de um espaço visa, neste caso, ao uso exclusivo de alguns recursos, que são maximizados com tecnologias de produção, para a posterior venda do produto gerado e a obtenção do maior lucro possível. Como o recurso neste caso é a terra, são importantes os elementos relativos à qualidade do solo, bastante semelhante na região, e a topografia, bem com a proximidade de estradas e rios. O uso exclusivo do recurso e a necessidade de total controle do processo produtivo e do que acontece em sua propriedade, bem como a necessidade de se retirar a cobertura vegetal, tornam inviável a convivência da atividade agrícola e dos Paresi em um mesmo espaço. O território deve ser ocupado por esta atividade com máxima exclusividade possível.

As três tendências básicas da territorialidade são utilizadas com intensidade pelos produtores agrícolas: a classificação do espaço como seu, reafirmada pela exibição de documentos legítimos ou não, como no caso da grilagem; a comunicação dos limites de seu território por meio de placas e de cercas, coisas até então estranhas aos Paresi; e, por fim, o controle do acesso, realizado com maior ou menor intensidade, dependendo da relação estabelecida entre o fazendeiro e os Paresi. Esta última tendência é bastante variável, o que pode ser identificado em casos de produtores que permitem o uso de estradas internas e a caça (geralmente de emas que se perdem nas plantações em busca de alimentos) e outros que não permitem tais atividades.

Uma tendência que também se apresenta e que foi reforçada pelos programas, planos e projetos estatais é a de considerar esse espaço como vazio. Na concepção tanto dos compradores das terras quanto do Estado, que legaliza sua expropriação, esse espaço é visto como um imenso vazio demográfico e econômico. São eles os produtores, promovendo o desmatamento do Cerrado e impulsionando o deslocamento da população que ali habita desde remotos tempos e que tornaram o espaço preenchido. Tomar este espaço por vazio e eliminar, pelo menos no plano do discurso, qualquer impedimento

23. Informações percebidas em entrevistas, nas quais várias vezes nos foram indicados lugares onde atualmente já não há mais ninguém habitando e dito "ali é uma aldeia Paresi". Na entrevista de J. A., capitão de Kotitiko (aldeia na TI Paresi) e senhor de forte influência, isso foi dito várias vezes.

à ocupação, é uma forma de ação cara à modernidade e às sociedades complexas (Sack, 1986). Pensar o espaço como conceitualmente vazio e agir territorialmente como se assim fosse permite que se realize o movimento de esvaziar, preencher e novamente esvaziar espaços, reorganizando objetos e recursos para se alcançar o objetivo de controle funcional. As relações entre os espaços e os acontecimentos, pessoas e objetos são entendidas como apenas contingentes na maior parte dos conceitos modernos de *espaço*.<sup>24</sup> Assim, compreende-se facilmente a frase de André Maggi citada na epígrafe do item 2.2 deste capítulo: reposicionar coisas, pessoas e mesmo grupos sociais no espaço é absolutamente possível e lógico neste raciocínio. Não é sem razão que Lia Osório Machado considera que a terra livre ou o espaço vazio são noções fundamentais na ideia de *fronteira*<sup>25</sup> e vão além da ideia de *vazio demográfico*: “É um conceito elaborado em contraposição à presença indígena efetiva e à sua cultura: os ‘espaços vazios’ eram espaços não civilizados, quer dizer, aqueles onde não existiam formas de civilização. A propriedade privada e o aparato jurídico que a legitima sob a forma do Estado eram instituições próprias da civilização e ausentes das comunidades indígenas.” (Machado, 1995, p.185)

As relações também se tornam cada vez mais impessoais, assim como o lugar é visto como neutro (Sack, 1986). Já que a Chapada dos Parecis é considerada legalmente como terras devolutas, a ação de expropriação dos indígenas de seu território é tida como neutra e legítima. Interpretações de leis nacionais e estaduais são utilizadas para revestir de legitimidade ações locais, mesmo que em realidade as ações fossem ilegais, pois a terra era habitada por indígenas.<sup>26</sup> Ao serem ignorados oficialmente pelo Estado,<sup>27</sup> o seu território se torna área vazia, legalmente passível de compra e venda, ações estas normalmente efetuadas a distância e sem qualquer conhecimento dos indígenas.

É interessante vermos algumas manifestações dessas ações. É sabido que os territórios indígenas, quando finalmente demarcados oficialmente, via de regra são bastante inferiores às áreas tradicionalmente ocupadas pelas etnias. Os territórios dos Paresi só começaram a ser demarcados em fins de 1960, e foi apenas na década de 1990 que a grande maioria foi homologada – e até os dias atuais, nem todos foram ainda. Mesmo sendo estas áreas bem inferiores ao território original dos Paresi, diversos lotes de “terras devolutas” foram

24. “Events and space would seem to be only contingently related. This possibility is especially significant in modern society and characterizes the conception of territory most closely linked with modern modes of thought. Science, technology, and capitalism make practical the idea of repeatedly and efficiently ‘filling’ and ‘emptying’ and moving things about within territories of all scales.” (Sack, 1986, p.37).

25. A autora se refere principalmente às ideias de Turner, mas também a de outros autores posteriores a ele.

26. Sobre a ilegalidade destas ações, mesmo antes da Constituição de 1988, ver Cunha (1987) e Lima (2005).

27. Demonstrado pelos inúmeros títulos negativos de presença de indígenas em território dos mais variados povos indígenas expedidos tanto pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

vendidos dentro das áreas atualmente demarcadas, com certidões negativas de presença de indígenas expedidas pelo órgão tutor.

A maior parte dos lotes vendidos<sup>28</sup> se encontrava nas margens dos rios e nas proximidades da BR-364, de onde resulta a maior concentração na Reserva Paresi em detrimento da TI Utiariti, mais ao norte e distante da estrada. A maior parte dos títulos expedidos na Reserva Paresi ocorreu justamente no período de abertura da estrada, quando as terras da Chapada dos Parecis começaram a se tornar um negócio possivelmente lucrativo. A venda desses lotes não apenas tornou os Paresi mais atentos às mudanças que ocorriam em seu território, como lhes trouxe problemas ainda muitos anos à frente, quando titulares entraram na Justiça requerendo indenizações. Assim se iniciou o processo de cercamento do território Paresi, que se intensificou, como vimos, na década de 1970 e se consolidou como uma realidade irreversível nas décadas de 1980 e 1990. Esse processo resultou em reações dos Paresi que, associadas às mudanças constitucionais, levaram ao longo processo de demarcação das Terras Indígenas desse grupo étnico.

### **Considerações finais**

Nas décadas finais do século XX, o território dos Paresi modificou-se profundamente. A extensão e os limites fixos das Terras Indígenas diferem bastante de seu território no início do mesmo século. De fronteiras zonais e pouco definidas, passaram a limites lineares fixos e estabelecidos a partir de procedimentos legais distantes e impessoais, difíceis de serem acompanhados e controlados pelos Paresi. De uma única malha contínua, passaram a ocupar áreas contínuas e outras não, modificando as formas de se estabelecerem diversas relações. As estratégias utilizadas para a manutenção de seu território são completamente modificadas e ressignificadas. Esse processo esteve intrinsecamente relacionado a projetos, planos e programas governamentais que atuaram sobre as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil e ao estímulo que os mesmos ofereceram para a implantação de uma lógica de ocupação do espaço completamente diversa da lógica dos Paresi – e que, por muitas vezes, os ignorou.

Assim, buscamos mostrar, neste capítulo, como a segunda metade do século XX representou para os Paresi, entre outras coisas, uma recriação de seu território. Os limites lineares e regularizados oficialmente e a redução da extensão territorial, bem como uma série de mudanças sociais e ambientais ocorridas dentro e fora das Terras Indígenas, contribuíram para que não apenas as estratégias de controle do território, mas também de reprodução social, tivessem de ser alteradas e reelaboradas. Os Paresi, como os diversos

28. Os dados aqui computados foram obtidos em um mapa realizado para o controle interno do Intermap, em que constava o nome do proprietário e a localização do lote, o que foi posteriormente comparado à base digital do mesmo órgão – em que, com o nome do proprietário e a localização, era possível encontrar a área e o ano de expedição do título, além de outros dados aqui irrelevantes.

grupos humanos, recriam e ressignificam constantemente seus mitos e tradições e recriam também suas estratégias espaciais e de sobrevivência, enquanto o território nomeado por Wazâre se torna cada vez mais recortado e fatiado por enormes extensões de cercas e plantas de uma espécie só.

## Referências

- ABREU, S. de. Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2001.
- AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ARRUZZO, R. C. Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não índios na segunda metade do século XX. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro Oeste. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*, v.1. Cuiabá: EDUFMT & Carlini&Caniato Editorial, 2008.
- CORRÊA, R. L. Posição geográfica das cidades. *Cidades*, v.1, n.2, p.317–323. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
- COSTA FILHO, A. *Os Paresi: sistemas econômicos*. Cuiabá: Editora Universitária da UFMT, 1994.
- COSTA, R. M. R. Cultura e contato: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.
- CULTURAL SURVIVAL. In the path of Polonoeste: endangered people of wertern Brazil. *Ocasional Paper*, n.6, 1981.
- CUNHA, M. C. da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estudos para a redefinição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, 1984.
- GUERRA, E. F. Terras Indígenas e desordenamento territorial das terras Timbira ao Xingu. Tese de doutorado em Geografia. Niterói: UFF, 2012.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, v.XXXV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- LIMA, A. C. de S. A identificação como categoria histórica. In: LIMA, A. C. de S.; FILHO, H. T. B. (organização). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977–2002*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, Laced, CNPq, Faperj & Lieb, 2005. p.9–28.
- MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOLFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (organização). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. A revolução verde. *Dialética da agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MACHADO, M. F. R. Identificação e delimitação da área indígena Estação Rondon (Estação “Parecis”) Diamantino (MT). In: MALDI, D. (organização). *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994a.
- , Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimaré e Kaxíni, grupos Paresi. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 1994b.
- , Rondon e os Paresi: as representações indígenas sobre o amure etnógrafo. In: BARROS, E. P. de (organização). *Modelos e processos: ensaios de etnologia indígena*, v.1. Cuiabá: Editora da UFMT-EDUFMT, 1998.
- , Estação Parecis: um território expropriado. In: LIMA, A. C. de S.; FILHO, H. T. B. (organização). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977–2002*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, Laced, CNPq, Faperj & Lieb, 2005.
- , *Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII*. Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, 2006.
- MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2007.
- NASCIMENTO, O. Monoculturas em terras indígenas Paresi – Mato Grosso: produção do espaço no contexto regional. Dissertação de mestrado. Cuiabá: UFMT, 2007.
- PARESI. Povos Indígenas no Brasil. s.d. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paresi>.
- PEREIRA, A. H. *O pensamento mítico Paresi*, v.1–2. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1986.

- PIRES DE CAMPOS, A. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo etc. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1862.
- PRODEAGRO. Componente Indígena: resultante de discussões e acordos do meio-termo do Prodeagro. Cuiabá: 1997.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.
- RONDON, C. M. da S. *Comissão das linhas telegráficas e estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas: relatório*. Rio de Janeiro: L. Macedo, 1912.
- , *História natural: ethnographia*. Rio de Janeiro: Comissão das Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, 1940
- ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*, v.XXXIX. Série Brasileira V. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- SACK, R. *Human territoriality, its theory and history*. Cambridge: University Press, 1986.
- , Human territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*, v.73, n.1, p.55–74, 1983.
- SCHMIDT, M. Los Paressis. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, t.VI, n.1. Asunción, 1943.
- SILVA, C. A. F. da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SILVA, L. O. da. *Terras devolutas e latifúndio: os efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SUDECO. Diretrizes e estratégias para a ocupação dos cerrados: Polocentro. *Superintendência de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste*. Brasília: Ministério do Interior, 1975.
- , *Plano de desenvolvimento regional do Centro-Oeste (1986–1989)*. Superintendência de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. Brasília: Ministério do Interior, 1985.

**Roberta Carvalho Arruzzo**

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ) e professora adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).  
betarruzzo@hotmail.com



As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso  
Júlia Adão Bernardes, Ève Anne Buhler, Marcos Vinícius Vellozo da Costa (organização)  
© Lamparina editora

Revisão  
Mariana Bard

Projeto gráfico  
Fernando Rodrigues

Todos os esforços foram feitos para reconhecer os direitos morais, autorais e de imagem neste livro. A Lamparina editora agradece qualquer informação relativa à autoria, titularidade e/ou outros dados que estejam incompletos nesta edição, e terá o maior prazer de fazer as creditações necessárias na primeira oportunidade.

O texto deste livro foi adaptado ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, que começou a vigorar em 1 de janeiro de 2009.

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem etc. Estas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais.

Catálogo na fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros

---

N824

As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso  
Júlia Adão Bernardes, Ève Anne Buhler, Marcos Vinícius Vellozo da Costa (organização)

1ª edição – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Nuclamb, Reagri, 2016

1.000 exemplares

168p, il., 14 x 21cm

Inclui bibliografia

ISBN 978 85 8316 040 3

1. Agroindústria – Aspectos ambientais – Mato Grosso

2. Ecologia agrícola – Mato Grosso

I. Bernardes, Júlia Adão

II. Buhler, Ève Anne

III. Costa, Marcos Vinícius Vellozo da

16-33478 CDD 630.2745098171

CDU 338.43

---

Lamparina editora

Rua Joaquim Silva, 98, 2º andar, sala 201, Lapa

CEP 20241-110, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel/fax 21 2252 0247, 21 2232 1768

www.lamparina.com.br

lamparina@lamparina.com.br



"Depois, com a chegada da luz elétrica, vivenciou-se um panorama de grande mudança nas práticas dos moradores no seu dia a dia. Como nos relata dona Alfriza, uma das mais antigas moradoras da favela, naquele período os fogões eram alimentados à lenha e os moradores começavam, então, a utilizar o querosene para acender e manter o fogo. Ela conta que cozinhava 'num fogãozinho de querosene' e iluminava a casa 'com lamparina ou vela'." (Laura Cristina Gómez Villamizar e Neiva Vieira da Cunha, *Antropologia do conflito urbano*)

**Lamparina**, do esp. *lamparilla*. s.f. 1. Pequena lâmpada. 2. Pequeno recipiente com um líquido iluminante (óleo, querosene etc) no qual se mergulha um pequeno disco de madeira, de cortiça ou de metal traspassado por um pavio que, aceso, fornece luz atenuada (*Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa*)

Esta obra foi composta em Plantin e Monotype Grotesque  
e impressa em papel Pólem Soft 70g/m<sup>2</sup> e cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup>  
pela Vozes para a Lamparina editora em junho de 2016



1. As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais?

Ève Anne Buhler

Martine Guibert

Denis Requier-Desjardins

2. O processo de construção da nova fronteira do capital na BR-163 mato-grossense

Marcos Vinícius Velozo da Costa

3. Técnica, território e impactos ambientais no "celeiro" das *commodities* agrícolas

Fabio Giusti Azevedo de Britto

Simone dos Santos Sodr e da Silva

Bernardo Mansur Anache

4. Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de gr os na fronteira da BR-163 mato-grossense

Júlia Adão Bernardes

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva

5. O processo da produ o e os agentes modeladores das cidades do agronegócio

Israella Pires Alves Gabrig

6. A logística e os circuitos espaciais da produ o do agronegócio: uma análise do cenário mato-grossense

Francisco Vieira da Silva

7. De "espaço vazio" ao mercado mundial de *commodities* agrícolas: estratégias e rela es territoriais na Chapada dos Parecis nos anos 1960 e 1970

Roberta Carvalho Arruzzo

ISBN 978 85 8316 040 3

